

Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira

PDES-VR 2020



| Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2021



**Plano de Desenvolvimento Econômico
Sustentável do Vale do Ribeira
PDES-VR 2020**

Governador
João Doria

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Patrícia Ellen da Silva

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT

Diretor Presidente do IPT
Jefferson de Oliveira Gomes

Diretora de Inovação e Negócios
Claudia Echevengua Teixeira
Diretora Financeira e Administrativa
Flávia Gutierrez Motta

Diretor IPT Open
Alessandro Pensanato Rizzato
Diretor de Operações
Adriano Marim de Oliveira

Área de Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente – CIMA
Diretor Técnico: Fabrício Araújo Mirandola
Seção de Planejamento Territorial, Recursos Hídricos, Saneamento e Florestas – SPRSF
Gerente Técnica: Sofia J. A. M. Campos

Área de Materiais Avançados – MA
Diretora Técnica: Sandra Lúcia de Moraes
Laboratório de Celulose, Papel e Embalagem – LCPE
Gerente Técnica: Patrícia K. Y. Sasaki

Área de Tecnologias Digitais – TD
Diretora Técnica: Maria Cristina Machado Domingues
Seção de Engenharia de Software e Transporte Inteligente – SESTI
Gerente Técnico: Douglas B. Cavalcante

Coordenadoria de Inteligência de Mercado e Estratégia – CIME
Coord.: Beatriz Nogueira Messias de Miranda

Coordenação e Gestão Administrativo-Financeira – Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT

AUTORES (em ordem alfabética)

IPT - FIPT

Ana Cândida Melo Cavani - IPT
Ana Paula de Souza Silva - IPT
Carlos Tadeu de Carvalho Gamba - IPT
Caroline Almeida Souza - IPT
Luci Merhy Martins Braga - FIPT/IPT
Marsis Cabral Junior - IPT
Miguel Matteo - FIPT/IPT
Paulo Brito Moreira de Azevedo - IPT
Priscila Ikematsu - IPT
Priscilla Moreira Argentin - IPT

Quanta Consultoria, Projetos e Editora – QCP

Arthur Thury Vieira Fish
Estela Regina de Oliveira Damato
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz
Sinoel Batista
Tamara Ilinsky Crantschaninov

Apoio Técnico

Ana Maria A. Dantas Marins - IPT
Clareana San Martin Soto – FIPT / IPT
Edna Gubtoso - IPT
Paula Kaori Iamamura Yelo - IPT
Rafael Pires Spassapan - IPT

Colaboração Especial

André Munhoz de Argollo Ferrão –
Faculdade de Engenharia Civil,
Arquitetura e Urbanismo / UNICAMP

Foto Capa

Pablo de Andres Fernandez

Projeto Gráfico e Diagramação

Marina de Almeida Nunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de desenvolvimento econômico sustentável do Vale do Ribeira [livro eletrônico] : PDES-VR 2020 / coordenação Marsis Cabral Junior. -- São Paulo : Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo : Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT, 2021. -- (IPT publicação ; 3042)

PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5702-010-4

1. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais 2. Desenvolvimento sustentável 3. Relatórios técnicos - Manuais 4. Vale do Ribeira (SP) - Descrição I. Cavani, Ana Candida Melo. II. Cabral Junior, Marsis. III. Série.

21-66784

CDD-333.7150981612

Índices para catálogo sistemático:

1. Vale do Ribeira : São Paulo : Estado : Desenvolvimento sustentável : Plano de ação governamental : Economia ambiental. 333.7150981612

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

sumário

Apresentação	06
Capítulo 1 - PDES-VR: Concepção e Fundamentos	09
1.1 Abordagem e Pressupostos para a sua Construção	10
1.2 Linha de Tempo do Projeto	15
1.3 Os Vários Vales do Ribeira	22
1.4 Estrutura do PDES-VR	25
Capítulo 2 - Metodologia e Atividades Desenvolvidas	26
2.1 Levantamento de Informações Básicas	30
2.2 Elaboração de Diagnósticos: Fundamentações do PDES-VR	30
2.3 Trabalhos Interativos e Participativos	31
2.4 Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas	34
Capítulo 3 - Formação Econômica e Breve Leitura dos Indicadores de Qualidade de Vida do Vale do Ribeira	35
Capítulo 4 - Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Vale do Ribeira	45
Capítulo 5 - Dinamização Econômica do Vale do Ribeira em Bases Sustentáveis: Programas de Ações	57
5.1 Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira – PVAT-VR	59
5.1.1 Contexto e bases para o PVAT-VR	60
5.1.2 PVAT-VR: Plano de Ações	67

5.2 Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira - PVPR-VR	77
5.2.1 Contexto e bases para o PVPR-VR	78
5.2.2 PVPR - VR: Plano de Ações	92
5.3 Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo Vale do Ribeira- PDET-VR	101
5.3.1 Contexto e bases para o PDET-VR	102
5.3.2 PDET-VR: Plano de Ações	108
5.4 Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração – POIM-VR	123
5.4.1 Contexto e bases para o POIM-VR	124
5.4.2 POIM - VR: Plano de Ações	133
Capítulo 6 - Aportes Transversais ao PDES-VR	149
6.1 Capacitação Técnica, Geração de Conhecimento, Tecnologia e Inovação	150
6.2 Infraestrutura: Utilidades, Comunicações e Logística	153
6.3 Desenvolvimento Social e Geração de Emprego e Renda	155
6.3.1 Agricultura Familiar	156
6.3.2 Políticas para Juventude	158
6.3.3 Políticas para as Mulheres	160
6.3.4 Estratégias para os Povos e Comunidades Tradicionais - PCT	162
Capítulo 7 - Gestão e Governança do PDES - VR: Desenvolver com os Territórios e Comunidades	164
7.1 O Movimento	165
7.2 Governança, Coordenação e Iniciativa	166
7.3 Território	169
7.4 Acompanhamento, Monitoramento, Avaliação e Transparência	170
7.5 Estrutura de Governança: Uma Proposta Conceitual	172
Capítulo 8 - Considerações Finais	176
Bibliografia	179



Apresentação

Crédito foto: Marsis Cabral Junior

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira - “PDES- VR 2020” foi iniciada em novembro de 2019, com os trabalhos sendo concluídos em 12 meses.

Os primeiros passos que resultaram na disposição para a sua estruturação ocorreram ainda no primeiro semestre de 2019. Nesse período, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo – SDE procurou a equipe técnica do IPT com o intuito de subsidiá-la na identificação de municípios e regiões socioeconomicamente mais vulneráveis.

Uma vez delineadas as regiões com relevo mais deprimido em relação aos indicadores de qualidade de vida, a expectativa da SDE é formular políticas públicas para a dinamização econômica sustentável, compatível com as vocações, potencialidades e características locais, e estimular novas oportunidades para a elevação do patamar socioeconômico dessas regiões, ensejando o desenvolvimento mais igualitário e integrado do território paulista.

Entre os arranjos municipais revelados, coube à região do Vale do Ribeira (VR) a execução dessa primeira iniciativa para a concepção de um Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável - “PDES-VR”. A despeito de parte de seus municípios figurarem no cenário socioeconômico como suscetíveis, a escolha da região se deu, sobretudo, em função de seus atributos peculiares, que a coloca como um dos territórios de maior riqueza socioambiental em São Paulo e no país.

De fato, os olhares atuais para a região, pelas mais variadas instituições, a vislumbram como um celeiro de oportunidades de desenvolvimento, onde se integram de forma exuberante riquezas naturais e sociais, compondo uma paisagem cultural única no estado que guarda um manancial de ativos conhecidos e para serem descobertos e valorizados.

Consequência importante no processo de ocupação do Vale do Ribeira, é que seu isolamento em relação aos ciclos de desenvolvimento econômico estadual, especialmente do café, e ao processo de industrialização que se seguiu, bem como a própria fisiografia acidentada contribuíram para que a região conservasse um dos mais representativo e expressivo patrimônio geoambiental do planeta. Por sua vez, uma riqueza histórica e sociocultural encontra-se preservada em sua paisagem, dada pela presença de comunidades tradicionais e atributos peculiares, como costumes, culinária, artesanato e cerâmica. Já os remanescentes de vegetação natural estão protegidos

por extensas e numerosas Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

O seu patrimônio natural inclui a potência de sua biodiversidade alojada no maior contínuo de Mata Atlântica do país, que emerge do alto de suas morrarias e se estende até a planície costeira, fundindo-se com o sistema estuarino lagunar de Iguape-Cananeia, que se espraia até o território paranaense na região de Paranaguá. Sob a sua superfície, na qual o manto de vegetação natural ocupa cerca de 70 % de sua área, reside um substrato rochoso de expressiva geodiversidade, que conta com um extraordinário patrimônio espeleológico e a dotação mineral mais diferenciada do estado.

Alia-se a esta riqueza natural, seus marcos arqueológicos e históricos que guardam vestígios dos seus primeiros povos, como os inúmeros sambaquis (ou concheiros como mais conhecidos localmente) que afloram como pequenos montes junto à orla marinha, como também registros arquitetônicos e culturais, que datam do início da colonização europeia no país.

Uma questão complexa e até certo ponto paradoxal, é que essa diversidade de ativos, por vezes podem se contrapor, ou até mesmo colidir. Mais de que uma possibilidade é a necessidade de políticas públicas que tracem estratégias para a concertação do processo de desenvolvimento da região, permitindo que sejam priorizadas as oportunidades econômicas que conduzam a ganhos efetivos para a população local, em bases ambientalmente sustentáveis.

Fato importante que contribui para a realização e estabelecimento dos enfoques prioritários do PDES-VR se deu também a partir da análise dos indicadores, que evidenciam um avanço contínuo das condições sociais da região, aproximando-a, embora lentamente, das médias estaduais. Isto é demonstrado, por exemplo, pela caracterização de vários municípios com o perfil “equitativo” pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, ou seja, possuem renda baixa, mas são detentores de indicadores sociais relativamente equilibrados. Associando a essa situação o baixo contingente populacional do Vale Ribeira, a implementação de políticas públicas ativas devem, em prazo relativamente curto, aliviar as demandas sociais dos municípios da região.

A grande demanda que se configura é a dinamização econômica, cujos indicadores, entre outros, renda e postos formais de trabalho, evidenciam a maior debilidade ao desenvolvimento da região.

Portanto, em atendimento a SDE, é sobre esse desafio que os esforços do IPT se concentraram, focando-se especialmente na geração de oportunidades de emprego e renda, e criando condições para o enraizamento especialmente da camada mais jovem da população em seu próprio território.

01.

PDES-VR 2020: Concepção e Fundamentos

Abordagem e Pressupostos para a sua Construção

1.1.

A elaboração do PDES-VR foi assentada sobre a análise sistêmica de informações sobre os meios físico, biótico, antrópico e o contexto tecnológico, e com a participação dos atores públicos e privados que vivem e/ou atuam na região, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida das populações, em consonância com a preservação do patrimônio ambiental da região.

Este anunciado, que busca traduzir o escopo abrangente do Plano, destaca pressupostos fundamentais na sua construção:

- A relevância da construção participativa, envolvendo necessariamente a comunidade local e instituições representativas dos poderes públicos e privados atuantes na região.
- A proposição de diretrizes e ações alinhadas com outros instrumentos maiores de promoção do desenvolvimento sustentável e de ordenamento territorial, bem como de fomento à dinamização do Vale do Ribeira, a saber:
 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidas pela ONU;
 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo em elaboração pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA da Subsecretaria de Meio Ambiente (SIMA); e
 - Programa do Governo do Estado - Vale do Futuro.
- A incorporação de experiências e contribuições de estudos, políticas e planos anteriores, merecendo destaque, pela qualidade da elaboração e conteúdo, o “Planejamento Estratégico 2030 do Vale do Ribeira e Litoral Sul” de 2018, formulado no âmbito do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (Codivar).

Um balizador importante no PDES-VR diz respeito ao modelo de desenvolvimento almejado. Buscar o desenvolvimento econômico inclusivo, de valor compartilhado e sustentável é imprescindível para a fundamentação e orientação de suas ações. O ponto de partida para a estruturação do Plano é a mobilização e agregação de valor aos recursos endógenos do território, o que engloba os recursos naturais (bio e geodiversidade); a dotação sociocultural de seu povo, marcante pela presença de comunidades tradicionais; as competências, o conhecimento e a capacidade de inovação atreladas ao seu aparato de ensino, pesquisa e inovação; e as atividades produtivas, sendo priorizadas aquelas que dão sustentação histórica a economia da região:

- **Cadeias Produtivas de Base Mineral,**
- **Cadeias Produtivas de Produção Rural - Setores Agropecuário e Florestal, e**
- **Cadeia Produtiva do Turismo.**

A dinamização do Vale do Ribeira baseada nesses três grandes vetores econômicos deve assumir uma perspectiva de futuro, que passa necessariamente por um enfoque contemporâneo e inovador, na qual a centralidade do desenvolvimento reside no protagonismo e emancipação de sua gente, nas novas formas de organização e de agregação de valor nas economias e nos fundamentos impositivos da sustentabilidade, o que traduz as referências inspiradoras para a concepção do PDES-VR.

Nesse contexto, assumem particular importância as chamadas Novas Economias, abrangendo as várias atividades atreladas ao capital intelectual e cultural relacionadas à Economia Criativa, às formas inovadoras e inclusivas do capital social, representadas, entre outras, pelas economias de valor compartilhado e às atividades de base tecnológica, envolvendo a incorporação de inovações de processos e produtos.

A potencialização dessas modalidades de atividades devem se inserir transversalmente nos três eixos econômicos destacados e abrem perspectivas também para a geração de novas oportunidades, especialmente relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias e inovação.

Objetivo finalístico do PDES-VR

PDES-VR

Combinar estratégias para elevar o patamar das condições socioeconômicas da região, criando oportunidades de geração de emprego e renda, com a conservação ambiental.



Uma vez elaborado o PDES-VR, o êxito de sua execução dependerá da sua coordenação, sendo imperativa uma governança com representações das diversas esferas de governo, do setor empresarial e da sociedade civil.

A figura a seguir ilustra o enquadramento do PDES-VR, que deve estar alinhado às quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, com as conquistas da dinamização da economia, promoção da qualidade de vida e inclusão social e conservação do patrimônio ambiental, gerido por uma governança representativa e atuante.

Dimensões do desenvolvimento sustentável atreladas às ODS



Como condicionante final que impacta o prognóstico de uma visão de futuro na qual deve estar alicerçado qualquer instrumento de planejamento e desenvolvimento territorial, há um fator inesperado decorrente da crise sanitária deflagrada pela pandemia

provocada pelo Covid-19, cujos desdobramentos na vida das pessoas de forma geral, até o momento, possuem contornos pouco previsíveis.

Sabe-se que a conjuntura mundial vivencia um momento particular na sua história, cujos reflexos, além do grave impacto humanitário, terão certamente implicações socioeconômicas, e que deverão ser mais acentuadas em regiões com economias menos dinâmicas e vulneráveis, como é o caso do Vale do Ribeira, o que faz por avolumar a importância de políticas públicas que garantam condições satisfatórias, sobretudo, às populações mais carentes.

Não obstante, a crise sanitária interpõe-se como um inquestionável divisor para o modo de vida da sociedade global, com reflexos que poderão ter interferência, mais ou menos significativas, alterando desde as relações econômicas internacionais, modificando a dinâmica e o funcionamento das cadeias globais de valor, passando também para as potenciais mudanças no cotidiano das pessoas, como novas formas de trabalho, educação, perfil de consumo, relações pessoais, lazer e perspectivas de interação mais equilibrada e harmônica com o meio ambiente.

Este novo contexto, abre uma importante janela de oportunidade para o Vale do Ribeira, cujos notórios atributos já salientados (naturais, culturais e identitários) colocam a região em um patamar privilegiado para a sua potencialização socioeconômica.

Aliado às notáveis dotações, a região conta com um diferencial locacional, estando próxima e ocupando uma centralidade em relação a quatro regiões metropolitanas - São Paulo, Curitiba, Campinas e Sorocaba -, que integram regionalmente expressivos centros consumidores, urbanos e industriais, e emissores de turistas.

Outra consequência da pandemia ocorreu na própria condução do projeto. Desde 18 de março de 2020, todas as atividades passaram forçosamente a ser realizadas em regime de teletrabalho, sendo que as reuniões de equipe com outras instituições e representações locais foram feitas de forma remota, por meio de plataformas digitais.

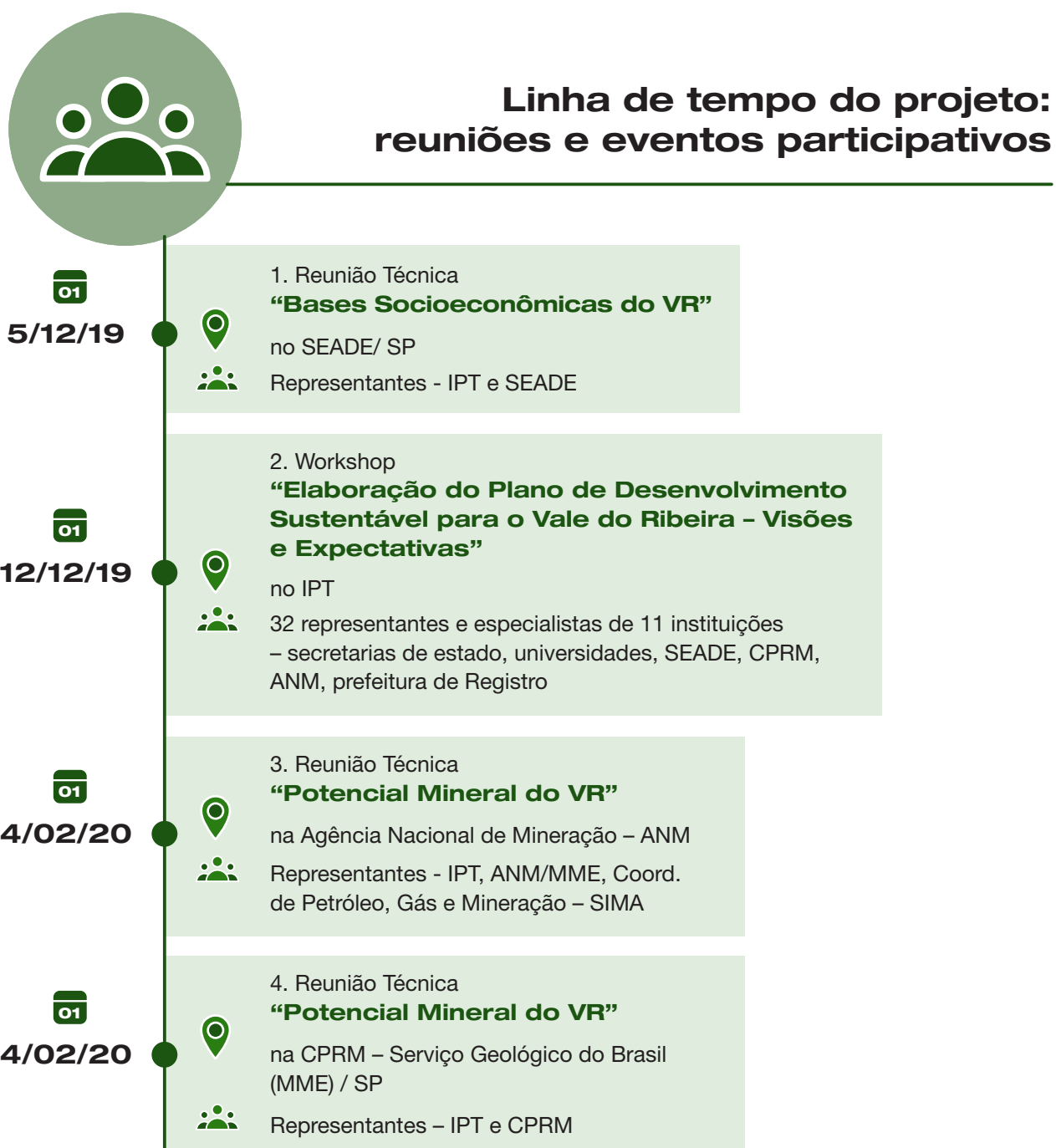
O mesmo aconteceu com as atividades participativas programadas, envolvendo entrevistas, reuniões e fóruns de debate. Inicialmente programadas para serem realizadas em campo e de forma itinerante, esses encontros e eventos foram organizados de forma virtual. Apesar das atividades interativas à distância propiciarem transferências de conteúdo, discussões e elaboração conjunta de diagnósticos e cenários, o formato online pode limitar as interações pessoais que somente o ambiente presencial propicia. Por outro lado, teve a vantagem de possibilitar um grande número de participantes, uma vez que não houve necessidade de deslocamentos.

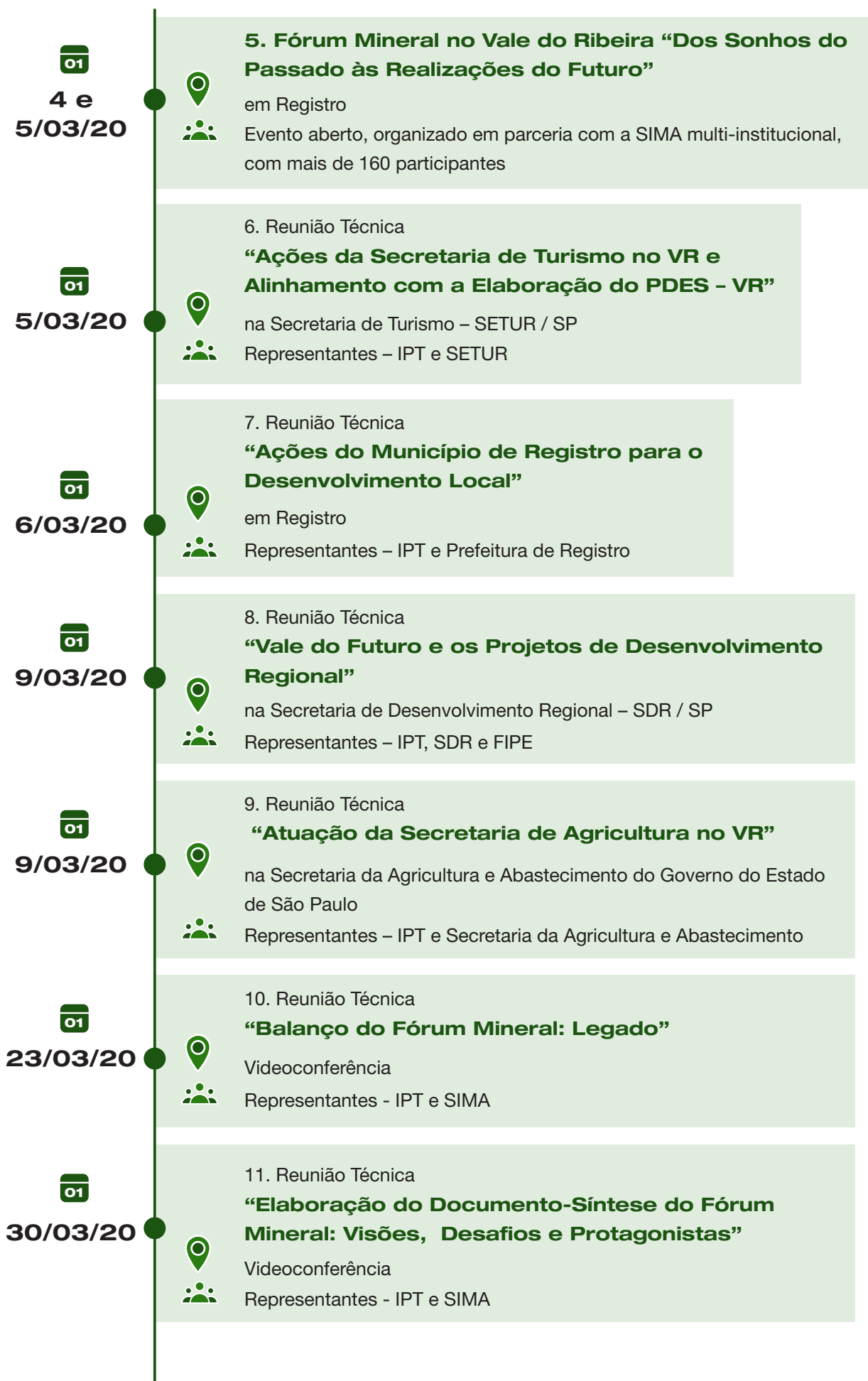
Em que pese as limitações da interação virtual e o fato que nem todas as representações locais possuem facilidade de conectividade, dificultando a participação sistemática nos encontros, buscou-se superar essas lacunas por meio da realização de eventos temáticos, com ampla divulgação e com estratégias e dinâmicas dirigidas a gerar um sentimento de pertencimento na concepção do plano e potencializar a somatória de informações, visões e experiências sobre os temas abordados.

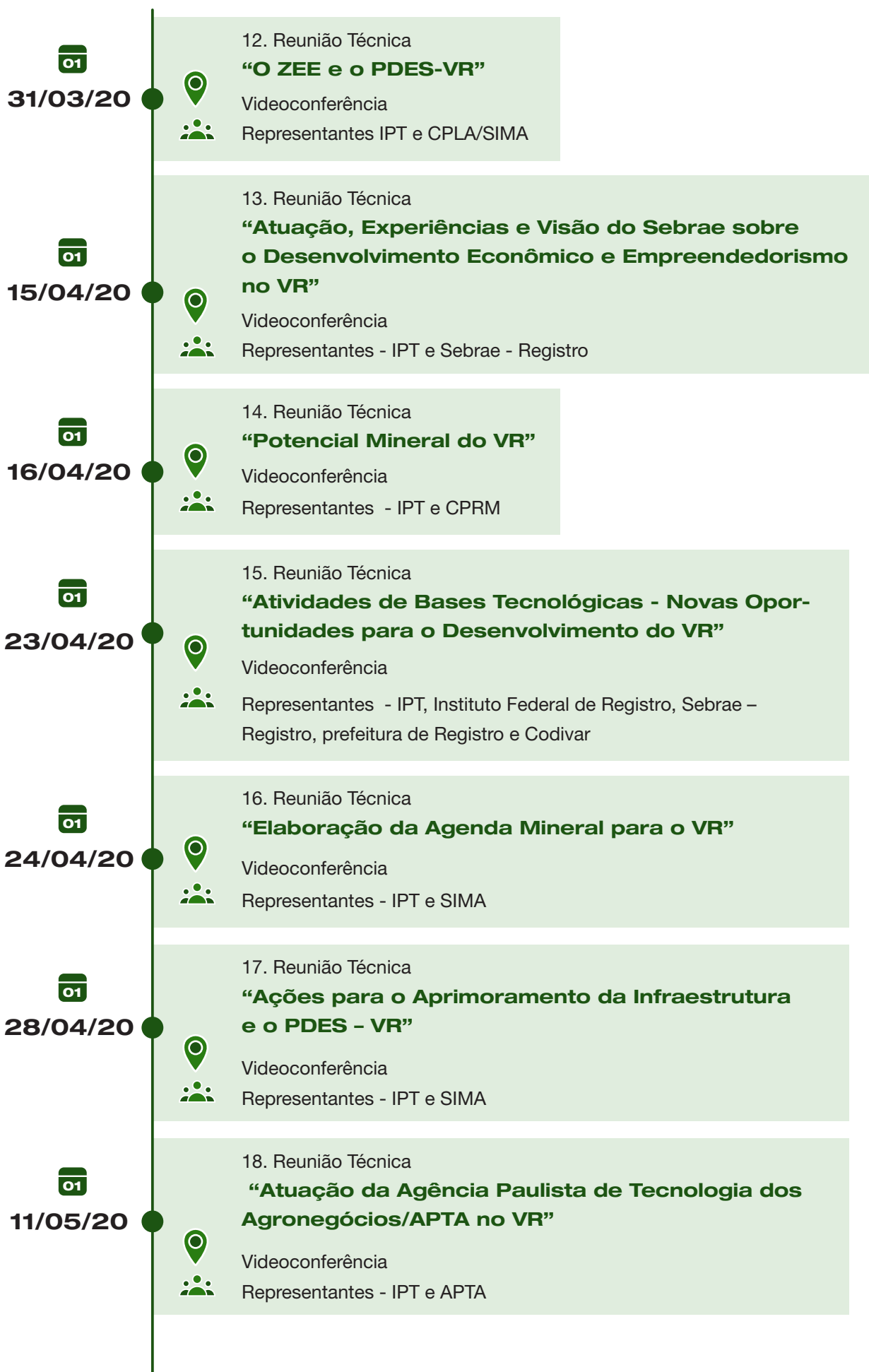
1.2

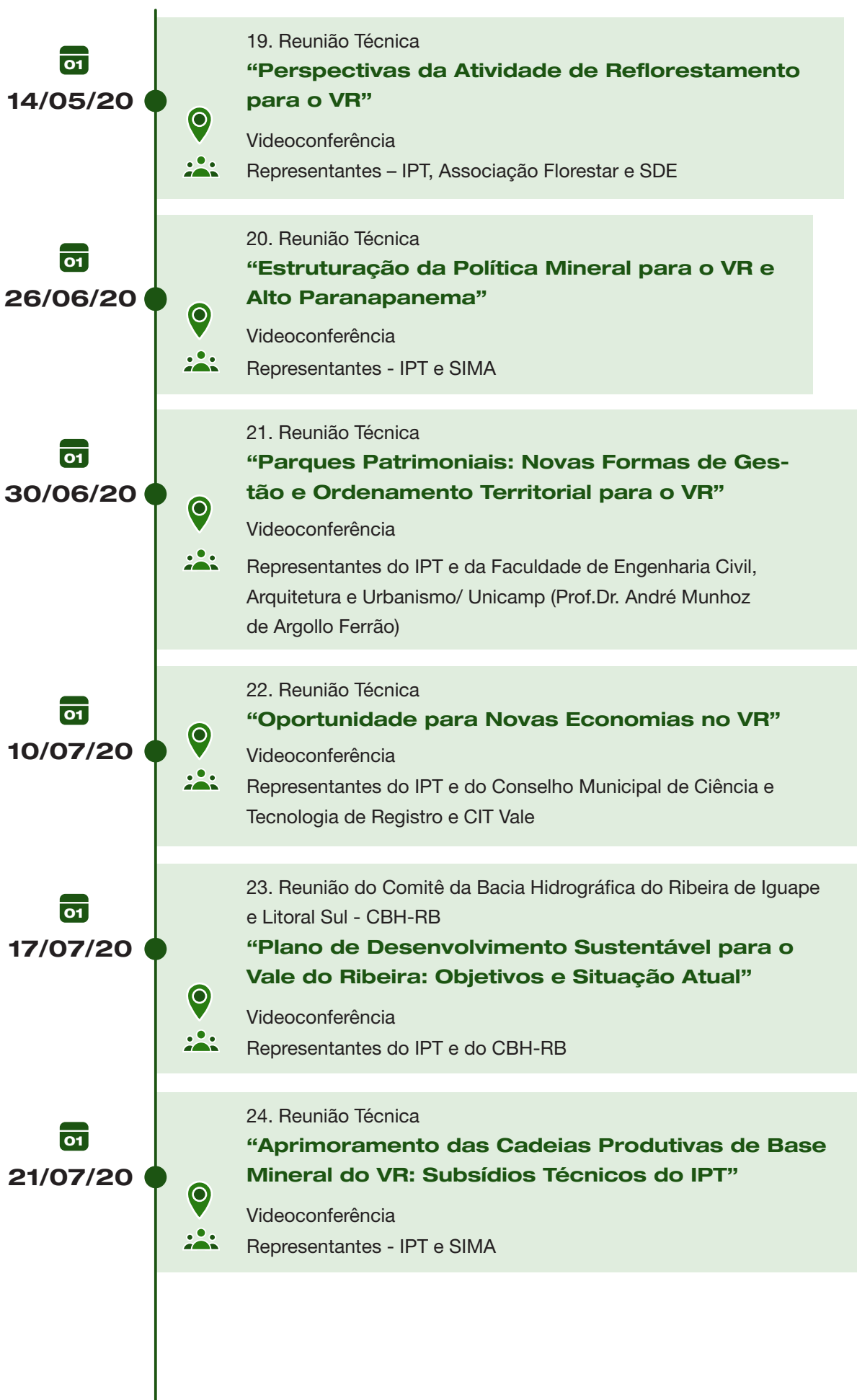
Linha de Tempo do Projeto

A seguir, estão relacionadas as reuniões e eventos presenciais e remotos realizados com instituições parceiras e representações locais que foram fundamentais na construção do PDES-VR. Foram 42 encontros participativos e multi-institucionais, dos quais nove foram eventos abertos, e que reuniram cerca de 1200 participantes.














16/09/20

38. Reunião Técnica

Programa Vale do Futuro - Eixo Emprego e Renda - “Características, Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento das Cadeias Produtivas do Turismo, Produção Rural e Mineração no VR”



Videoconferência



Representantes – IPT, SDE , Desenvolve SP; SETUR; Secretaria de Cultura e Economia Criativa; Secretaria de Governo; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência


17/09/20

39. Reunião Técnica

Fórum Ambiental



Videoconferência



Evento aberto, multi-institucional, com 110 participantes


18/09/20

40. Reunião Técnica

“Novas Economias - Oportunidades para a Região do VR”



Videoconferência



Representantes – IPT e Instituto Federal (Prof. Dr. Ronise Susuki)


16/10/20

41. Webinar

“CIT-Talk - Inovação e Desenvolvimento Territorial: um Novo Olhar para o VR”



Videoconferência



Evento aberto, organizado em parceria com o CIT- Vale, multi-institucional, com 40 ouvintes


06/11/20

42. Reunião Técnica

“Aferição das ações propostas para o desenvolvimento da atividade mineral”



Videoconferência



Representantes – IPT, SIMA e ANM

Os Vários Vales do Ribeira

1.3.

A abrangência do PDES-VR compreende 26 municípios, 23 pertencentes à porção paulista da bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape, dois situados no Litoral Sul (Peruíbe e Itanhaém) e um integrante da bacia do Alto Paranapanema (Ribeirão Grande).

A inclusão do Litoral Sul ocorreu durante o desenvolvimento do projeto, quando em contato com prefeituras da região e em consonância com a SDE, avaliou-se que seria oportuno integrá-la aos estudos, já que fazem parte da mesma estrutura de governança intermunicipal, que corresponde ao Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (Codivar)¹. Como várias iniciativas já haviam sido divulgadas, a designação do Plano como do Vale Ribeira foi mantida para que não houvesse ambiguidades sobre a identidade e à série de documentos técnicos e publicações relativas ao projeto.

Dentro desse recorte geográfico, a região do PDES-VR ocupa uma área de 18 mil km², o que equivale a pouco mais de 7 % do território paulista e abriga cerca de 546 mil pessoas, representando 1,2 % da população estadual.

São vários os Vales do Ribeira. Como um mosaico de paisagens, a região apresenta acentuadas distinções em relação à fisiografia, perfil socioeconômico, dotações de recursos naturais, patrimônio cultural e ordenamento territorial.

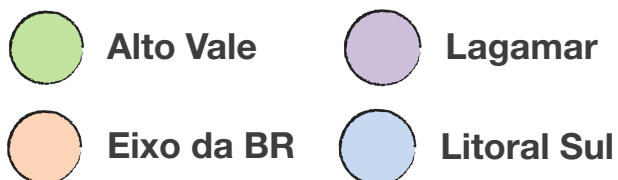
Para que o PDES-VR tivesse uma maior aproximação nas particularidades de aptidões e demandas e nas potenciais intervenções, efetuou-se a compartimentação da região do PDES-VR em quatro territórios abrangendo arranjos municipais que guardam similaridades geográficas e de interação com as economias e infraestrutura dos entornos.²

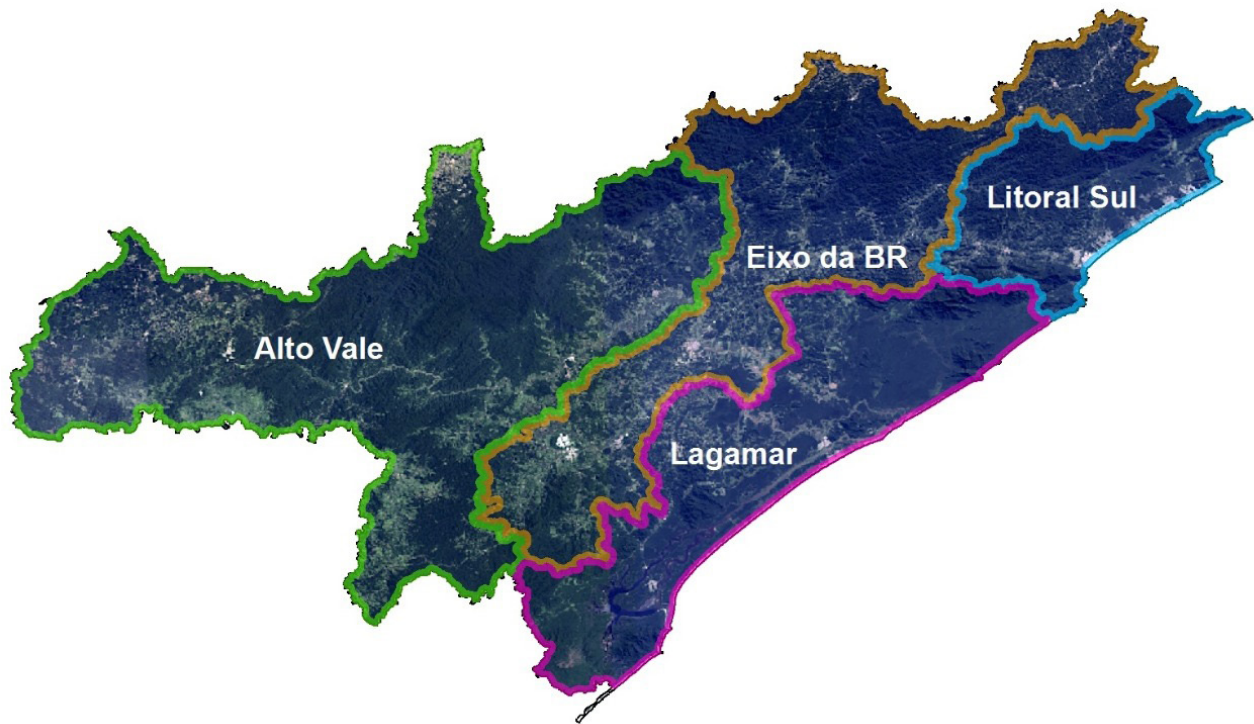
1 Dos 26 municípios que fazem parte do PDES-VR, apenas São Lourenço da Serra não integra o Codivar.

2 Observa-se que o recorte geográfico do PDES-VR extrapola a abrangência stricto sensu da porção paulista dos municípios integrantes da bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape e do Programa Estadual Vale do Futuro. A compartimentação adotada segue, basicamente, a subdivisão dos estudos do Planejamento Estratégico 2030 do Vale do Ribeira e Litoral Sul, cuja delimitação foi validada pelas instâncias políticas municipais.

Territórios do PDES-VR

Alto Vale	Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Eldorado, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Ribeira e Sete Barras
Eixo da BR (Rod. Régis Bittencourt)	Cajati, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Registro, São Lourenço da Serra, Tapiraí
Lagamar	Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Parquera-Açu
Litoral Sul	Itanhaém, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo





Fonte: Imagem COPERNICUS/Sentinel 2 (2019) geradas pela Agência Espacial Européia (ESA).



Estrutura do PDES-VR

1.4.

Além deste Capítulo 1 introdutório, que trata dos fundamentos do PDES-VR, delimita o território e define a centralidade dos seus objetivos, o plano está organizado em mais sete capítulos. O Capítulo 2 detalha os recursos metodológicos e sistematiza as etapas de desenvolvimento do projeto. O Capítulo 3 traz uma síntese sobre a formação econômica do Vale do Ribeira e de suas assimetrias sociais em relação às condições estaduais, enquanto o Capítulo 4 destaca algumas características do valioso patrimônio ambiental e do ordenamento do território. É no Capítulo 5 que está consolidada a contribuição essencial do PDES-VR, constituída por um conjunto de ações dirigidas à dinamização econômica, estruturadas setorialmente. Complementando essas proposições, o Capítulo 6 apresenta diretrizes gerais para outros aportes transversais que são necessários para o aprimoramento socioeconômico da região. No Capítulo 7 discute-se a relevância e é apresentado uma sugestão de uma estrutura conceitual de governança para a implementação do PDES-VR. Finalizando, o Capítulo 8 traz uma resenha dos principais destaques do PDES-VR, salientando a importância de sua construção participativa, indicando suas limitações e caminhos à SDE para a sua implementação exitosa.

Outras seis publicações completam a disponibilização das informações e resultados obtidos ao longo da elaboração do Plano e referem-se ao diagnóstico técnico e econômico sobre as atividades produtivas, contexto ambiental e indicadores socioeconômicos apresentado em junho de 2020, e às atividades e contribuições colhidas nos eventos temáticos participativos:

- **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira - PDES-VR 2020: Diagnóstico Técnico e Econômico**
- **Fórum de Mineração do Vale do Ribeira 2020 “Dos Sonhos do Passado às Realizações do Futuro”**
- **Oficina e Fórum de Produção Rural do PDES-VR 2020**
- **Oficina e Fórum de Turismo do PDES-VR 2020**
- **Fórum Ambiental do Vale do PDES-VR 2020**
- **Oficina e Painel de Novas Economias do PDES-VR 2020**

02.

Metodologia e Atividades Desenvolvidas

Os primeiros passos na elaboração do PDES-VR foram dados a partir do final de novembro de 2019, quando a equipe técnica do IPT integralizou-se para a execução do projeto e deram-se os encaminhamentos iniciais com os acertos conceituais e metodológicos quanto aos procedimentos e estratégias de execução dos estudos, montagem de banco de dados georreferenciados, articulação preliminar com instituições parceiras, convergindo na elaboração prévia de um Plano de Trabalho.

Para a consolidação deste roteiro metodológico foi organizado um Workshop que além da equipe do IPT, contou com a participação de um grupo transdisciplinar e multi-institucional de profissionais convidados, totalizando o envolvimento de 32 especialistas.

Instituições participantes do kick-off do projeto

- Agência Nacional de Mineração (ANM) – Gerência Regional – SP;
- CETESB – IE (Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos);
- Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Registro;
- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP;
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade;
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo – SDE;
- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo – Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração (SIMA – CPGM);
- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA – CPLA);
- Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo – ST;
- Serviço Geológico do Brasil – CPRM – Superintendência SP;
- Universidade de Campinas - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo; e
- Universidade de São Paulo - Instituto de Geociências.

Além do refinamento das atividades a serem desenvolvidas, esse reunião de kick-off do projeto trouxe ingredientes que acompanharam toda a trajetória do projeto: a potência do Vale do Ribeira como um manancial de oportunidades para o seu desenvolvimento sustentável, a necessidade da construção participativa do plano e os seus limites, cujo sucesso sempre dependerá do funcionamento de uma estrutura de governança ativa e transparente, que articule as várias instâncias de governo e tenha um enraizamento territorial.

Workshop “Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira” em 12/12/2019 no IPT



Crédito foto: acervo IPT.

Com essas contribuições iniciais, que encerram um primeiro bloco de procedimentos, o projeto foi estruturado em quatro etapas principais, com as atividades sendo ajustadas ao longo de seu desenvolvimento, em função de novos conhecimentos adquiridos, parceiros que foram se juntando e as circunstâncias conjunturais da crise sanitária.

Etapas de elaboração do PDES-VR

ETAPA 1 Levantamento de Informações Básicas

- Políticas e planos de desenvolvimento regional
- Instituições e entidades atuantes no Vale do Ribeira
- Indicadores socioeconômicos
- Arcabouço ambiental: planos de ordenamento territorial e áreas de proteção ambiental
- Comunidades tradicionais
- Vetores econômicos: mineração, produção rural e turismo

ETAPA 2 Elaboração de Diagnósticos

- Perfil socioeconômico
- Arcabouço ambiental: zoneamento institucional e a dinâmica do uso e ocupação do solo
 - Mineração
 - Produção rural
 - Turismo
- Formas inovadoras de gestão e ordenamento territorial - conceito de parques patrimoniais

ETAPA 3 Trabalhos Interativos e Participativos

- Agregar conhecimentos de quem vive ou atua na região
- Mobilização e sensibilização: gerar sentimento de pertencimento das representações locais na elaboração do PDES-VR

ETAPA 4 Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas

- Seleção de ações para a dinamização econômica dos vetores priorizados em bases sustentáveis:
 - *Mineração*
 - *Turismo*
 - *Produção rural*
- *Valorização do patrimônio ambiental*
- Diretrizes para aportes transversais
 - Estrutura de governança

Levantamento de Informações Básicas

2.1.

Há uma grande profusão de estudos técnico-acadêmicos sobre os mais variados campos do conhecimento envolvendo a realidade da região, como nas áreas econômica, sociológica, antropológica, agrícola, florestal, mineral e ambiental. Do mesmo modo, o Vale do Ribeira foi objeto de inúmeros planos e projetos governamentais de desenvolvimento regional.

Dentro deste largo espectro de estudos e de iniciativas institucionais, dirigiu-se o levantamento de dados secundários, bibliográficos e documentais, com destaque aos seguintes enfoques:

- Políticas e planos de desenvolvimento regional;
- Instituições e entidades atuantes no Vale do Ribeira;
- Indicadores socioeconômicos;
- Arcabouço ambiental: planos de ordenamento territorial e áreas de proteção ambiental;
- Comunidades tradicionais; e
- Vetores econômicos: mineração, produção rural e turismo.

Elaboração de Diagnósticos: Fundamen- tações do PDES-VR

2.2.

Os diagnósticos elaborados visaram embasar a concepção das estratégias e ações a ser delineadas para o desenvolvimento regional, analisando-se a situação atual, lacunas de conhecimento, potencialidades e desafios para a dinamização dos eixos econômicos mineração, agropecuário - florestal e turismo.

A análise desses vetores de desenvolvimento é contextualizada pela qualificação de dois cenários que caracterizam o território: o arcabouço ambiental, no que tange especialmente ao zoneamento institucional e a dinâmica do uso e ocupação do solo;

e o perfil socioeconômico, buscando-se evidenciar aptidões e vulnerabilidades em relação ao território paulista e assimetrias dentro da região abrangida pelo PDES. Complementarmente, efetuou-se um ensaio inicial sobre formas inovadoras de gestão e ordenamento territorial associados ao conceito de parques patrimoniais.

Dados primários e informações processadas sobre esse conjunto de dimensões analisadas foram também espacializadas, compondo um grande acervo de mapas e ilustrações, que junto com os textos diagnósticos se encontra sintetizado na publicação “Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira - PDES-VR: Diagnóstico Técnico e Econômico”.

Trabalhos Interativos e Participativos

2.3.

As atividades participativas, envolvendo as interações com os atores que vivem e/ou atuam na região, objetivaram agregar os valiosos conhecimentos de quem lida diretamente com a realidade regional e, muitas vezes, não se encontram documentados.

Outra consequência esperada foi a mobilização e sensibilização da comunidade do Vale do Ribeira sobre a importância dos potenciais impactos do projeto e gerar um sentimento de pertencimento das representações locais na elaboração do PDES-VR.

Dos eventos inicialmente concebidos para serem realizados em municípios da região, cobrindo de forma itinerante os seus quatro subterritórios, apenas um deles ocorreu presencialmente (Fórum Mineral), sendo os demais organizados de forma virtual por imposição da quarentena estadual.

Os encontros foram temáticos, estruturados para favorecer a valorização da diversidade de conhecimentos e as experiências dos participantes. Apesar de algumas especificidades na estruturação dos eventos, de forma geral, foram adotadas, com apoio de plataformas digitais: técnicas expositivas e interativas, para balizar o conhecimento, o entendimento das políticas e ações em curso no território, bem como promover a reflexão sobre os conteúdos abordados; e técnicas dinâmicas, as quais se revelaram essenciais ao processo participativo de construção do conhecimento, possibilitando a interação dos participantes de forma ampliada e transversal. Eventos sobre turismo, produção rural e novas economias contaram ainda com a disponibilização prévia de questionários no sentido de fomentar e trazer contribuições às oficinas participativas.

Fórum Participativo

Data: 4 e 5 de março

Local: Registro

Participantes: 160

Webinar – Mineração no Vale do Ribeira

Data: 24 agosto

Local: Registro

Participantes / ouvintes durante o evento: **mais de 300**

<https://www.youtube.com/watch?v=u9AyqZ6OX3s&t>



Oficina de Turismo

Data: 23 de julho

Participantes: 70

Oficina de Produção Rural

Data: 28 de julho

Participantes: 41

Fórum de Turismo

Data: 01 de setembro

Participantes: 130

Fórum de Produção Rural

Data: 03 de setembro

Participantes: 50



Oficinas - Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira

O IPT, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, está elaborando um Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para o Vale do Ribeira.

O envolvimento da população é ponto fundamental na criação deste plano, então convidamos a todos para participar das oficinas e responder os questionários dos temas: turismo e produção rural (agricultura, criação animal e produção florestal). As oficinas serão realizadas pela internet, através do aplicativo Teams.

Contamos com sua presença online!

TURISMO 23/07/2020 – 14 h Oficina: https://bit.ly/2C8HAK5 Questionário: https://bit.ly/28KUN9G	PRODUÇÃO RURAL 28/07/2020 – 14 h Oficina: https://bit.ly/399NB03 Questionário: https://bit.ly/28v7ne1
--	---

FÓRUMS - Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira

O IPT, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, está elaborando um Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável para o Vale do Ribeira.

O envolvimento da população é ponto fundamental na criação deste plano, então convidamos a todos para participar dos fóruns dos temas: turismo e produção rural (agricultura, criação animal e produção florestal). Os fóruns serão realizados pela internet, através do aplicativo Teams.

Contamos com sua presença online!

TURISMO 01/09/2020 – 14 h Link: https://bit.ly/39xQJ4B	PRODUÇÃO RURAL 03/09/2020 – 14 h Link: https://bit.ly/385J4z1
--	---

Oficina Participativa

Data: 03 de agosto

Participantes: 85**Webinar**

Data: 16 de outubro

Participantes / Ouvintes: **mais de 40**<https://www.youtube.com/watch?v=u9AyqZ6OX3s&t>
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data: 17 de setembro

Participantes / ouvintes durante o evento: **mais de 110**<https://www.youtube.com/watch?v=u9AyqZ6OX3s&t>

As contribuições advindas das atividades participativas, além de ampliar os conhecimentos sobre as várias dimensões trabalhadas, subsidiaram o estabelecimento das referências estratégicas para a indicação de ações dirigidas à dinamização econômica do Vale do Ribeira. Como reflexões e indagações propostas destacam-se: visão de futuro (características e expectativas do desempenho em médio e longo prazo dos setores econômicos priorizados e suas relações com a preservação e valorização do patrimônio ambiental); entraves que impedem o avanço e/ou aprimoramento das economias estabelecidas e o surgimento de novos negócios; políticas e ações prioritárias para a superação de gargalos e a dinamização econômica em bases sustentáveis; e instituições que devem interagir na viabilização das iniciativas propostas.

Ainda dentro desse processo interativo, fica patente que determinadas demandas e oportunidades operam de forma transversal aos eixos econômicos trabalhados e que outros aportes são necessários para que de fato se consiga elevar o patamar socioeconômico da região. Dentre os aportes transversais são aqui destacados: melhoria da educação básica; capacitação técnica e geração de conhecimento e inovação; aprimoramento da infraestrutura - utilidades, comunicações e logística; e desenvolvimento social – políticas públicas dirigidas especialmente para a juventude, mulheres e comunidades tradicionais.

Consolidação das Estratégias e Ações Indicativas

2.4.

Com a sistematização do conjunto de informações adquiridas, integrando-se os diagnósticos setoriais e os subsídios obtidos nas atividades participativas, foi estabelecida a seleção de ações para a dinamização econômica dos três vetores priorizados – mineração, turismo e produção rural - e relativas à valorização do patrimônio ambiental. Para essas ações buscou-se identificar os parceiros envolvidos, e prazos indicativos para a suas implementações. Para o aprimoramento dos outros aportes transversais selecionados, que não faziam parte do escopo inicial do projeto, foram indicativamente elencadas algumas diretrizes gerais.

Completando o PDES-VR, é apresentada uma sugestão de uma estrutura conceitual de governança para a sua implementação.

Parte das proposições sugeridas, em função das especificidades técnicas, passou por um processo de aferição, em consultas com especialistas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, Codivar e Agência Nacional de Mineração - ANM.

03

Formação Econômica e Breve Leitura dos Indicadores de Qualidade de Vida do Vale Do Ribeira

Entender a socioeconomia da região do Vale do Ribeira passa pelo conhecimento dos ciclos históricos que levaram à configuração atual dos seus indicadores socioeconômicos.

Desenvolvimento do Vale do Ribeira e os grandes ciclos da economia brasileira

Brasil	Ciclo	Cana de Açúcar	Ouro	Café	Indústria
	Polo	Salvador	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro e São Paulo	São Paulo / Sudeste e Sul
Vale do Ribeira	Atividade Econômica no Vale do Ribeira	Ouro	Arroz	Chá, arroz	Produção rural - banana, pupunha, bubalinocultura, silvicultura; indústria incipiente (extrativa e transformação mineral); turismo
	Articulação Territorial	Peabirus, trilhas e exterior	Médio Vale (atual Eixo da BR) e Alto Vale, Exterior	Médio Vale (atual Eixo da BR)	Eixo da BR, São Paulo - Curitiba
	Ethos	Exploração e autonomia em relação ao governo central	Crescimento	Cultura japonesa	Do desânimo ao otimismo do Século XXI
	Transporte	Trilhas e Rio Ribeira de Iguape	Rio Ribeira de Iguape	Rio Ribeira de Iguape, Ferrovia Santos-Juquiá	BR 116, ligações com Baixada Santista, Lagamar e Alto Vale
	Mercado de Trabalho	Indígenas, garimpeiros, escravos	Agricultores, pescadores	Agricultores	Agricultores, Comércio, Serviços, Indústria

Terra de índios tupis e guaranis (embora em alguns sambaquis tenham sido encontrados resquícios ancestrais de até 8 mil anos), vasta nação que ocupava desde o litoral brasileiro até onde hoje são o Paraguai e o norte da Argentina, seu legado não se encontra apenas nos topônimos da região³, nem nas aldeias remanescentes, mas também na relação com a Mata Atlântica original (a região preserva o maior contingente desta vegetação no Brasil) e sua biodiversidade.

Também eles foram responsáveis por rotas comerciais que uniam os indígenas sul-americanos, com seus peabirus, um dos quais, segundo a lenda, unia Cananéia a Cuzco, no Peru. O início da colonização portuguesa no Brasil faz de Cananéia, devido à sua localização privilegiada, no limite (impreciso) do Tratado de Tordesilhas, um entreposto comercial entre portugueses, espanhóis e franceses, e que disputava com São Vicente o início da colonização portuguesa no Brasil.

Em meados do século XVI foi descoberto ouro na região, no Alto Vale, e foi dado o primeiro grande impulso para a sua ocupação. Embora extemporâneo ao ciclo de ouro das Minas Gerais, que só ocorreria mais de um século depois, foi importante para dar alguma atividade econômica à região e deu importância à navegação no rio Ribeira de Iguape e à localidade de Registro (ainda município de Iguape), posto de parada e fiscalização, para depois ser fundido na Casa de Fundição, já em Iguape, porto de acelerada movimentação.

O garimpo é uma atividade que independe de uma rede urbana muito complexa e, quando ocorre seu esgotamento, a região em que se encontra entra quase inevitavelmente em decadência, pois toda a renda gerada gira em torno da extração de minério. Isso ocorreu no Vale do Ribeira assim que as reservas auríferas foram se esgotando, ao mesmo tempo que surgiam as primeiras jazidas em Minas Gerais, para onde se deslocavam os garimpeiros. Ao abandonar os escravos à própria sorte, foram se formando os quilombos que perduram até os dias atuais. São quilombos de abandono, e não de resistência.

No final do século XVII se inicia o cultivo do arroz, voltado à exportação. O regime hídrico da região, com suas cheias e vazantes era ideal para o plantio de arroz, e o produzido sobretudo no médio Ribeira atingia alta qualidade. “No ápice do cultivo do arroz, por volta de 1840, deixavam os dois portos de Iguape (os mais movimentados do Sul do país) sete navios por semana, carregados sobretudo de arroz - produto agraciado em 1911 com o título de melhor arroz do mundo, na Exposição Turim-Roma” (Plano Estratégico de Economia Criativa – Dá Gosto ser do Ribeira. Sebrae/Garimpo de Soluções. São Paulo, 2020).

3 Como Apiaí, Biguá, Betari, Cajati, Itaoca, Itatins, Juquiá, Juquitiba, Jacupiranga, Miracatu, Pariquera Açu, Tapiraí, entre outros topônimos.



Crédito foto: Jonas Eduardo Pereira.

A produção do arroz, assim como a extração do ouro, integra apenas parcialmente a região (entre o alto e o médio vale e o porto de Iguape), mas se volta ao mercado exterior, sem vínculo com o comércio da província de São Paulo, então uma região pobre e distante dos centros econômicos do país (Salvador, no ciclo da cana de açúcar e Rio de Janeiro, no ciclo do ouro). Além disso, ocorria, entre os pequenos agricultores, uma interação entre a produção de arroz e a pesca da manjuba, no chamado Mar Pequeno, a porção de mar que fica entre Iguape e Cananéia e a Ilha Comprida. Na cheia, os agricultores tornam-se pescadores e na vazante colhem e plantam o arroz.

Havia, em meados do século XIX, uma ânsia de encurtar o caminho ao porto, uma vez que os barcos vindos do Médio Vale tinham que parar suas embarcações em um porto fluvial e daí seguir por terra (em lombos de burro) ou dar a volta pela foz do Ribeira de Iguape, na barra de Icapara, para acessar o porto marítimo da cidade de Iguape. Em 1852 foi aberto um canal, o do Valo Grande, de apenas 4 metros de largura, que ligava os portos marítimo e fluvial.

Isso provocou mudanças bruscas na vida produtiva local: em 25 anos, os sedimentos trazidos pelo rio assorearam de tal forma o porto, que ele já não dispunha mais de calado suficiente para grandes embarcações. Simultaneamente, a abertura do canal significava uma injeção direta de milhares de metros cúbicos de água doce no Mar Pequeno, alterando profundamente a sua salinidade e expulsando a população de peixes mais nobres, obrigando os pescadores a buscar alimento no mar aberto, onde suas embarcações eram inadequadas.

Imagem ilustrando as áreas centrais de Iguape e Ilha Comprida: no centro, o Valo Grande segmenta a atual mancha urbana de Iguape



Fonte: Imagem COPERNICUS/Sentinel 2 (2019) geradas pela Agência Espacial Européia (ESA).

O resultado foi uma sensível diminuição na produção de arroz, que só veio ser parcialmente recuperada com uma onda de imigração japonesa, no início do século XX, e a utilização da ferrovia Santos – Juquiá, para onde se transferiu o transporte do produto. Atualmente, quase 170 anos após sua abertura, o canal conta com uma largura de aproximadamente 300 metros, tem uma barragem para evitar a erosão da cidade de Iguape (que foi cindida em duas partes) e finalmente deve ganhar as comportas necessárias ao controle das enchentes.

Com atividades econômicas exclusivamente voltadas ao exterior e que apresentavam exaustão em pouco tempo, a região ficou às margens da incipiente atividade econômica da província de São Paulo, pois as tropas de muares que provinham dos pampas subiam para Minas Gerais pelo caminho dos tropeiros que passava por Sorocaba, do outro lado do espigão da Serra do Mar, de mais fácil travessia.

Junte-se a isso o fato da região não possuir terras adequadas à plantação de café, que revolucionou a economia paulista no final do século XIX: altas declividades, excessiva umidade e com terras planas sujeitas a inundações frequentes, além do empobrecimento decorrente seja da exaustão das minas de ouro como das plantações de arroz. A ausência de capitais e a inoperância do porto de Iguape devido ao assoreamento (que fez a produção cafeeira se dirigir ao porto de Santos) deixaram o Vale do Ribeira à margem do boom econômico advindo da produção do café.

Mesmo com a imigração japonesa, que fez renascer a produção de arroz, embora em menor escala e iniciou a produção de chá (especialmente em Ribeira), não houve continuidade ou permanência constante de uma atividade econômica forte e sustentável na

região. Atualmente, a produção de chá ocorre de maneira limitada, com características turísticas, e a produção de arroz está praticamente desaparecida. Os armazéns da KKKK (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha), de origem japonesa, foram confiscados durante a segunda guerra mundial, e hoje fazem parte do acervo turístico da cidade de Registro.

Monumento Flor do Guaracui (Tomie Otake), ao fundo conjunto K. K. K., pós restauro



Crédito foto: Liana Tami (acervo Prefeitura de Registro).

Também coube ao capital japonês a operação da única mineração de ouro mecanizada na região. A mina em Apiaí foi confiscada durante a 2ª Guerra Mundial e hoje integra o Parque Municipal Morro do Ouro.

Parque Municipal do Morro do Ouro - Apiaí



Crédito foto: Marsis Cabral Junior.

O início do século XX, que teve o auge da expansão cafeeira e a consequente transferência de capitais para a atividade industrial, trouxe concentração da atividade econômica na cidade de São Paulo e, inicialmente, nas cidades do entorno (hoje Região Metropolitana de São Paulo), nos polos principais da produção cafeeira (Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto) e no porto de Santos, cuja infraestrutura servia tanto para exportar café quanto para importar insumos para a nascente atividade industrial. O Vale do Ribeira esteve à margem desse progresso, seja pela inadequação das condições geomorfológicas e climáticas à produção de café, seja pela ausência de capitais e de uma rede urbana que pudesse ser integrada à produção industrial⁴.

A partir dos anos 1920 começou a ser introduzida na região uma cultura que viria a ser a dominante, hoje, a da banana. O Vale do Ribeira é o maior produtor nacional desse produto, cujas plantações se encontram predominantemente no Eixo da BR, mas se estende a alguns municípios do Alto Vale e as regiões do Lagamar e Litoral Sul. Embora haja uma industrialização da banana, como forma de agregar valor à produção (através de doces, balas, banana-passa, etc.), ela ainda não é o fator predominante da renda do produto. A maior parte da renda gerada provém da venda do produto in natura.



Crédito foto: acervo CPRM - Serviço Geológico do Brasil.

A partir dos anos 1960 a região ganha um impulso novo, que é a abertura da BR 116, rodovia que liga São Paulo a Curitiba. Ao final da década, o governo estadual cria a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa), com atuação em toda a região compreendida entre o espigão da Serra do Mar e o litoral paulista. Seu

⁴ Note-se que, em alguns municípios do Alto Vale, há, ainda hoje, maior participação da população rural no total da população, enquanto a média do Estado é de uma taxa de urbanização de mais de 90%.

objetivo era dotar a região de infraestrutura física e social e se contrapor estrategicamente a eventuais ameaças associadas a movimentos guerrilheiros.

Uma dessas ações foi a priorização do Hospital Regional de Pariqueira Açu, hoje administrado pelo Consórcio de Saúde do Vale do Ribeira (Consaúde), centro de referência a todos os municípios do Vale. Outra ação foi a de disseminar, no meio rural, escolas rurais e postos de saúde para uma região que então apresentava indicadores sociais bastante inferiores aos do Estado de São Paulo.

A instalação de uma indústria de fertilizantes no então distrito de Cajati (que foi desmembrado de Jacupiranga nos anos 1970) deu início a um tímido processo de industrialização na região. Os dados de Cajati, município de maior PIB per capita, indicam que ela é importante para as finanças municipais, mas a localização dessa indústria se baseia na existência de substâncias minerais (minério fosfático e rocha carbonática) para processamento (produtos químicos fosfatados e cimento), e não por outros motivos, o que tem limitado a disseminação de atividades industriais pela região.

Outro foco industrial se localiza em Apiaí e Ribeirão Grande, no Alto Vale, e se refere à produção cimenteira. Como em Cajati, a atividade industrial ocorre em função da presença de bens minerais, especialmente de reservas de calcário, matéria-prima essencial para a produção de cimento. Também neste caso não se criaram condições para o desenvolvimento de uma estrutura industrial mais complexa e difundida na região.

Embora tenha havido a elaboração de vários planos de desenvolvimento para a região, sua descontinuidade ou inexecutabilidade (alguns feitos sem que a população local tivesse conhecimento) não conseguiram fixar atividades econômicas novas na região. Uma exceção foi a introdução do rebanho bubalino, espécie que aprecia a extrema umidade da região, que afastava a criação tradicional do gado bovino das raças nelore e zebu. A crescente produção de leite de búfala e seus derivados é uma atividade importante até hoje. A introdução do cacau e a piscicultura em larga escala, incentivadas por capitais japoneses nos anos 1970 e 1980, por sua vez, não tiveram sucesso.

A crescente importância da preservação ambiental, a partir dos anos 1980, encontrou fértil terreno no Vale do Ribeira. Como a região ficou fora dos ciclos de desenvolvimento do país e do estado, ela permaneceu intocada em vastas áreas, que logo foram transformadas em áreas de preservação, que hoje ocupam uma parcela considerável do território, sobretudo no Alto Vale e no Lagamar. Se, por um lado, isso inibiu a instalação de novos empreendimentos, preservou uma riqueza em termos de biodiversidade que ainda está para ser explorada adequadamente.

Algumas atividades, a partir da definição de áreas de preservação foram praticamente extintas, ou permanecem na ilegalidade, como a extração do palmito juçara, planta que leva muito tempo para crescer e, quando cortada, não floresce de novo. A partir dessa proibição, muitos agricultores se lançaram ao plantio e exploração do palmito pupunha, de crescimento mais rápido e replantio mais fácil. Essa atividade é responsável pela segunda maior produção agrícola do Vale, atrás somente da banana, e com potencial

de industrialização que lhe traga maior valor agregado.

O Vale do Ribeira chega então ao século XXI com um eixo de transporte estrutural, que é a BR 116, totalmente duplicada entre São Paulo e Curitiba, acompanhada de ligações razoáveis com a Baixada Santista (há a previsão de duplicação desta ligação) e com a região do Lagamar. As ligações do Alto Vale com o Eixo da BR, seja a Iporanga-Sete Barras como a Tapiraí-Juquiá, ainda carecem de maior qualidade. Da mesma forma, a rede de rodovias vicinais necessita de cuidados constantes, sobretudo nas regiões mais íngremes e na época das chuvas.



Crédito foto: Junior Petar.

Quanto aos indicadores sociais, em que pese serem ainda deprimidos em relação às médias estaduais, têm evoluído, embora lentamente, em relação aos padrões médios de São Paulo. Prova disso é que vários dos municípios estão caracterizados no Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS como municípios “equitativos”, ou seja, renda baixa, mas com indicadores sociais equilibrados.

Duas são as carências principais reveladas pelos indicadores: baixa renda e saneamento básico (esgotamento sanitário), em que os índices locais se afastam bastante das médias estaduais.

Preocupa também a existência de municípios, sobretudo no Alto Vale, tidos como “vulneráveis”, em que, aliados à baixa renda, os indicadores sociais apresentam deficiências mais acentuadas. No quesito escolaridade, em boa parte dos municípios os índices alcançados superam a média estadual. Isso pode servir de base para que a maior parte dos municípios esteja na categoria de “equitativos”, uma vez que nenhum deles supera a média estadual no quesito “riqueza”.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na região mostra que os seus municípios não estão muito abaixo dos indicadores estaduais, e que o grande problema, no quesito qualidade de vida está no “esgotamento sanitário adequado”, já que os demais indicadores apontam, salvo raras exceções, para um atendimento adequado.

Esses dados, aliados à baixa pressão demográfica, indicam que uma política pública social ativa pode, em prazo relativamente curto, aliviar as demandas sociais dos municípios.

O Vale do Ribeira é detentor de importante geodiversidade que abriga uma dotação mineral diferenciada dentro do estado. A dinamização da atividade mineral na região, pode se dar tanto pelo aumento da produção das substâncias já lavradas, como pela diversificação dos bens minerais produzidos. Em ambos os casos é fundamental a agregação de valor na cadeia produtiva, com a comercialização de produtos minerais processados, bem como o aprimoramento contínuo do controle ambiental dos empreendimentos, conciliando o desenvolvimento da indústria de base mineral com a preservação do meio ambiente e as demais vocações regionais.

A agropecuária tem se desenvolvido com base em dois produtos principais, a banana e a pupunha; no entanto, outras produções ganham espaço na região, como o maracujá, a mexerica, o feijão e o tomate. As plantas ornamentais são um filão econômico que pode reter a população no campo com atividade rentável. A produção bubalina também se encontra em franca expansão, com uma espécie animal perfeitamente adequada ao clima úmido da região. A indústria de laticínios tem ainda muito espaço para se desenvolver, necessitando de aportes de tecnologia, seja para a produção, como para o comércio online e para o treinamento dos produtores de leite. A produção florestal também tem ganhado espaço na economia local, especialmente em municípios do Alto Vale.

O turismo tem um vasto caminho a seguir, desde aquele com característica ecológica (em conjunto com as áreas de preservação) até os que preservam os elementos culturais componentes da região (índios, quilombolas, cultura japonesa), que vão desde a arquitetura até a gastronomia.

Essas três vertentes econômicas são as detalhadas ao longo deste Plano, que aponta, ainda, aportes transversais nas áreas de política social, juventude, políticas para mulheres e governança, entre outros.

04.

Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Vale do Ribeira

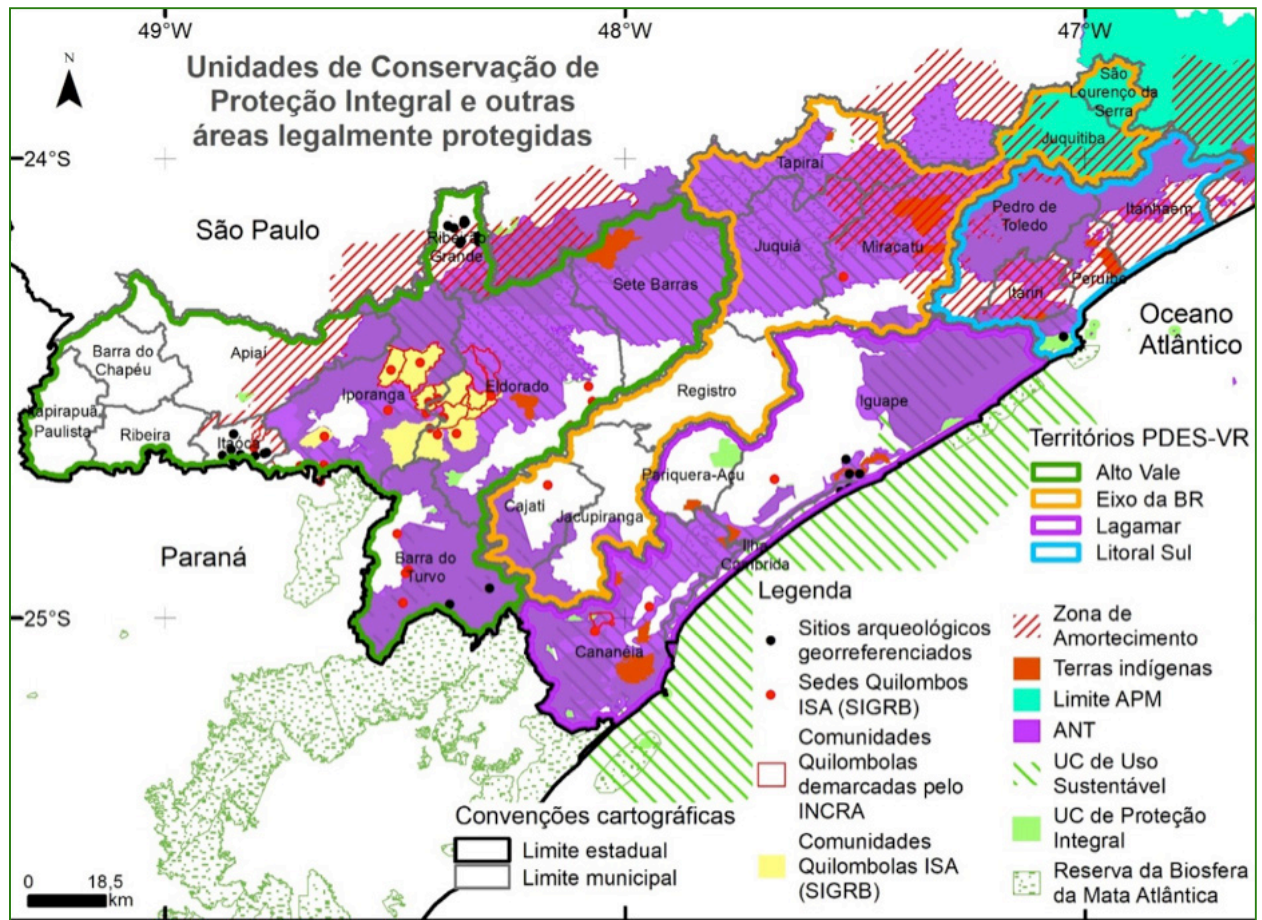
O meio ambiente é reconhecido como um ativo de expressiva relevância do Vale do Ribeira. No Alto Vale predomina uma paisagem montanhosa e florestada, por onde passa o Rio Ribeira e abriga belíssimas cavernas e cachoeiras. A região denominada Eixo da BR é caracterizada pela presença de importantes afluentes do Rio Ribeira, como o Juquiá, o Jacupiranga e o São Lourenço. No Lagamar estão as terras mais planas e inundáveis, onde o rio desce em meandros até desembocar na região litorânea próxima a Iguape, apresentando uma variedade de habitats como manguezais, estuários, deltas, restingas, praias, ilhas e costões rochosos. O Litoral Sul dispõe, da mesma forma, de densa rede hídrica que forma meandros, manguezais, praias e costões rochosos nos municípios de Itanhaém e Peruíbe.



Crédito foto: Junior Petar.

Parte desse importante ativo ambiental é protegido por instrumentos legais. Mais da metade do território do PDES-VR é coberto por Unidades de Conservação (UC), tanto de Proteção Integral quanto de Uso Sustentável. Tais UCs integram quatro Mosaicos de Unidades de Conservação (Paranapiacaba, Jacupiranga, Jureia e Lagamar) que formam um cordão de proteção do patrimônio natural, socioambiental, cultural, arqueológico espeleológico e histórico regional. Nessas áreas são encontradas espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, além de uma rica biodiversidade associada ao Bioma da Mata Atlântica.

Áreas legalmente protegidas no território do PDES-VR



A cada tipologia de UC está associado um conjunto de normas e diretrizes específicas, contidas ou não em Planos de Manejo. Além de Áreas de Proteção Ambiental (APAs); Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs); Áreas Sob Proteção Especial (ASPE); Estações Ecológicas (EEc); Parques Estaduais (PEs); Parques Naturais Municipalis (PNMs); Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reservas Extrativistas (RESEx); Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs); e Refúgios de Vida Silvestre (RVs), destaca-se, ainda, a incidência da Área Natural Tombada (ANT) da Serra do Mar e de Paranapiacaba e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, gravada como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

Unidades de Conservação no território do PDES-VR

Tipo UC	Categoria	Nome da UC	Ato de criação	Instância responsável	Plano manejo
Proteção Integral	PE	PE Turístico do Alto Ribeira	Decreto nº 32283 de 20/05/1958	Estadual	Sim
	PE	PE Lagamar de Cananéia	Lei nº 12.810 de 22/02/2008	Estadual	Não
	PE	PE Intervalos	Decreto nº 40135 de 09/06/1995	Estadual	Sim
	PE	PE do Rio Turvo	Lei nº 12.810 de 22/02/2008	Estadual	Não
	PE	PE do Prelado	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013	Estadual	Não
	PE	PE do Itinguçu	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013	Estadual	Não
	PE	PE da Serra do Mar	Decreto nº 10251 de 31/08/1977	Estadual	Sim
	PE	PE Campina do Encantado	Decreto nº 8873 de 17/08/1994	Estadual	Sim
	PE	PE Caverna do Diabo	Decreto nº 12.810 de 22/02/2008	Estadual	Sim
	PE	PE Carlos Botelho	Decreto nº 19.499 de 11/09/1982	Estadual	Sim
	PE	PE da Ilha do Cardoso	Decreto nº 40319 de 03/07/1962	Estadual	Sim
	PE	PE Nascentes do Paranapanema	Decreto nº 58.148 de 22/06/2012	Estadual	Sim
	PE	PE de Jacupiranga	Decreto-lei Estadual nº 145/69	Estadual	Não
	PNM	PNM Morro do Ouro	Decreto nº 03/2004 de 28/01/2004	Municipal	Não
	PNM	PNM de Juquiá	Lei Municipal nº 3, de 5 de abril de 1993	Municipal	Não
	EEc	EEc de Xitué	Decreto nº 28153 de 24/04/1957	Estadual	Sim
	EEc	EEc Chauás	Decreto nº 12.327 de 27/09/1978	Estadual	Não
	EEc	EEc Juréia-Itatins	Decreto nº 24.646 de 20/01/1986	Estadual	Não
EEc	EEc Tupiniquins	Dec nº 92.964 de 21/07/1986	Federal	Sim	

Tipo UC	Categoria	Nome da UC	Ato de criação	Instância responsável	Plano manejo
Uso Sustentável	RVS	RVS Ilhas do Abrigo e Guararitama	Lei - 14982 - 08/04/2013	Estadual	Sim
	APA	APA Cajati	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Sim
	APA	APA Ilha Comprida	Decreto nº 26881 de 11/03/1987	Estadual	Sim
	APA	APA Planalto do Turvo	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Sim
	APA	APA Quilombos do Médio Ribeira	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Sim
	APA	APA Rio Pardinho e Rio Vermelho	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Sim
	APA	APA Serra do Mar	Decreto nº 22717 de 21/09/1984	Estadual	Sim
	APA	APA Cananéia-Iguape-Peruíb	Decreto nº 90347 de 23/10/1984	Federal	Sim
	ASPE	ASPE da Juréia	Portaria nº 186 de 11 de julho de 1986	Federal	Não
	ARIE	ARIE Ilha Ameixal	Decreto nº 91889 de 05/09/1985	Federal	Não
	ARIE	ARIE do Guará	Decreto nº 53.527 de 09/10/2008	Estadual	Não
	ARIE	ARIE Zona de Vida Silvestre da APA da Ilha Comprida	Decreto nº 30.817 de 01/11/1989	Estadual	Não
	ARIE	ARIE das Ilhas Queimada Pequena e Queimada Grande	Decreto Federal nº 91.887/85	Federal	Não
	RDS	RDS Barrero Anhemas	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Não
	RDS	RDS da Barra Do Una	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013	Estadual	Não
	RDS	RDS do Despraiado	Lei ordinária nº 14.982 de 09/04/2013	Estadual	Não
	RDS	RDS dos Pinheirinhos	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Não

Tipo UC	Categoria	Nome da UC	Ato de criação	Instância responsável	Plano manejo
Uso Sustentável	RDS	RDS Itapanhapima	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Não
	RDS	RDS Lavras	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Não
	RDS	RDS Quilombos de Barra do Turvo	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Não
	RE-SEX	RESEX Ilha do Tumba	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Não
	RE-SEX	RESEX Mandira	Decreto nº S/N de 16/12/2002	Federal	Não
	RE-SEX	RESEX Taquari	Lei ordinária nº 12810 de 21/02/2008	Estadual	Não
	RPPN	RPPN Trápaga	Resolução SMA nº 10 de 31/01/2018	Estadual	Não
	RPPN	RPPN Serra do Itatins	Resolução SMA nº 84 de 19/11/2009	Estadual	Não
	RPPN	RPPN São Judas Tadeu	Resolução SMA nº 65 de 12/09/2008	Estadual	Não
	RPPN	RPPN Natural Parque do Zizo	Resolução SMA nº 46, de 7 de junho de 2013	Estadual	Não
	RPPN	RPPN Encantos da Juréia	Resolução SMA nº 83, de 1º de dezembro de 2008	Estadual	Não
	RPPN	RPPN Fazenda Agropastoril Gonçalves	Portaria nº 102/19-N, de 25 de novembro de 1999	Federal	Não

Existem, ainda, outros espaços legalmente protegidos igualmente estabelecidos pelo Poder Público, de domínio público ou privado, sujeitos a regimes especiais de proteção. Comunidades quilombolas, caiçaras, de pescadores tradicionais, terras indígenas e pequenos produtores rurais, além de grupos de imigrantes europeus, norteamericanos e japoneses que se assentaram nesse território compõem um mosaico de diversidade cultural única e singular. Foram identificadas 15 Terras indígenas, 49 comunidades quilombolas, 360 sítios arqueológicos e diversos bens tombados (religiosos, urbanos, arqueológicos, área natural/sítios paisagísticos).

Arrozal - Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca - Barra do Turvo

Crédito foto: Jonas Eduardo Pereira.

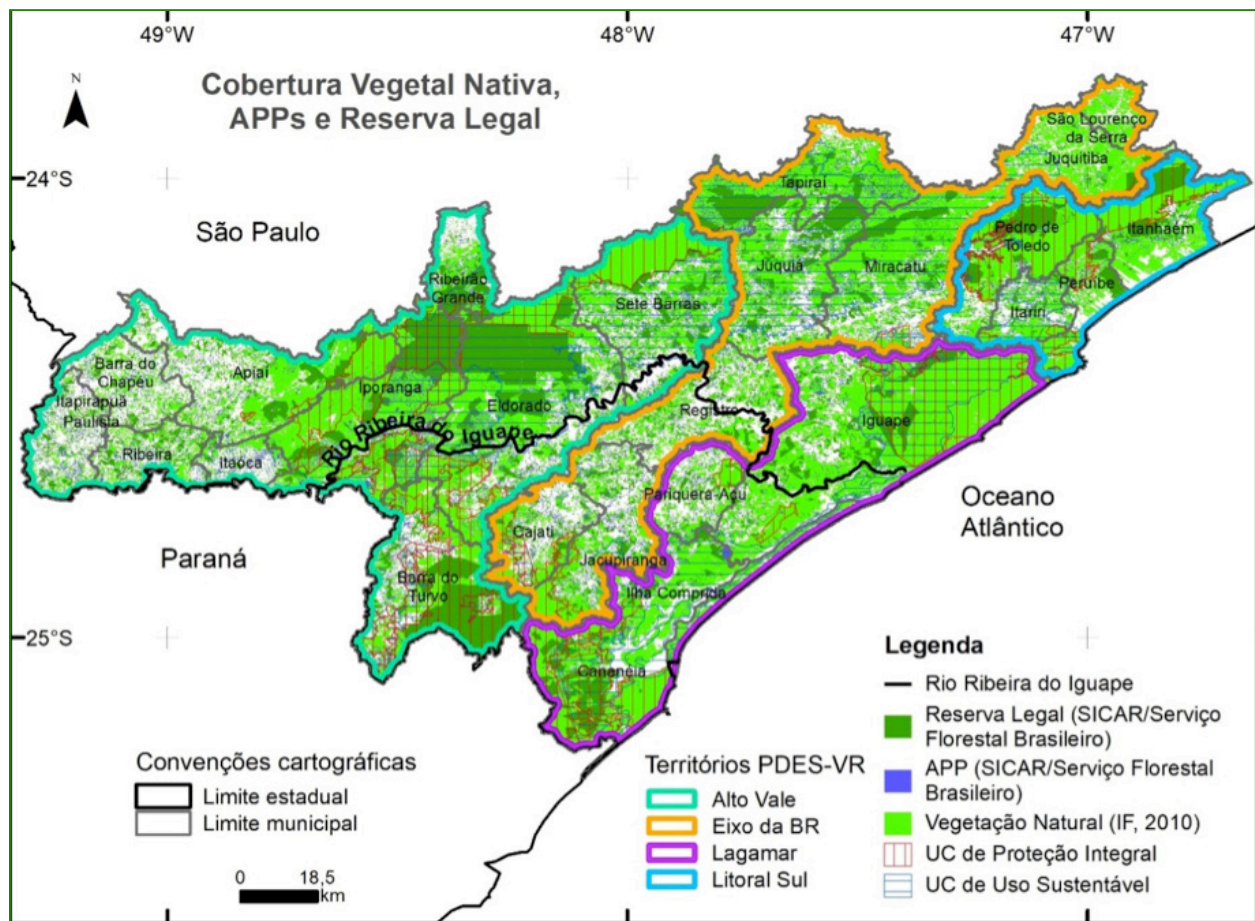
Outro aspecto singular diz respeito à cobertura florestal, que de acordo com o Inventário Florestal do Estado de São Paulo (IF, 2010⁵) recobre mais de 70% do território do PDES-VR. Uma notável biodiversidade está associada a essa que é a maior área contínua de Mata Atlântica preservada do Brasil, cobrindo aproximadamente 60% do território do PDES-VR. Trata-se de um riquíssimo conjunto de ecossistemas em termos de diversidade biológica, composto por florestas, restingas, manguezais e uma costa recortada por um conjunto de praias, estuários e ilhas. Parte está inserida em áreas de preservação permanente (APPs) e Reservas Legais, reguladas pelo Código Florestal.



Crédito foto: Junior Petar.

5 Apesar de o mais recente Inventário Florestal ter sido lançado em agosto de 2020, o shapefile necessário para efetuar os cálculos não estava disponível no portal do DATAGEO até da data de conclusão do PDES-VR.

Cobertura vegetal, UCs, APPs e RLs no território do PDES-VR



No que tange ao patrimônio hídrico, a área do PDES-VR abrange três Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHs. Nessas Unidades hídricas, nascem diversos rios que são mananciais de abastecimento da população de dentro (ex., Rio Ribeira, Rio São Lourenço, Rio Cata Alta, Ribeirão do Tijuco, Rio Jacupiranguinha) e de fora da região (ex., sub-bacia do Rio Juquiá), beneficiando milhões de pessoas. No geral, a disponibilidade hídrica é considerada satisfatória, o que é favorável à instalação de atividades econômicas com baixo potencial poluidor. No entanto, a distribuição de água não é uniforme nas UGRHs e há transposição das águas da bacia do Ribeira de Iguape para abastecer outras regiões (ex., Sistema Produtor São Lourenço), fato relevante para o desenvolvimento sustentável da região.



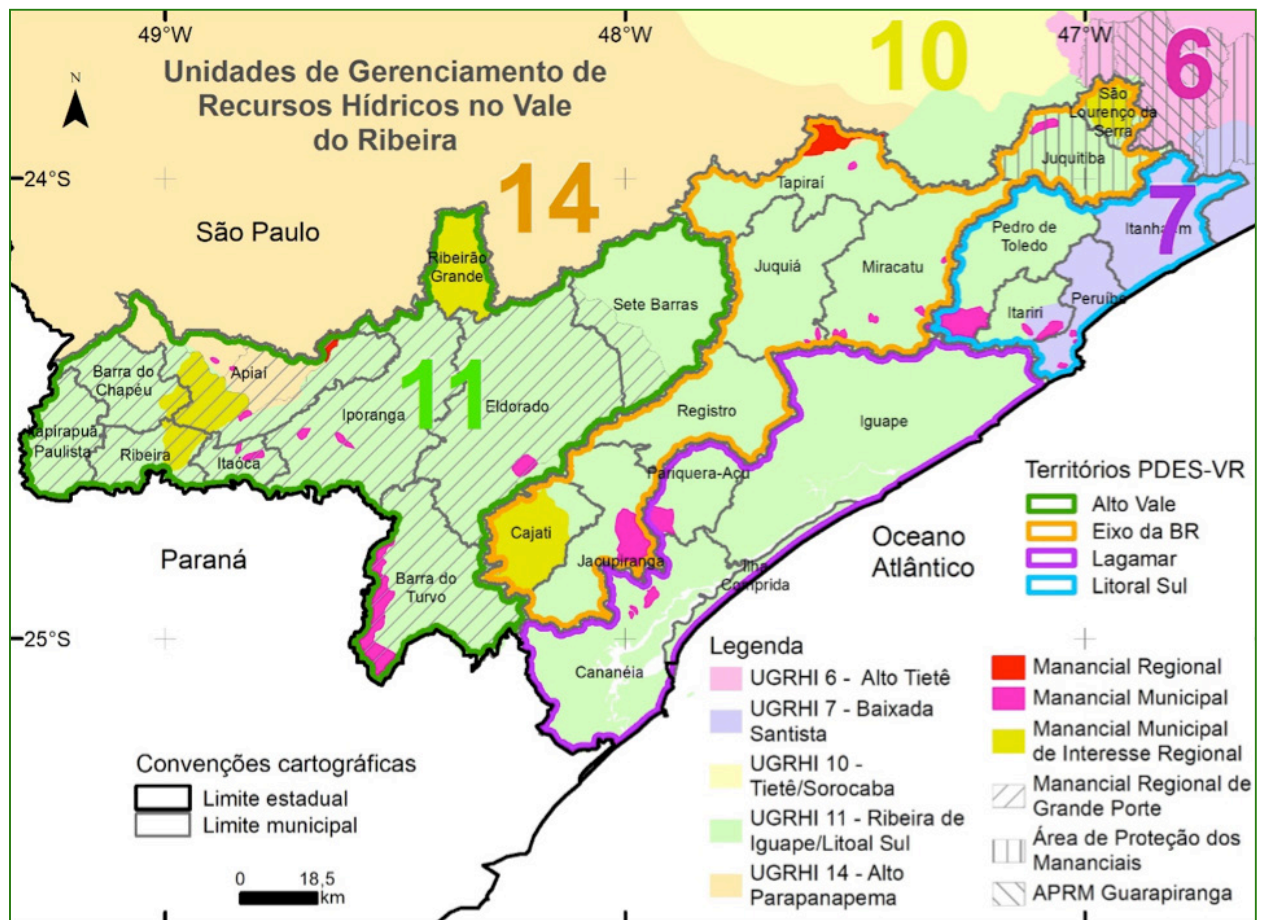
Crédito foto: Junior Petar.

Destaca-se, ainda, o Rio Ribeira de Iguape, que teve papel central no surgimento e povoamento de cidades e na construção da identidade e da história do Vale do Ribeira. Ao conectar os municípios localizados no planalto e no litoral, contribuiu para o desenvolvimento de atividades econômicas, para o estabelecimento de áreas urbanas e para sobrevivência de comunidades tradicionais. Um importante rio, ainda sem barragens, em localização estratégica, o Ribeira representa um símbolo regional desse território.

Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs) no território do PDES-VR

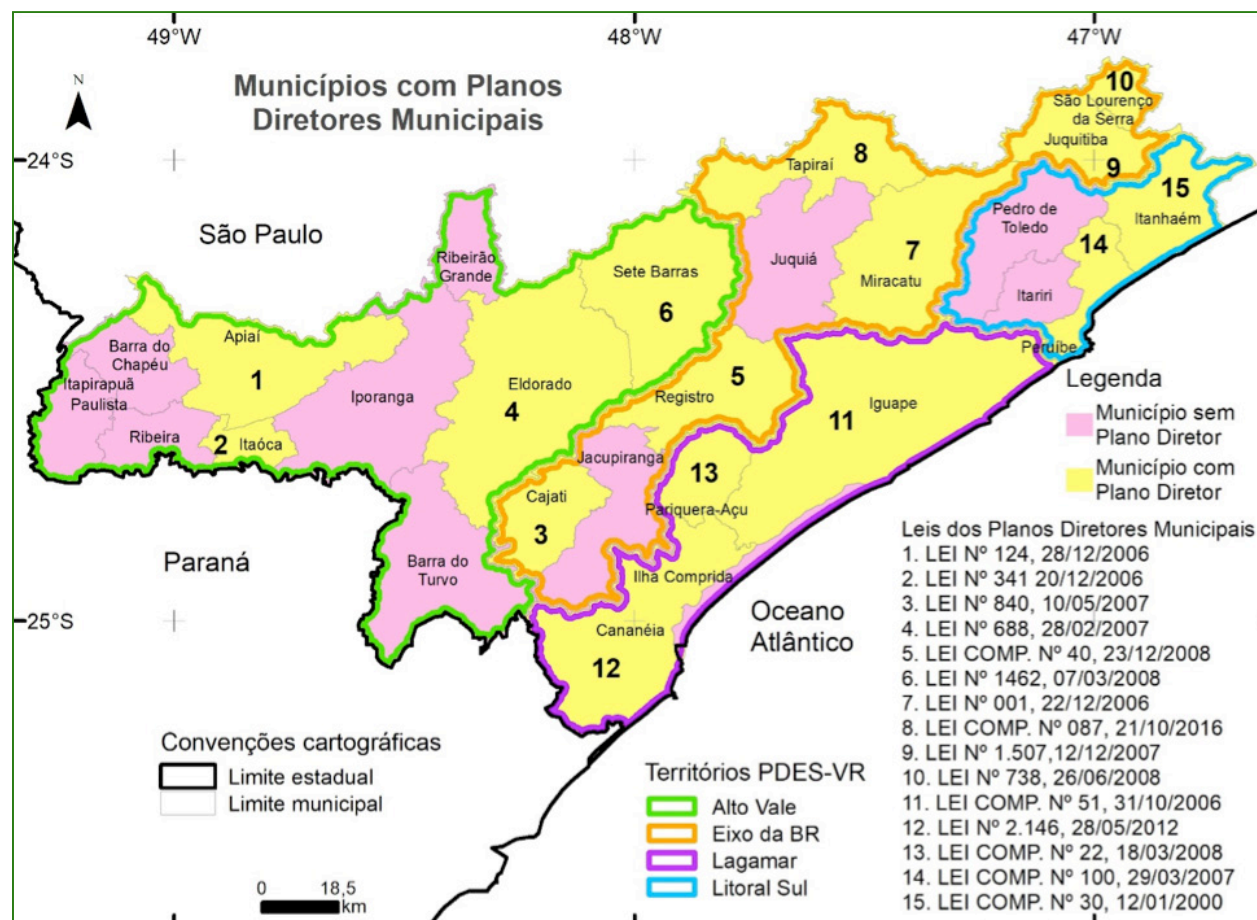
Nº da UGRHI	Nome da Bacia Hidrográfica	Principais rios	Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH)
UGRHI 11	Bacia do Rio Ribeira de Iguape e Litoral Sul	Ribeira de Iguape e seus afluentes: Açungui, Capivari, Pardo, Turvo, Juquiá, São Lourenço, Jacupiranga, Itapirapuã, Uma da Aldeia e Itariri	Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul – CBH-RB
UGRHI14	Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema	Paranapanema com seus afluentes da margem direita rios Santo Inácio, Jacu, Guareí, Itapetininga e Turvo e da margem esquerda os rios Itararé, Taquari, Apiaí-Açu, Paranapitanga e das Almas	Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema – CBH-ALPA
UGRHI 07	Bacia Hidrográfica da Baixada Santista	Itanhaém, Branco e Preto	Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – CBH-BS

UGRHIs, principais rios e mananciais do território do PDES-VR



No que concerne aos instrumentos de ordenamento territorial municipais, verifica-se que, apesar da obrigatoriedade estabelecida no Art. 181 da Constituição Estadual de São Paulo, apenas 15 dos 26 municípios, possuem Planos Diretores, sendo que a maioria foi aprovada há mais de dez anos, necessitando de revisão. Apesar de os Planos Diretores existentes demonstrarem um grande esforço para envolver questões ambientais no objeto da Lei, existe uma carência de fazê-los por meio de análise integrada e interativa.

Municípios com Plano Diretor Municipal no território do PDES-VR



No âmbito regional, o Zoneamento ecológico-econômico (ZEE) é um importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) que objetiva compatibilizar a proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico. Na região do PDES-VR já foram desenvolvidos estudos para a definição do ZEE no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia, no ano de 1996 e na porção continental em 2014. O ZEE para todo o Estado de São Paulo está sendo conduzido pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (CPLA-SIMA).

Tanto os ZEEs (setor costeiro do Vale do Ribeira e Complexo Lagunar) quanto as diretrizes dos Planos Diretores dos municípios reforçam a importância de valorizar esses ativos e incentivar atividades compatíveis o valor patrimonial (ambiental e cultural) desse território. As metas e diretrizes do PDES-VR estão alinhadas a esses instrumentos de planejamento e gestão de forma a apontar rumos de investimentos que alavanquem o setor produtivo da região e gerem emprego e renda, considerando o rico patrimônio histórico, cultural e ambiental aqui descrito.



05.

Dinamização Econômica do Vale do Ribeira em Bases Sustentáveis: Programas de Ações

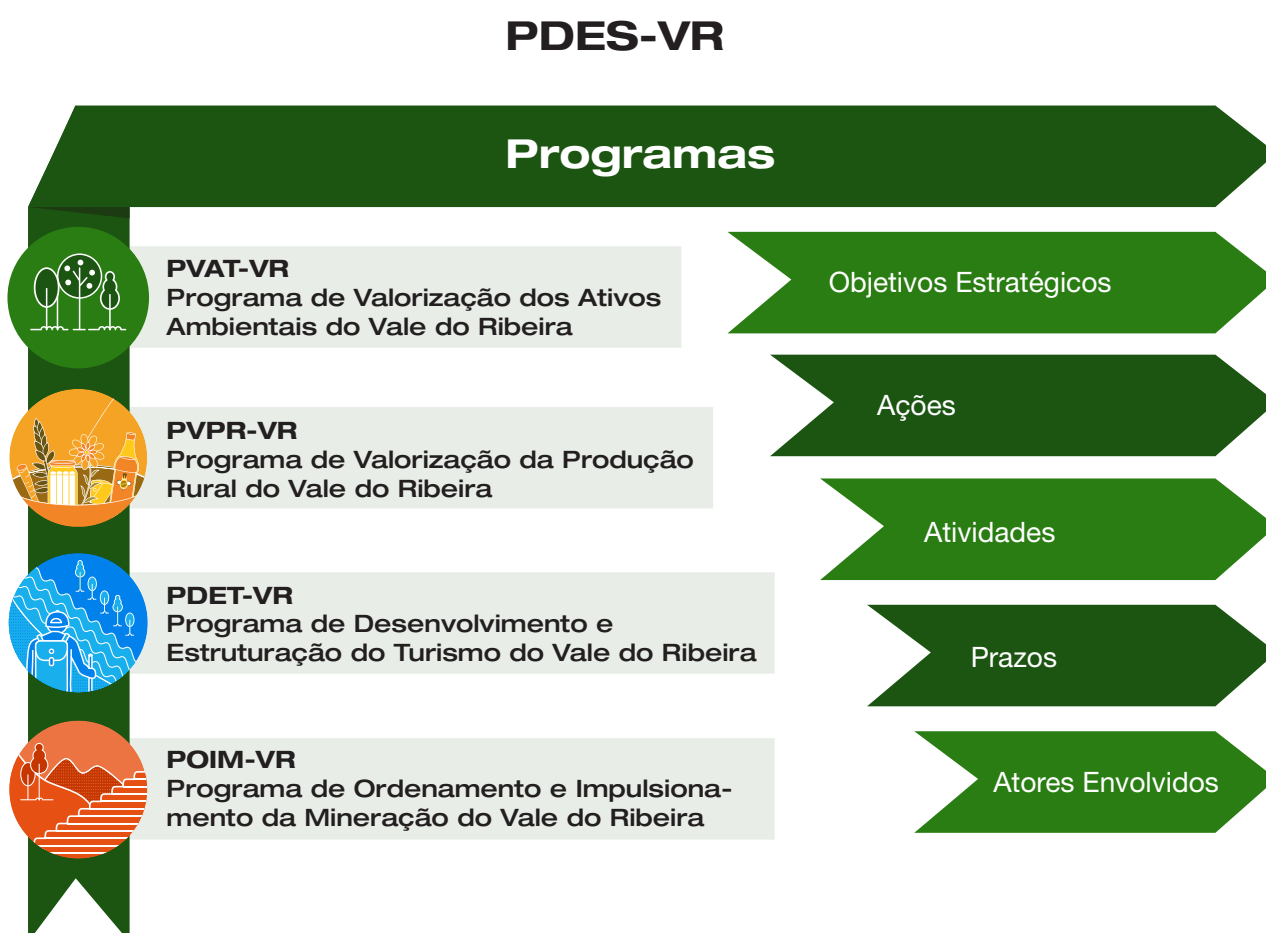


E laborou-se um plano de ações estruturado em quatro modalidades de programas, envolvendo os três grandes vetores econômicos priorizados - produção rural, turismo e mineração, e a valorização dos ativos ambientais.

Cada um dos programas contém um pequeno diagnóstico setorial, que contextualiza e traz as principais referências para os objetivos estratégicos que fundamentam as ações. As ações propostas estão desdobradas em atividades que servem também, em alguns casos, como indicadores sobre o avanço dessas iniciativas. Quando se julgou necessário o entendimento com mais detalhes das ações, foram incluídos textos explicativos. Complementa-se, com a indicação de instituições que potencialmente podem liderar as ações e demais entidades partícipes e/ou colaboradoras, e com a expectativa de prazo para a realização. Foram adotadas como referências temporais: curto prazo - 2022; médio prazo - 2025; e longo prazo - 2030.

Alinhando-se aos preceitos de sustentabilidade no processo de desenvolvimento, identificou-se em cada programa os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas com os quais procura contribuir.

Estrutura dos programas de ações do PDES-VR





Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira - PVAT-VR

5.1.



Crédito foto: Junior Petar.

O PVAT-VR engloba um conjunto de ações de valorização do meio ambiente como um ativo econômico de forma que as cadeias produtivas contribuam para o desenvolvimento do Vale do Ribeira e, ao mesmo tempo, à preservação do importante patrimônio natural e cultural regional. O programa objetiva, ainda, conscientizar pessoas e empresas e fomentar um sistema de negócios sustentáveis para a adoção de práticas ambientalmente corretas e, assim, garantir a sustentabilidade do projeto de futuro do Vale do Ribeira.

5.1.1.

Contexto e bases para o PVAT-VR

A região do Vale do Ribeira constitui, certamente, uma das porções do território paulista com ativos ambientais mais relevantes. Patrimônio natural, socioambiental e cultural da humanidade, o território do PDES-VR fornece inúmeros serviços ecossistêmicos e ambientais, desde aqueles relacionados aos seus recursos florestais e hídricos, até os associados ao seu patrimônio edificado e às comunidades tradicionais que lá habitam. Essa configuração única se deu tanto pela geografia quanto pelo relativo isolamento econômico e existência de áreas legalmente protegidas nos territórios do PDES-VR.

Considerando as Unidades de Conservação (UCs) e a cobertura vegetal como indicadores dessa potencialidade, 33% da sua área total abriga UCs de Proteção Integral e 40% tem UCs de Uso Sustentável. De acordo com o Inventário Florestal do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010), mais de 70% do seu território é coberto por florestas. Essa expressiva quantidade de áreas verdes, protegidas ou não por instrumentos legais, evidencia o relevante ativo ambiental da região em relação ao contexto paulista e a grande necessidade de preservar essa condição única do Estado de São Paulo.



Crédito foto: Priscilla Moreira Argentin.

Quantitativo de áreas protegidas no território do PDES-VR

Área protegida	Alto Vale		Eixo BR		Lagamar		Litoral Sul		Região do PDES-VR	
	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%	Área (km ²)	%
UC de Proteção Integral	2.967,8	49,4	583,0	9,7	1.584,1	26,4	875,4	14,6	6.010,3	33,4
UC de Uso sustentável	2.542,8	35,2	2.206,1	30,6	2.064,0	28,6	403,0	5,6	7.215,9	40,1
Zona de amortecimento de UC	589,8	19,6	1.483,6	49,2	0,4	0,0	939,5	31,2	3.013,3	16,8
Quilombolas INCRA	317,6	95,7	0,1	0,0	14,2	4,3	0,0	0,0	331,9	1,8
Terras indígenas	83,9	27,4	94,6	30,9	111,1	36,3	16,7	5,5	306,3	1,7
Área de mananciais (APM/ APRM)	0,0	0,0	747,9	99,3	0,0	0,0	5,0	0,7	752,9	4,2
Área de preservação permanente (SICAR-SP)	957,6	48,5	625,3	31,7	224,7	11,4	167,7	8,5	1.975,3	11,0
Reserva Legal (SICAR-SP)	1.838,5	52,2	837,4	23,8	477,4	13,6	367,0	10,4	3.520,3	19,6
Vegetação (SÃO PAULO, 2010)	5.116,1	39,4	3.523,3	27,1	2.846,1	21,9	1.510,4	11,6	12.995,8	72,3
ÁREA TOTAL PDES-VR (km²)									17.985	---

Apesar desses números expressivos, existe parte da vegetação localizada fora de áreas protegidas, indicando um potencial associado à vegetação que não possui incentivos associados à sua conservação, como o ICMS ecológico e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Esse potencial é abordado, também, no Programa de Valorização da Produção Rural (item 5.2)

O Valor do ICMS Ecológico nos territórios do PDES-VR foi de R\$ 54.650.422,92 (ano base 2019), o que representou cerca de 35% do totalizado no Estado de São Paulo (R\$ 150.052.977,79), embora concentre o mais significativo remanescente de vegetação do Estado. Os municípios do Alto Vale e da região do Lagamar são aqueles que receberam o maior montante de recursos no mesmo ano, somando R\$19.978.302,55 e R\$ 14.171.651,46, respectivamente, ou 38 % e 27 % do valor total da região. Em valores absolutos, Iguape, Barra do Turvo e Iporanga são os municípios que recebem os maiores montantes, graças à existência das UCs do Mosaico Jacupiranga, Parque Intervales, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira e APA da Serra do Mar, o que contribuiu para um repasse superior a R\$ 5 milhões em 2019 para cada um dos três municípios.

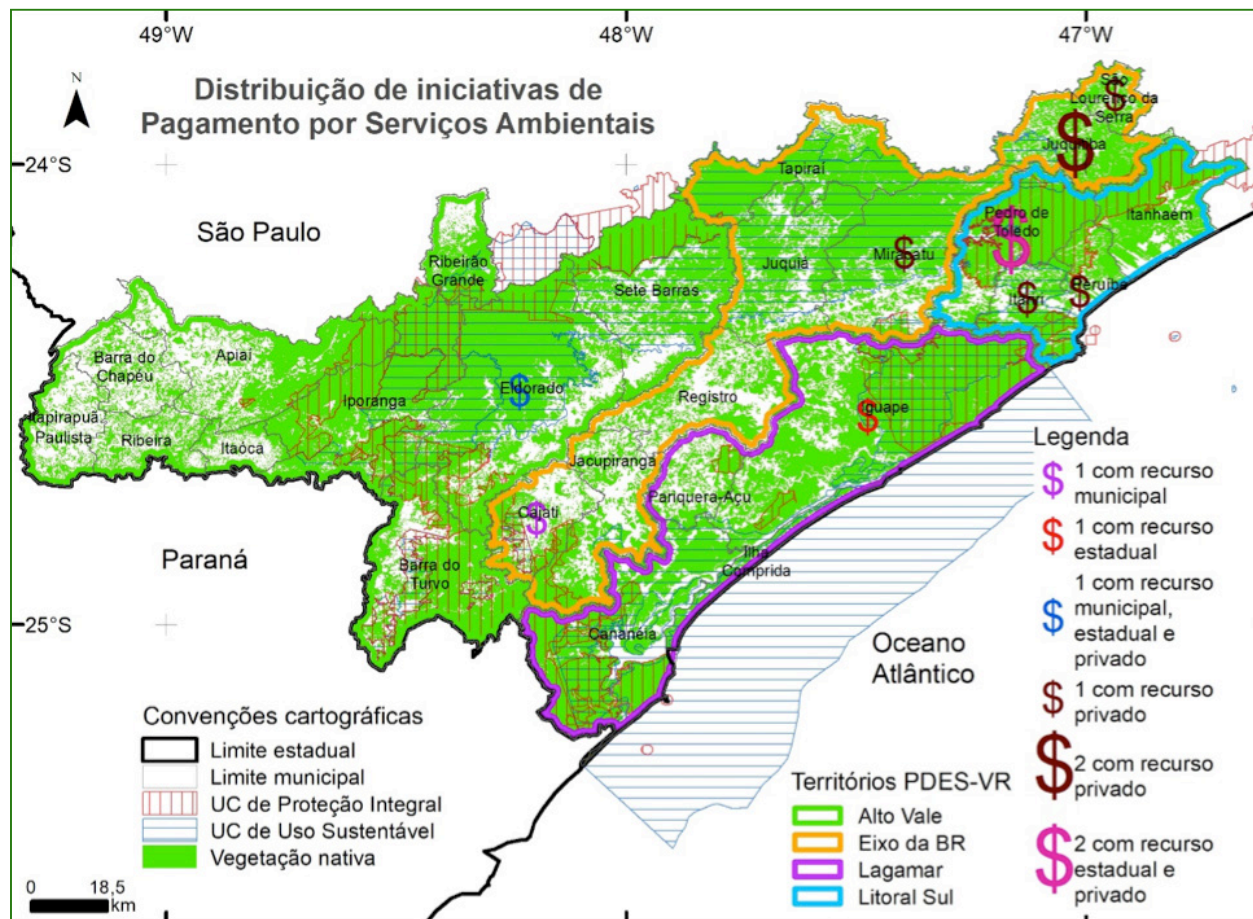
ICMS ecológico nos municípios do PDES-VR

Território PDES-VR	Município	Total Repassado em 2006 (Em R\$)	Total Repassado em 2010 (Em R\$)	Total Repassado em 2019 (Em R\$)
Alto Vale	Apiai	410.684,47	623.259,53	1.029.255,393
	Barra do Chapéu	---	---	---
	Barra do Turvo	2.785.636,20	3.401.888,42	5.436.623,46
	Eldorado	2.662.479,41	3.851.088,07	4.536.928,31
	Iporanga	2.425.873,40	3.189.776,41	5.070.416,16
	Itaóca	---	---	---
	Itapirapuã Paulista	---	---	---
	Ribeira	---	---	---
	Ribeirão Grande	269.008,48	403.043,64	612.145,62
	Sete Barras	1.347.164,04	2.002.863,67	3.292.933,61
	TOTAL	9.900.845,90	13.471.919,74	19.978.302,62
Eixo da BR	Cajati	682.791,44	1.074.692,85	1.687.828,91
	Jacupiranga	337.690,67	713.219,31	1.048.478,68
	Juquiá	916.749,62	1.344.337,57	2.139.690,94
	Juquitiba	202.686,61	319.745,52	762.798,81
	Miracatu	1.392.074,66	1.973.380,79	3.208.489,79
	Registro	---	---	---
	São Lourenço da Serra	24.249,33	46.257,92	110.835,13
	Tapiraí	985.577,23	1.453.693,25	2.218.860,39
	TOTAL	4.541.819,46	6.925.327,21	11.176.982,65
Lagamar	Cananéia	1.766.020,29	3.545.864,77	4.878.186,30
	Iguape	3.048.440,87	4.988.954,29	7.525.733,04
	Ilha Comprida	565.192,06	848.776,39	1.316.137,18
	Pariquera-Açu	161.884,30	235.891,13	451.594,94
	TOTAL	5.541.537,52	9.619.486,58	14.171.651,46
Litoral Sul	Pedro de Toledo	1.695.375,76	2.506.875,01	4.325.152,54
	Itariri	304.368,99	514.977,77	842.005,78
	Peruíbe	872.056,66	1.398.899,67	1.797.510,13
	Itanhaém	885.519,44	1.315.222,31	2.358.817,81
	TOTAL	3.757.320,85	5.735.974,76	9.323.486,26
	TOTAL PDES-VR	23.741.523,73	35.752.708,29	54.650.422,92

Fonte: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/icms-ecologico>.

Além do ICMS ecológico, os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) também representam uma forma de compensar proprietários e municípios que colaboram para a conservação do bioma da Mata Atlântica. O levantamento feito no PDES-VR identificou seis iniciativas de PSA, cinco delas vigentes. A maioria deles se localiza nos territórios Eixo da BR – São Lourenço da Serra, Miracatu, Jujutiba e Cajati – e Litoral Sul – Pedro de Toledo, Peruíbe e Itariri. Os municípios de Eldorado, no território do Alto Vale, e Iguape, no território de Lagamar, também foram beneficiados nas iniciativas sistematizadas. A valorização dos serviços ambientais prestados pela grande área preservada de vegetação nativa da região do Vale do Ribeira está sendo internalizada pelo poder público, mas ainda existe um grande potencial de expansão, já que até o momento poucos municípios utilizam-se desse instrumento.

Iniciativas de PSA no território do PDES-VR



No que tange à legislação ambiental incidente no Vale do Ribeira, observa-se um mosaico de regramentos, por vezes, desconhecido e complexo. Se por um lado esse conjunto de leis protege e conserva todo o importante patrimônio socioambiental, por outro tem impactos significativos no desenvolvimento da região. Grandes, micro e pequenos produtores/empreendedores enfrentam dificuldades em compreender e atender todas as exigências legais existentes. Irregularidades fundiárias que se formaram ao longo do tempo e conflitos de posse também são fatores relevantes no acesso ao crédito, ao mercado formal e ao desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.

O panorama ambiental indica, portanto, um rol de desafios e oportunidades associados às áreas que fornecem direta e/ou indiretamente bens e serviços ecossistêmicos e que permitem, também, atividades que podem contribuir para a geração de renda, emprego, aumento da qualidade de vida e o desenvolvimento tanto local quanto regional, sem prejuízo à conservação ambiental.

O diagnóstico setorial aliado ao processo participativo permitiu estabelecer as principais referências para a concepção dos objetos estratégicos e de ações pautados no reconhecimento do patrimônio natural e sociocultural como um ativo que traga, além dos benefícios ambientais sistêmicos, ganhos efetivos para a sua população, dando suporte ao Programa de Valorização dos Ativos Ambientais no Vale do Ribeira.

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios obtidos no diagnóstico setorial e no processo participativo, que balizaram a estruturação do PVAT-VR

- **Incentivos de retribuição à execução de atividades ambientalmente positivas em seu território:** a discussão da concessão de benefícios fiscais e estímulos é fundamental para que seja possível um processo de desenvolvimento sustentável em larga escala e conectado às características identitárias do Vale.
- **Atendimento da legislação ambiental com segurança jurídica para novos negócios e empreendimentos:** o ordenamento territorial, ao mesmo tempo em que deve garantir a resiliência da qualidade ambiental, deve assegurar um território atrativo às atividades econômicas, por meio do fortalecimento das vocações regionais, propiciando a geração sustentada de emprego e renda, corrigindo, assim, o principal fator de desequilíbrio socioeconômico da região.
- **Planejamento integrado e conectado:** as questões de interesse comum aos municípios devem ser tratadas de forma conjunta e interativa e as diretrizes dos vários instrumentos de planejamento e gestão (Planos Diretores Municipais, Planos de Manejo de Unidades de Conservação, Zoneamento ecológico-econômico, Planos de Bacia, entre outros) devem ser alinhadas de forma a apontar rumos de investimentos que alavanquem o setor produtivo da região e gerem emprego e renda, considerando o rico patrimônio histórico, cultural e ambiental aqui descrito.
- **Lacunas do conhecimento:** a integração do aparato estadual de ensino, pesquisa e inovação para ações estratégicas dirigidas à geração de conhecimento e tecnologias adequadas ao uso sustentável dos recursos naturais é ponto chave desenvolver atividades e negócios pautados em inovação verde;
- **Aprimoramento dos canais de diálogo e acompanhamento das atividades econômicas:** é fundamental promover iniciativas para fomentar o diálogo constante e permanente entre os Povos e Comunidades Tradicionais, Setores Produtivos e Poder público, bem como de monitoramento dos esforços em economia/inovação/tecnologias verdes.
- **Disponibilização e disseminação de informações:** deve-se internalizar o papel do ativo ambiental no que concerne aos bens e serviços ecossistêmicos que o Vale do Ribeira fornece por meio da execução de atividades ambientalmente positivas no território.

5.1.2.

PVAT-VR: Plano de Ações

O Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira (PVAT-VR) está estruturado em três objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de 14 ações específicas.



Crédito foto: Junior Petar.

PVAT-VR: Objetivos Estratégicos

O Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira está estruturado em três objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de 14 ações específicas.

- 1. Atração de Investimentos Sustentáveis e Incentivos Verdes**
- 2. Formas Inovadoras de Diálogo e Gestão Ambiental Territorial**
- 3. Ampliação do Conhecimento e Disseminação de Informações**

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1. Atração de Investimentos Sustentáveis e Incentivos Verdes</p> <p>Ampliar as formas de incentivos e a captação de investimentos para aliar o desenvolvimento econômico à proteção ambiental no Vale do Ribeira</p>	1.1) Divulgar e impulsionar a diversificação das linhas de crédito articuladas e alinhadas às necessidades e características identitárias do Vale do Ribeira a longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> Realizar eventos/rodas de negócios envolvendo produtores locais, setor empresarial, instituições financeiras e de suporte para divulgação e aprimoramento das linhas existentes, bem como a criação de novas, se necessário 	Curto	<p>Liderança: Investe SP, Sebrae</p> <ul style="list-style-type: none"> SDE, Desenvolve SP CIT-Vale Prefeituras Municipais Codivar Terceiro Setor PCTs
	1.2) Ampliar a captação de fundos nacionais e internacionais ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Criar formas de assessorar as Prefeituras, Consórcios e/ou Conselhos que não tenham corpo técnico para escrever projetos para concorrer aos fundos de financiamento 	Curto	<p>Liderança: Prefeituras Municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> SDE-IPT Desenvolve SP CIT-Vale Instituições de Ensino Superior e Técnico

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1. Atração de Investimentos Sustentáveis e Incentivos Verdes</p>	<p>1.3) Elaborar Política de Pagamento por serviços ambientais (PSA) do Vale do Ribeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica para viabilizar PSA via Fehidro 	<p>Médio</p>	<p>Liderança: CBH-RB</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras Municipais • Codivar • SIMA • Produtores Rurais • Terceiro Setor
		<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar Leis Municipais para viabilizar Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) municipais 	<p>Médio</p>	<p>Liderança: Prefeituras municipais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Codivar • SIMA • Produtores Rurais • Terceiro Setor
		<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a criação de um fundo de financiamento para angariar recursos nacionais e internacionais para PSA 	<p>Médio</p>	<p>Liderança: SIMA, InvestSP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras • Codivar • SIMA • Produtores Rurais • Terceiro Setor

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Atração de Investimentos Sustentáveis e Incentivos Verdes	1.4) Criar um sistema de incentivos a parcerias público-privadas voltadas para projetos de tecnologias ambientalmente sustentáveis e negócios de impacto socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> Promover editais de matchfunding de investimento em negócios sustentáveis e de cunho socioambiental, conforme proposto pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Médio	Liderança: Investe SP, Sebrae <ul style="list-style-type: none"> SDE DesenvolveSP CIT-Vale Prefeituras Municipais Codivar Terceiro Setor PCTs
	1.5) Revisão e adequação das normas de acesso a crédito, incentivos fiscais e tributários ao desenvolvimento de atividades protetivas dos ativos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> Criar um Comitê para revisão dos critérios previstos na Lei do ICMS Ecológico Estadual para o cálculo do índice de conservação ambiental utilizado para repasse dos recursos aos municípios 	Longo	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Fazenda SDE-IPT Prefeituras Municipais Codivar

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>2. Formas Inovadoras de Diálogo e Gestão Ambiental Territorial</p> <p>Ampliar as formas de diálogo entre os atores envolvidos nas cadeias produtivas e comunidades e povos tradicionais, bem como de acompanhamento e monitoramento das ações e tecnologias sustentáveis</p>	2.1) Realizar estudos de valorização das características identitárias do território do PDES-VR	<ul style="list-style-type: none"> • Lançar editais de pesquisa com agências de fomento para projetos pautados nas características identitárias e nas expressões culturais das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira (ex: Parques Patrimoniais) 	Curto	<p>Liderança: SDE, FAPESP</p> <ul style="list-style-type: none"> • IPT • Instituições de Ensino Superior e Técnico • Terceiro Setor • PCTs • CIT-Vale • Prefeituras Municipais • Codivar
	2.2) Promover iniciativas para diálogo constante e permanente entre os Povos e Comunidades Tradicionais, Setores Produtivos e Poder público	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Grupo/Fórum permanente composto por Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), Terceiro Setor, Setores Produtivos 	Curto a Médio	<p>Liderança: Terceiro Setor, PCrs</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Ensino Superior e Técnico • Terceiro Setor • PCTs • CIT-Vale • Prefeituras Municipais • Codivar

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2. Formas Inovadoras de Diálogo e Gestão Ambiental Territorial	2.3) Realizar ações de planejamento urbano, ambiental e regional integrado para ampliar a segurança jurídica para novos empreendimentos e estabelecer diretrizes compatíveis com as peculiaridades de cada território	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e revisão dos Planos Diretores Municipais à luz das diretrizes do PDES-VR e do ZEE do Estado de São Paulo 	Médio	Liderança: Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> • SDE-IPT • SIMA • Terceiro Setor • PCTs • CBH-RB
		<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e revisão dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação à luz das diretrizes do PDES-VR e do ZEE do Estado de São Paulo 	Médio	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> • SDE-IPT • Prefeituras Municipais • Terceiro Setor • PCTs • CBH-RB

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2. Formas Inovadoras de Diálogo e Gestão Ambiental Territorial	2.4) Realizar avaliação periódica sobre os impactos (positivos e negativos) do desenvolvimento das atividades produtivas (mineração, turismo e produção rural) na biodiversidade e patrimônio socioambiental e cultural na região de abrangência do PDES-VR	<ul style="list-style-type: none"> Montar um observatório da Biodiversidade versus Cadeias produtivas no Vale do Ribeira (estudos/ planos realizados, empreendimentos de significativo impacto ambiental, uso e ocupação do solo, tecnologias aplicadas) 	Médio e Permanente	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> SDE-IPT Prefeituras Municipais Codivar CIT-Vale Terceiro Setor PCTs
	2.5) Promover a Regularização Fundiária Urbana e Rural para proporcionar desenvolvimento, geração de renda, segurança jurídica para as famílias e arrecadação para os municípios	<ul style="list-style-type: none"> Identificar áreas passíveis de regularização fundiária e outorgar títulos de propriedade 	Curto a Médio	Liderança: Secretaria da Justiça e Cidadania e Itesp <ul style="list-style-type: none"> SDE SDR Prefeituras Municipais Codivar PCTs

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>3. Ampliação do Conhecimento e Disseminação de Informações</p> <p>Suprir as lacunas de conhecimento, ampliando as informações sobre a riqueza socioambiental do Vale e promover a organização e divulgação do acervo de dados disponível, facilitando o acesso ao público de forma geral</p>	<p>3.1) Estruturar ações para a divulgação da importância da riqueza socioambiental do Vale</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver, de forma permanente, ações preventivas e educativas, campanhas publicitárias e outros meios que alcancem de forma massiva a população, em especial as crianças e os jovens 	<p>Curto e Permanente</p>	<p>Liderança: SDE, FAPESP</p> <ul style="list-style-type: none"> IPT Instituições de Ensino Superior e Técnico Terceiro Setor PCTs CIT-Vale Prefeituras Municipais Codivar
	<p>3.2) Promover a estruturação de um sistema de informações digitais sobre áreas legalmente protegidas, legislação ambiental e municipal e disponibilização em plataforma de livre acesso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento e organização das informações disponíveis, digitalização e montagem de um sistema informatizado para a gestão eletrônica e a criação de um ambiente digital para acesso de documentos que se encontram arquivados em papel 	<p>Médio</p>	<p>Liderança: Terceiro Setor, PCRs</p> <ul style="list-style-type: none"> Instituições de Ensino Superior e Técnico Terceiro Setor PCTs CIT-Vale Prefeituras Municipais Codivar

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3. Ampliação do Conhecimento e Disseminação de Informações	3.3) Incrementar a execução de projetos de P & D dirigidos à geração e ampliação dos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade, suas aplicações (uso e destinação) e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de editais com agências de fomento nas linhas de Biomimética e cultura regenerativa, Bioeconomia, Soluções baseadas na natureza e infraestrutura verde, Adaptação baseada em Ecossistemas 	Médio	Liderança: SDE, FAPESP <ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Ensino Superior e Técnico • IPT • SIMA • Terceiro Setor • PCTs • CBH-RB (Fehidro)
		<ul style="list-style-type: none"> • Criar centro de pesquisa em tecnologia agroecológica, ambiental, florestal e da biodiversidade 	Médio	Liderança: CIT-Vale <ul style="list-style-type: none"> • Instituições de Ensino Superior e Técnico • IPT • SIMA • Terceiro Setor • PCTs

PVAT-VR

Programa de Valorização dos Ativos Ambientais do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3. Ampliação do Conhecimento e Disseminação de Informações	3.4) Promover a capacitação técnica	<ul style="list-style-type: none"> Promover cursos e capacitação nas seguintes temáticas: negócios sustentáveis, captação de recursos para projetos socioambientais, entendimentos dos procedimentos administrativos e legais (governança das decisões e licenciamento ambiental) 	Médio	Liderança: SDE, Sebrae <ul style="list-style-type: none"> Invest SP Instituições de Ensino Superior e Técnico Senac CETESB SIMA Terceiro Setor PCTs CBH-RB



Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira - PVPR-VR

5.2.



Crédito foto: Caio Pompeu Cavallieri - acervo particular.

O PVPR-VR tem o objetivo de apoiar, agregar valor e fortalecer as diversas culturas agrícolas, florestais e criações animais, com vistas a colaborar com o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.

5.2.1.

Contexto e bases para o PVPR-VR

Segundo o mais recente Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2017), a área total das unidades de produção agropecuária (UPAs) é composta pelas seguintes classes: área com cultura perene; área com cultura temporária; área com pastagem; área com reflorestamento; área com vegetação natural; área com vegetação de brejo e várzea; área em descanso; e área complementar.

O território do Alto Vale, representa 58% da área total de UPAs consideradas, com 86% da área total coberta por reflorestamento, 61% por cultura temporária, 60% por pastagem e 59% por vegetação natural. O território do Eixo da BR também se destaca, com 49% da área total de UPAs coberta por cultura perene e 47% da área total em descanso.

As principais culturas agrícolas e florestais e criações animais desenvolvidas na área do PDES-VR, conforme informações repassadas pelo Programa Vale do Futuro do Governo do Estado de São Paulo, são:

- **Culturas alimentícias: banana, maracujá, pupunha, feijão, palmito, pimentão, chá, tomate e mandioca;**
- **Culturas florestais: eucalipto e pinus;**
- **Culturas ornamentais: floricultura para corte; floricultura para vaso; viveiro de flores e de plantas ornamentais;**
- **Criações animais: apicultura, caprinocultura, bubalinocultura, ovinocultura e piscicultura.**

As tabelas a seguir apresentam a distribuição das culturas agrícolas, florestais e da criação animal nos municípios do Alto Vale, Eixo da BR, Lagamar e Litoral Sul.

Distribuição da área cultivada por cultura nos municípios do PDES-VR

Território	Município	Cultura Perene (ha)				
		Banana	Chá	Maracujá	Palmito	Pupunha
Alto Vale	Apiáí	19,1		15,5	0,1	
	Barra do Chapéu	0,2				
	Barra do Turvo	82,3		0,9	28,3	53,4
	Eldorado	5.609,1		32,8	87,4	904,9
	Iporanga	85,3		0,4	42,6	283,1
	Itaóca	37,1		0,3	3,5	3,5
	Itapirapuã	3,1			4,8	
	Paulista					
	Ribeira	103,7		7,7	7,5	10,0
	Ribeirão Grande	8,3		20,5	40,1	
	Sete Barras	3.349,9		1,5	127,2	747,3
Total:	9.298,1	0	79,6	341,5	2.002,2	
Eixo da BR	Cajati	3.095,1		4,0		675,8
	Jacupiranga	4.348,2		43,8	119,3	206,8
	Juquiá	1.557,6		0,6	118,2	1.165,6
	Juquitiba	0,5		1,0	1,0	0,1
	Miracatu	4.824,1		2,7	152,8	119,3
	Registro	3.490,1	204,7	16,7	654,1	1.209,5
	São Lourenço da Serra	0,3				2,5
	Tapiraí	355,1	10,5		13,7	11,1
	Total:	17.671,0	215,2	68,8	1.059,1	3.390,7
Lagamar	Cananéia	307,6			27,4	67,3
	Iguape	938,3		56,0	312,3	208,1
	Ilha Comprida					
	Parquera-Açu	1.028,3	480,1	69,9	33,8	132,9
Total:	2.274,2	480,1	125,9	373,5	408,3	
Litoral Sul	Itanhaém	1.757,1		3,6	220,6	304,1
	Itariri	2.577,5		4,0	12,9	45,4
	Pedro de Toledo	1.615,8			0,9	11,3
	Peruíbe	464,6		0,6	12,8	36,1
	Total:	6.415,0	0	8,2	247,2	396,9
TOTAL		35.658,3	695,3	282,5	2.021,3	6.198,1

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (SÃO PAULO, 2017)

Distribuição da área cultivada por cultura nos municípios do PDES-VR

Território	Município	Cultura Temporária (ha)			
		Feijão	Mandioca	Pimentão	Tomate
Alto Vale	Apiáí	124,1	6,9	50,7	746,7
	Barra do Chapéu	148,4	15,6	3,5	126,4
	Barra do Turvo	269,1	56,9		
	Eldorado	91,9	86,3		
	Iporanga	52,1	18,5		9,6
	Itaóca	111,0	116,5		23,3
	Itapirapuã	91,2	16,1	0,2	
	Paulista				
	Ribeira		20,2		
	Ribeirão Grande	45,1	5,5	23,3	81,1
	Sete Barras	655,0	27,0		
	Total:	1.587,9	369,5	77,7	987,1
Eixo da BR	Cajati		10,5		
	Jacupiranga	19,5	104,6		
	Juquiá	1,0	47,0	0,3	
	Juquitiba	3,1	0,5	0,1	0,1
	Miracatu	1,3	11,2		
	Registro	10,1	108,7	1,5	0,4
	São Lourenço da Serra		0,6	4,9	0,6
	Tapiraí	19,5	287,5	5,0	
	Total:	54,5	46,5	11,8	1,1
Lagamar	Cananéia	18,3	126,6		
	Iguape	7,9	11,2		
	Ilha Comprida		100,6		0
	Pariquera-Açu	6,9	284,9		
Total:	33,1	18,7	0		
Litoral Sul	Itanhaém		46,7		
	Itariri	0,6	10,2		0
	Pedro de Toledo	0,3	38,3		
	Peruíbe	0,6	113,9		
Total:	1,5		0		
TOTAL		1.677,0	1.055,8	89,5	988,2

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (SÃO PAULO, 2017)

Distribuição da área cultivada por cultura nos municípios do PDES-VR

Território	Município	Floricultura (ha)			Silvicultura (ha)	
		Floricultura para corte	Floricultura para vaso	Viveiro de flores e ornamentais	Eucalipto	Pinus
Alto Vale	Apiá				2.121,2	8.294,1
	Barra do Chapéu			0,1	1.106,5	7.826,4
	Barra do Turvo				1,0	25,0
	Eldorado				660,0	
	Iporanga			0,1	64,2	295,2
	Itaóca				47,7	40,6
	Itapirapuã				817,8	15.358,4
	Paulista					
	Ribeira				1.961,0	6.269,9
	Ribeirão Grande				502,5	112,4
	Sete Barras	1,0		17,5	105,0	1,0
	Total:	1,0	0	17,7	7.386,9	38.223,0
Eixo da BR	Cajati				83,0	128,0
	Jacupiranga			3,0	2.273,1	334,8
	Juquiá		7,7	193,0	850,7	
	Juquitiba			2,1	1.170,3	12,0
	Miracatu		12,0	29,8	23,8	37,6
	Registro	59,1	32,5	210,5	350,9	1,2
	São Lourenço da Serra		7,0	21,4	21,7	
	Tapiraí			2,6		51,2
	Total:	59,1	59,2	462,4	5.843,6	564,8
Lagamar	Cananéia		0,5		127,8	24,9
	Iguape	24,8	15,1	34,7	257,1	59,5
	Ilha Comprida					
	Parquera-Açu	33,2	507,9	13,1	138,2	0,2
Total:	58,0	523,5	47,8	523,1	84,6	
Litoral Sul	Itanhaém			0,5	38,0	25,0
	Itariri		5,0		65,5	
	Pedro de Toledo		3,6		14,8	1,0
	Peruíbe			4,1	3,4	12,0
	Total:	0	8,6	4,6	121,7	38,0
TOTAL		118,1	591,3	532,5	13.875,3	38.910,4

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (SÃO PAULO, 2017)

Distribuição da criação animal nos municípios do PDES-VR

Território	Município	Apicultura (colmeia)	Pecuária (cabeça)			Psicultura (m ² tanque)
			Bubalinocultura	Caprinocultura	Ovinocultura	
Alto Vale	Apiáí	154,0	297,0	114,0	232,0	15.615,0
	Barra do Chapéu	156,0	14,0	15,0	122,0	7.250,0
	Barra do Turvo		2.722,0	405,0	919,0	118.779,0
	Eldorado	50,0	35,0	15,0	67,0	11,0
	Iporanga	131,0	582,0		154,0	5.001,0
	Itaóca	15,0	324,0	70,0	4,0	
	Itapirapuã	233,0	297,0	38,0	160,0	23,0
	Paulista					
	Ribeira	107,0	206,0	48,0	120,0	7.810,0
	Ribeirão Grande	120,0	125,0	204,0	186,0	72.006,0
	Sete Barras	75,0	1.888,0	15,0	42,0	283.350,0
	Total:	1.041,0	6.490,0	924,0	2.006,0	509.845,0
Eixo da BR	Cajati		672,0		65,0	
	Jacupiranga	54,0	170,0	250,0	330,0	131.333,0
	Juquiá	362,0	456,0		468,0	1.065.161,0
	Juquitiba	193,0		15,0	15,0	2.530,0
	Miracatu	73,0	12,0	211,0	188,0	78.415,0
	Registro	56,0	6.956,0	37,0	6,0	396.884,0
	São Lourenço da Serra	226,0			40,0	30.001,0
	Tapiraí	145,0	41,0		872,0	
	Total:	1.109,0	8.307,0	513,0	1.984,0	1.715.324,0
Lagamar	Cananéia	20,0	317,0	35,0		33.500,0
	Iguape	79,0	2.914,0	128,0	64,0	252.828,0
	Ilha Comprida		1.037,0			
	Pariquera-Açu	229,0		105,0	60,0	31.000,0
	Total:	328,0	4.268,0	268,0	124,0	317.328,0
Litoral Sul	Itanhaém		709,0	150,0	360,0	49.100,0
	Itariri	10,0			243,0	129.300,0
	Pedro de Toledo	20,0	170,0	84,0	56,0	4.825,0
	Peruíbe	507,0	12,0	33,0	55,0	350.965,0
	Total:	537,0	891,0	267,0	714,0	534.190,0
TOTAL		3.015,0	19.956,0	1.972,0	4.828,0	3.076.687,0

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (SÃO PAULO, 2017)

A principal cultura é a banana, presente em 30% do total de UPAs; porém em área cultivada cai para 2ª lugar, atrás do pinus, que detém 38% da área total cultivada. Outras 13 culturas agrícolas e florestais, além da banana, são importantes para a área de estudo, sendo relevantes dependendo do território analisado, o que aponta para a oportunidade de consolidar a diversificação da produção agrícola e florestal na região, com o aumento de apoio e investimento.



Crédito foto: Rodolfo Medeiros.

Quanto às criações animais, apesar da importância da bubalinocultura, representando a maioria do rebanho da área de estudo (75%), a piscicultura, a apicultura, a caprinocultura e a ovinocultura completam a diversidade da criação animal da região.

A diversidade de culturas agrícolas e florestais, assim como de criações animais, é importante para a resiliência dos produtores rurais, principalmente para enfrentar crises como a atual crise sanitária e econômica ocasionada pela COVID-19. Essa questão é especialmente importante, pois agrava a já deficiente situação econômica, afetando a renda e o emprego na região.

Outro ponto a ser destacado é a grande participação da vegetação natural na área total das UPAs da região que aponta para a oportunidade de desenvolver atividades econômicas associadas à conservação desta vegetação, como apicultura, meliponicultura, turismo e produção florestal não madeireira (ex.: sementes, frutos e plantas medicinais).

A Mata Atlântica, bioma no qual a área de estudo está inserida, é conhecida por sua importância internacional – considerada um “hotspot” de biodiversidade pela ocorrência excepcional de espécies endêmicas e por apresentar grande perda de habitat (MYERS et al., 2000) – e nacional – considerada patrimônio nacional (BRASIL, 2006). Localmente, sua importância é fundamental para a sustentabilidade das propriedades agrícolas. Essa importância tem natureza legal, relacionada ao atendimento ao código florestal vigente, e produtiva, relacionada à qualidade da produção das propriedades rurais.

Nesse contexto, os Programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) são alternativas de agregação de valor à vegetação nativa presente nas propriedades rurais, em área excedente às áreas de preservação permanente e de reserva legal, legalmente obrigatórias segundo o código florestal vigente. Sua implantação na região é recente, o que aponta para a necessidade de ampliação de tais programas para beneficiar mais produtores rurais e ser, de fato, mais uma fonte de renda importante. Os programas vigentes na região agregam valor à vegetação nativa, a práticas conservacionistas (solo e água) e a sistemas produtivos com maior armazenamento de carbono.

Outro tema que embasou os levantamentos de informações para o diagnóstico da produção rural do Vale do Ribeira, foi a análise do conhecimento técnico-científico acumulado da área agropecuária e florestal, que, aliado à atual presença de cultivos agrícola e florestal e de criações animais nas UPAs, indicou que há lacunas de conhecimento para muitas das culturas e criações animais importantes para a região; assim, torna-se necessário o investimento em pesquisa em todas as culturas e criações animais da região, com maior urgência para culturas florestais (principalmente para o pinus) e, no caso das criações animais, para a caprinocultura, ovinocultura e apicultura.

Dentre os estudos avaliados, 91 % dos estudos técnico-científicos foram realizados nos últimos 20 anos. O tema serviços ambientais foi o mais estudado no Vale do Ribeira, coerente com a grande área de vegetação nativa da região, protegida em unidades de conservação, que serve como área de estudo para muitos trabalhos sobre a fauna e flora, relacionados ao serviço ambiental conservação da biodiversidade. Tais estudos são impor-

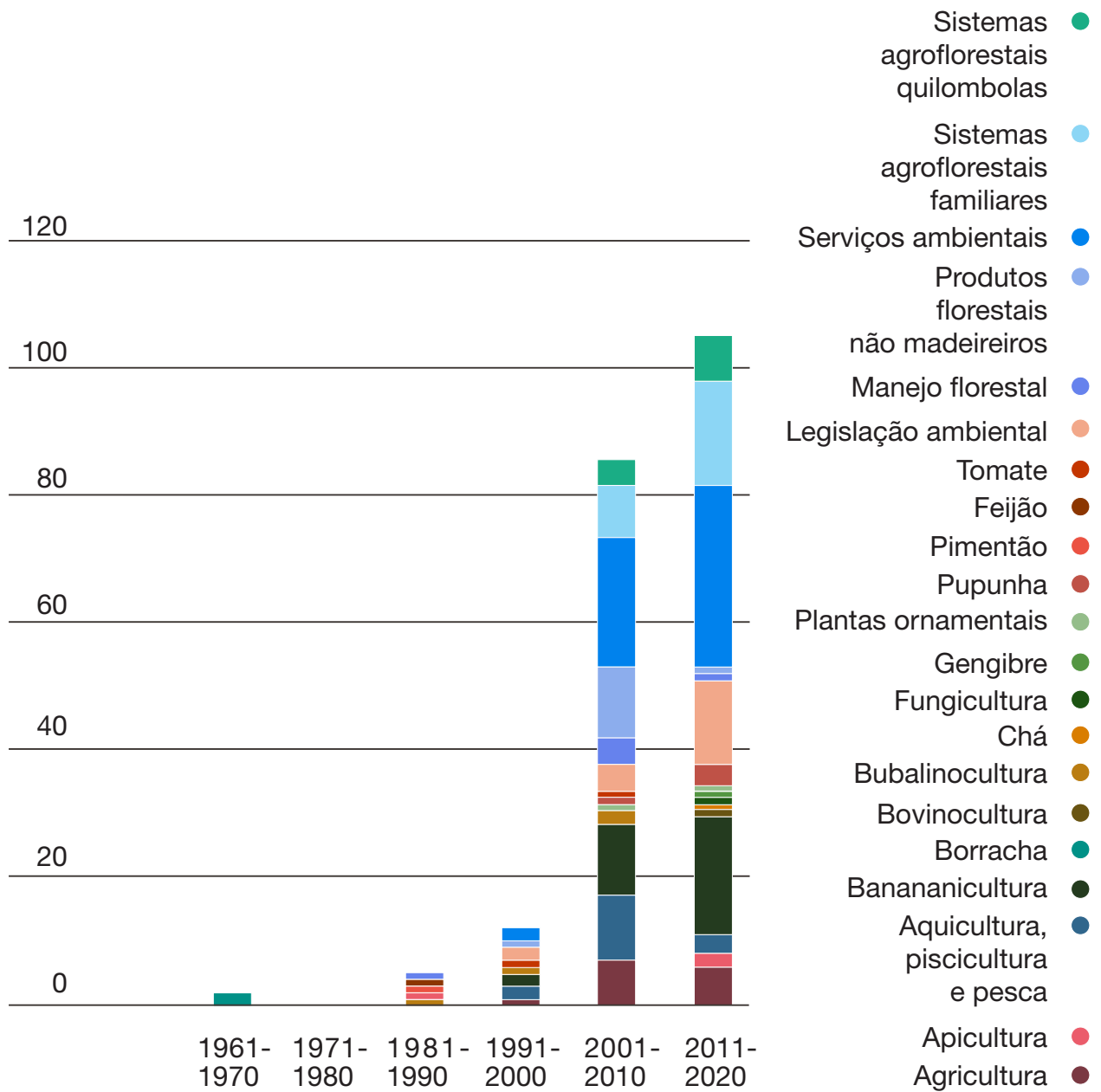
tantes não só para embasar programas de PSA, como também para o desenvolvimento de novos produtos provenientes da biodiversidade. Dessa forma, os estudos devem se diversificar no sentido de aproveitar economicamente o potencial da biodiversidade para ser mais uma alternativa de desenvolvimento para a região.

Outros temas de estudos que merecem destaque são a bananicultura e os sistemas florestais familiares, que, juntamente com o tema serviços ambientais, concentram 51 % dos estudos realizados na área de estudo desde 1963. Esse resultado é coerente, pois a banana é a principal cultura agrícola da região e os estudos sobre sistemas agroflorestais familiares, se referem principalmente aos realizados em assentamentos rurais presentes na região, contemplados com projetos de desenvolvimento rural, muitos deles com a implantação de sistemas agroflorestais.



Crédito foto: Hugo Jodarky.

Estudos Técnico-Científicos sobre a Produção Rural do Vale do Ribeira



As principais recomendações e contribuições dos estudos foram:

- **Aliar produção rural com conservação ambiental;**
- **Contribuição para a melhoria da produção agrícola (manejo, tecnologia);**
- **Valorizar o conhecimento local sobre o uso dos recursos naturais; e**
- **Contribuições sobre atividades rurais alternativas para a geração de renda.**

Tais recomendações e contribuições podem ser o ponto de partida para a discussão com os atores governamentais e locais para a elaboração de uma agenda de desenvolvimento para a região, com a definição de ações, prazos e responsáveis para a sua implementação, nas diversas áreas, tais como: investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica; logística; comercialização; infraestrutura; formação de mão de obra; e organização de cadeias produtivas.

Dentro da etapa de Diagnóstico da Produção Rural, também se procurou conhecer as instituições que estão no Vale do Ribeira e, que possuem alguma conexão com esse eixo. Assim verificou-se que o Vale do Ribeira possui apoio institucional em todo o seu território, seja em nível governamental estadual ou municipal, além da presença de associações e cooperativas que dão suporte à produção rural tanto no manejo no campo quanto no processamento da produção. Destaca-se também a presença de instituições de ensino, de pesquisa e do terceiro setor, que colaboram com a formação e capacitação de pessoas, além da realização de pesquisas e ações técnicas que trazem melhorias a todos os elos da produção rural.

É importante destacar, ainda, que, em todos os municípios do Vale do Ribeira considerados, existe pelo menos um departamento que dá suporte às atividades agropecuárias, florestais e ambientais nas prefeituras, sendo que, em grande parte dos municípios, há secretarias de agricultura e meio ambiente, que dão suporte a essas atividades.

Principais Destaques e Potencial da Produção Rural do Vale do Ribeira

Território	Destaques da produção rural (municípios em destaque)	Potencial para PSA	Potencial indicado nos estudos técnico-científicos (municípios em destaque)
Alto Vale	<p>Banana (Eldorado e Sete Barras)</p> <p>Palmito (Eldorado, Sete Barras, Barra do Turvo e Iporanga)</p> <p>Pupunha (Eldorado, Sete Barras e Iporanga)</p> <p>Feijão (Ribeirão Grande e Barra do Turvo)</p> <p>Mandioca (Barra do Turvo e Itaóca)</p> <p>Pimentão (Apiá e Ribeirão Grande)</p> <p>Tomate (Apiá e Ribeirão Grande)</p> <p>Eucalipto (Apiá, Barra do Chapéu, Ribeirão Grande e Itapirapuã Paulista)</p> <p>Pinus (Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista, Apiá e Ribeira)</p> <p>Sistemas Agroflorestais (SAF) Quilombolas (Barra do Turvo, Eldorado e Iporanga)</p> <p>Sistemas Agroflorestais (SAF) Familiares (Barra do Turvo, Sete Barras e Apiá)</p> <p>Bubalinocultura (Barra do Turvo e Sete Barras)</p> <p>Caprinocultura (Barra do Turvo e Ribeirão Grande)</p> <p>Ovinocultura (Barra do Turvo e Apiá)</p>	<p>Área de vegetação natural fora de UC:</p> <p>179,97 km² (SÃO PAULO, 2010)</p> <p>Área de vegetação natural fora de UC:</p> <p>93,73 km² (SÃO PAULO, 2010)</p>	<p>Produtos Florestais Não Madeireiros - PFMN (Sete Barras, Iporanga, Eldorado e Barra do Turvo)</p> <p>Serviços Ambientais (Iporanga, Barra do Turvo Apiá e Sete Barras)</p>

Principais Destaques e Potencial da Produção Rural do Vale do Ribeira

Território	Destaques da produção rural (municípios em destaque)	Potencial para PSA	Potencial indicado nos estudos técnico-científicos (municípios em destaque)
Eixo da BR	<p>Banana (Jacupiranga, Miracatu, Registro e Cajati)</p> <p>Viveiro de flores e plantas ornamentais (Registro, Juquiá e São Lourenço da Serra)</p> <p>Palmito (Registro)</p> <p>Pupunha (Registro e Juquiá)</p> <p>Floricultura para corte (Registro)</p> <p>Sistemas Agroflorestais (SAF) Familiares (Cajati)</p> <p>Sistemas Agroflorestais (SAF) Quilombolas (Cajati e Jacupiranga)</p> <p>Apicultura (Juquiá, Miracatu, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Tapiraí)</p> <p>Bubalinocultura (Registro)</p> <p>Piscicultura (Juquiá)</p>	<p>Área de vegetação natural fora de UC: 93,73 km² (SÃO PAULO, 2010)</p>	<p>Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNM</p> <p>Serviços Ambientais (Tapiraí, Cajati e Miracatu)</p>
Lagamar	<p>Chá (Pariquera Açú)</p> <p>Maracujá (Iguape)</p> <p>Floricultura para corte (Iguape)</p> <p>Floricultura para vaso (Pariquera Açú)</p> <p>Sistemas Agroflorestais (SAF) Familiares e Quilombolas (Cananeia)</p> <p>Aquicultura, piscicultura e pesca</p>	<p>Área de vegetação natural fora de UC: 157,33 km² (SÃO PAULO, 2010)</p>	<p>Produtos Florestais Não Madeireiros - PFNM (Cananeia, Iguape e Ilha Comprida)</p> <p>Serviços Ambientais (Cananeia e Iguape)</p>

Principais Destaques e Potencial da Produção Rural do Vale do Ribeira

Território	Destaques da produção rural (municípios em destaque)	Potencial para PSA	Potencial indicado nos estudos técnico-científicos (municípios em destaque)
Litoral Sul	<p>Banana (Itariri, Itanhaém e Pedro de Toledo)</p> <p>Palmito (Itanhaém)</p> <p>Mandioca (Itariri e Peruíbe)</p> <p>Sistemas Agroflorestais (SAF) Familiares</p> <p>Piscicultura (Peruíbe e Itariri)</p> <p>Apicultura (Peruíbe)</p> <p>Caprinocultura (Itanhaém)</p> <p>Ovinocultura (Itanhaém e Itariri)</p>	<p>Área de vegetação natural fora de UC:</p> <p>12,49 km² (SÃO PAULO, 2010)</p>	<p>Serviços Ambientais (Pedro de Toledo, Itariri e Peruíbe)</p>

O diagnóstico setorial aliado ao processo participativo permitiu estabelecer os principais desafios para a concepção dos objetivos estratégicos, bem como avançar em ações do Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira.

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios obtidos no diagnóstico setorial e no processo participativo, que balizaram a estruturação do PVPR - VR

- **Apoio à comercialização:** identificou-se a necessidade de diversificar os canais de comercialização; aumentar as vendas; valorizar os produtos regionais; melhorar o preço pago ao produtor; e agregar valor cultural e ambiental à produção rural.
- **Apoio à produção:** identificou-se a necessidade de apoiar a agricultura familiar e agroecológica; diversificar a produção; melhorar a produtividade; desenvolver linhas de crédito para o pequeno agricultor, para produção inovadora e para investimento; apoiar as diversas cadeias produtivas; melhorar a organização dos produtores para comercialização; e apoiar o processamento dos produtos para agregação de valor.
- **Infraestrutura e presença do Estado na região:** identificou-se a necessidade de melhorar a logística e infraestrutura de telefonia móvel, transporte, energia e de segurança; usar a internet para melhorar a divulgação, comercialização, capacitação e acesso ao conhecimento; auxiliar os negócios que fecharam na pandemia; garantir a subsistência da população; promover a regularização fundiária; e aumentar a presença efetiva do estado na região (pesquisa e extensão rural).
- **Assistência técnica, capacitação e inovação:** identificou-se a necessidade de investir em formação, assistência técnica e capacitação de produtores sobre saúde, produção e processamento; qualificar mão de obra local para gerar empregos no setor; aumentar a participação dos produtores no desenvolvimento de ações do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira; aumentar pesquisas científicas e tecnológicas sobre a produção rural na região; e apoiar o turismo rural nas propriedades/Agroflorestas.

5.2.2.

PVPR - VR: Plano de Ações



Crédito foto: acervo CPRM - Serviço Geológico do Brasil.

O Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira (PVPR-VR) está estruturado em cinco objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de 15 ações específicas.

PVPR-VR Objetivos Estratégicos

- 1. Comercialização**
- 2. Apoio à Produção Rural**
- 3. Presença do Estado na Região**
- 4. Capacitar Produtores Rurais**
- 5. Incentivar P&D para a Produção Rural**

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Comercialização Promover a melhoria da comercialização dos produtos rurais do Vale Ribeira levando em consideração a diversidade das culturas agrícolas, florestais e de animais	1.1) Valorizar os produtos regionais Agregar valor cultural e ambiental da produção, aumentar o consumo local, regional e internacional dos produtos do Vale	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar e potencializar o acesso aos selos de origem já existentes (Ex.: Dá gosto ser do Ribeira, certificação de produtos sustentáveis) • Promover a divulgação dos produtos do Vale para aumentar o consumo local • Promover a divulgação dos produtos do Vale para aumentar o consumo regional, incluindo compras públicas 	Curto	Liderança: Sebrae - São Paulo e Registro e SDE <ul style="list-style-type: none"> • CDRS • ITESP • Associações de Produtores Rurais e Cooperativas • Órgãos Públicos que fazem compras públicas de alimentos • Prefeituras Municipais • Programa Mercado Mata Atlântica da Reserva da Biosfera
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a divulgação dos produtos do Vale para aumentar as exportações 	Médio	

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1. Comercialização	1.2) Diversificar canais de comercialização	<ul style="list-style-type: none"> Realizar rodadas de negócios 	Curto	Liderança: Sebrae - São Paulo e Registro, SDE e SAA <ul style="list-style-type: none"> CDRS Associações de Produtores Rurais e Cooperativas IF ITESP Programa Mercado Mata Atlântica da Reserva da Biosfera Órgãos Públicos que fazem compras públicas de alimentos Prefeituras Municipais SIMA
		<ul style="list-style-type: none"> Criar um sistema para coleta e distribuição da produção rural com a construção de entrepostos 	Médio	
		<ul style="list-style-type: none"> Implantar Plataforma Digital (market place) para possibilitar a divulgação e comercialização de produtos do Vale do Ribeira 	Curto	Liderança: Sebrae e SDE <ul style="list-style-type: none"> SAA CDRS Associações de Produtores Rurais e Cooperativas ITESP Prefeituras Municipais

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1. Comercialização</p>	<p>1.3) Ampliar o conhecimento sobre as diversas cadeias produtivas e seus mercados consumidores</p>	<ul style="list-style-type: none"> Realizar estudo da cadeia produtiva e mercado consumidor das diversas culturas e criações animais do Vale do Ribeira: 14 culturas e 5 criações animais capturadas pelo LUPA; além das cadeias produtivas não capturadas pelo LUPA (ex.:meliponicultura, SAF Familiares e Quilombolas e PFNM) 	Curto	<p>Liderança: SAA e CDRS</p> <ul style="list-style-type: none"> Sebrae SDE IPT Prefeituras Municipais ITESP
<p>2) Apoio à Produção Rural</p> <p>Melhorar a qualidade e produtividade dos produtos e o processamento para agregação de valor</p>	<p>2.1) Fortalecer a assistência técnica e extensão rural (ATER) públicas para a agricultura familiar e agroecológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar as lacunas da ATER e promover o atendimento às demandas dos produtores rurais de maneira eficiente 	Curto	<p>Liderança: SAA e ITESP</p> <ul style="list-style-type: none"> CDRS SDE Prefeituras Municipais Sebrae Associações e Cooperativas Instituições do Terceiro Setor Instituições de Ensino Superior e Técnico

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2) Apoio à Produção Rural	2.2) Fomentar e diversificar a produção rural	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar programas de crédito rural • Divulgar programas de crédito rural para financiamento das associações de produtores rurais para implantação da produção agroecológica e sistemas agroflorestais, priorizando o uso de espécies nativas 	Curto	Liderança: SAA e ITESP <ul style="list-style-type: none"> • CDRS • SDE • Prefeituras Municipais • Sebrae • Associações e Cooperativas • Instituições do Terceiro Setor • Instituições de Ensino Superior e Técnico
		<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o uso de produtos locais na rede gastronômica e hoteleira da região 	Curto	Liderança: Sebrae e Senac <ul style="list-style-type: none"> • Associações e Cooperativas • Setor empresarial • Prefeituras Municipais • Instituições do Terceiro Setor

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2) Apoio à Produção Rural	2.3) Incentivar o processamento dos produtos para agregação de valor	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar programas de crédito rural para financiar a implantação de unidades processadoras de produtos rurais (agrícolas, florestais e da criação animal) 	Médio	Liderança: SAA e Sebrae <ul style="list-style-type: none"> ITESP SDE Prefeituras Municipais Associações e Cooperativas Instituições do Terceiro Setor
		<ul style="list-style-type: none"> Implantar ação “Latitude 24 – liofilização de frutas e demais produtos tropicais in natura”, conforme proposto pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Curto	
	2.4) Integrar projetos socioambientais aos equipamentos de infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a elaboração de projetos socioambientais associados aos equipamentos de infraestrutura (Exemplos: estradas e linhas de transmissão) 	Médio	

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3. Presença do Estado na Região	3.1) Apoiar as cadeias produtivas afetadas pela pandemia	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a situação dos negócios rurais afetados pela pandemia para definir estratégia de apoio 	Curto	Liderança: SAA <ul style="list-style-type: none"> CDRS ITESP Prefeituras Municipais Associações e Cooperativas
	3.2) Regularização Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a regularização fundiária na região 	Longo	Liderança: ITESP <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais CDRS
	3.3) Revisar a metodologia do LUPA	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar o protocolo de coleta de dados do LUPA para captar sistemas agroflorestais e produtos florestais não madeireiros 	Médio	Liderança: SAA e IEA <ul style="list-style-type: none"> CDRS ITESP Instituições do Terceiro Setor Prefeituras Municipais Associações e Cooperativas
		<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar o protocolo de coleta de dados do LUPA para captar e ampliar o conhecimento sobre as atividades tradicionais 	Médio	Liderança: SAA e IEA <ul style="list-style-type: none"> CDRS ITESP Instituições do Terceiro Setor Prefeituras Municipais Associações e Cooperativas

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
4) Capacitar Produtores Rurais	4.1) Capacitação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar cursos sobre Produção Rural (Meliponicultura, Agroecologia, Sistemas Agroflorestais, Agricultura Urbana) • Realizar cursos sobre Gestão, Associativismo, Cooperativismo, Marketing e Finanças • Realizar dias de campo para transferência de tecnologia e troca de experiências entre produtores rurais 	Médio	Liderança: Sebrae <ul style="list-style-type: none"> • SAA • ITESP • CDRS • Instituições de Ensino Superior e Técnico • Instituições do Terceiro Setor • Prefeituras Municipais • Associações e Cooperativas
5) Incentivar P&D para a Produção Rural	5.1) Ampliar as pesquisas científicas	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar pesquisas científicas, por meio de Editais de Agências de Fomento – nas áreas de Biomimética, Bioeconomia, Ecologia e Psicultura com espécies nativas –, com a participação de instituições locais 	Médio	Liderança: Fapesp, SDE e CIT-Vale <ul style="list-style-type: none"> • IPT • Instituições de Ensino e Pesquisa locais • APTA • CDRS • ITESP • SAA

PVPR-VR

Programa de Valorização da Produção Rural do Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
5) Incentivar P&D para a Produção Rural	5.2) Ampliar as pesquisas tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar pesquisas tecnológicas, por meio de Editais de Agências de Fomento – nas áreas de Sistemas Agroflorestais, Produção Orgânica, potencial produtivo de espécies nativas e uso sustentável dos recursos naturais –, com a participação de instituições locais 	Médio	Liderança: Fapesp, SDE e CIT-Vale <ul style="list-style-type: none"> IPT Instituições de Ensino e Pesquisa locais APTA CDRS ITESP SAA
		5.3) Transferência de Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> Realizar levantamento do conhecimento tecnológico, acumulado nas instituições de ensino e pesquisa da região, pronto para transferência aos produtores rurais 	Curto
	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar a transferência de tecnologia aos produtores rurais 		Médio	



Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira - PDET-VR

5.3.



Crédito foto: Junior Petar.

O PDET-VR tem o objetivo de impulsionar e diversificar as atividades turísticas da região, tendo como base os atrativos geoambientais, históricos e culturais que tornam a região rica e diferenciada. Dessa forma, o programa busca, além de dinamizar o turismo tradicional já estabelecido em partes do território, potencializar as demais oportunidades associadas ao ecoturismo, turismo rural, turismo de experiência por meio da vivência em locais especiais e da interação mais estreita com outras culturas, especialmente com comunidades tradicionais (turismo de base comunitária).

É importante destacar o notável trabalho realizado no Plano Estratégico de Economia Criativa – Dá Gosto Ser do Ribeira (Fonseca, Castañé e Peruchi, 2020), promovido pelo SEBRAE, no qual algumas ações fundamentais para a dinamização do turismo estão alinhadas com as proposições deste Plano.

5.3.1.

Contexto e bases para o PDET-VR

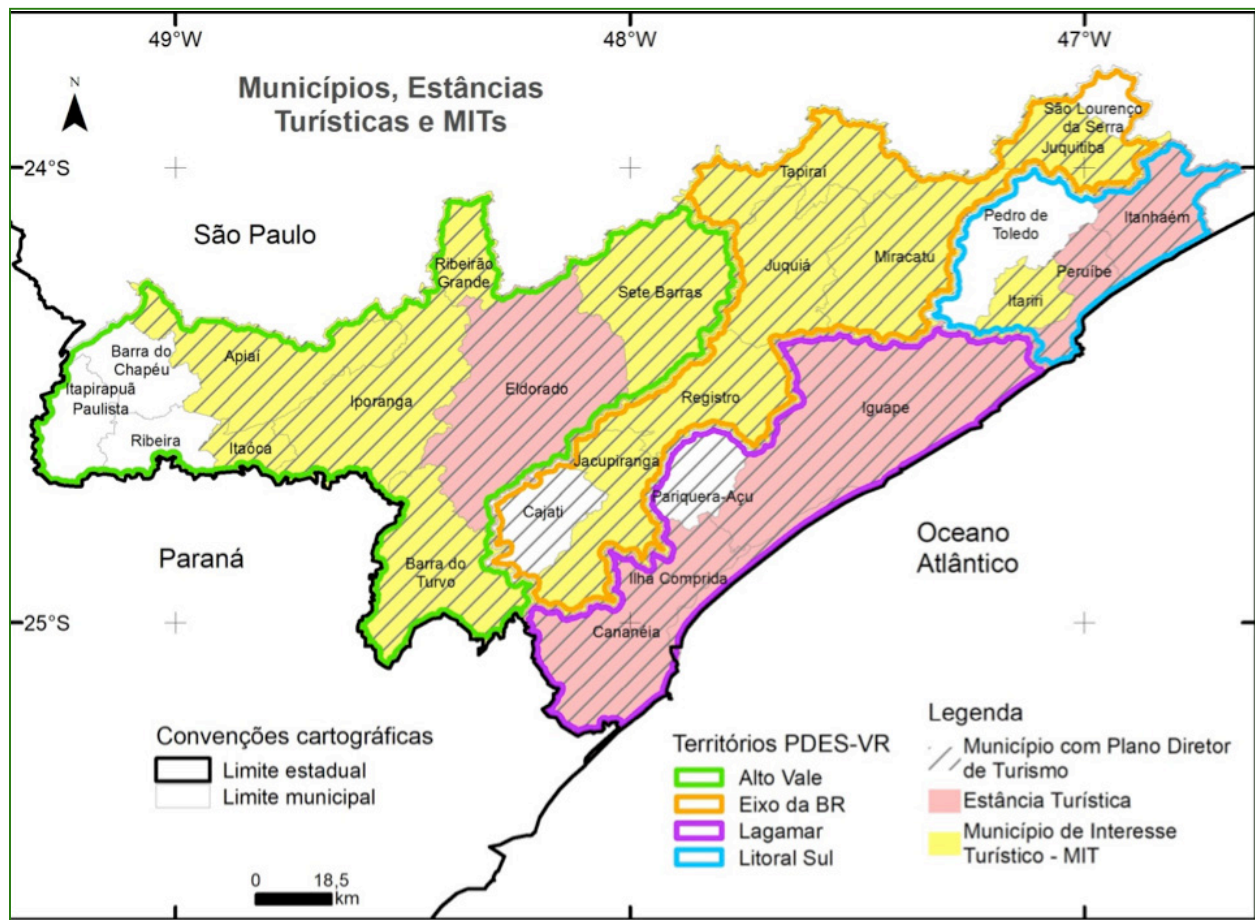
Dentre os 26 municípios estudados, seis detêm o título de Estância Turística e doze são Municípios de Interesse Turístico (MIT), segundo a classificação da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (Setur), fato que já demonstra a forte vocação regional para o turismo.

O Plano Diretor de Turismo (PDT) norteia o desenvolvimento da atividade turística local, seu objetivo é apresentar a situação do turismo no município e definir ações estratégicas para aprimorar e diversificar a oferta turística. O PDT foi uma das principais fontes de informação para o diagnóstico do turismo na região abrangida pelo PDES-VR. Realizou-se uma análise SWOT dos planos, classificando as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças em categorias. Entre os principais pontos fortes (forças ou oportunidades) destacam-se: atrativos naturais/ecoturismo, atrativos histórico-culturais, localização estratégica, regionalização e circuitos turísticos e biodiversidade (fauna e flora). Com relação aos principais pontos fracos (fraquezas ou ameaças) tem-se: infraestrutura urbana e saneamento básico, divulgação e marketing, infraestrutura dos atrativos, incentivos e apoio financeiro e institucional para o turismo local. Alguns temas aparecem como pontos fortes e também fracos, destacam-se: planejamento, gestão e acessibilidade, fato explicado pela forma diferente como os temas são tratados pelos municípios.



Crédito foto: Ricardo Martinelli (Acervo Fundação Florestal).

MITs, Estâncias e municípios com PDT na região de abrangência do PDES-VR



Em relação aos territórios verifica-se que:

- No Alto Vale os atrativos naturais/ecoturismo e o potencial de regionalização aparecem como principais aspectos positivos mencionados. Por outro lado, a infraestrutura dos atrativos é posta como um ponto negativo na região. Destaca-se que os aspectos relacionados às ações de planejamento e gestão parecem tanto como forças, devido à existência de PDTs e COMTURs, quanto pontos fracos, pois entende-se que a atividade turística pode ser melhor planejada e executada.

- Nos municípios pertencentes ao Eixo da BR os atrativos naturais/ Ecoturismo, atrativos histórico-culturais e a biodiversidade aparecem como aspectos positivos mencionados nos Planos analisados. Os principais problemas estão relacionados à infraestrutura dos atrativos, ensino e pesquisa, acessibilidade, capacitação e qualificação, e infraestrutura urbana e saneamento básico.

- No território Lagamar também se destacam os atrativos naturais/ecoturismo e histórico-culturais, aspectos relacionados ao planejamento e gestão, localização estratégica e regionalização/circuitos turísticos. Planejamento e gestão, divulgação e marketing, acessi-

bilidade e infraestrutura urbana e saneamento básico foram pontos negativos nessa porção do Vale do Ribeira.

- Nos municípios pertencentes ao território Litoral Sul os atrativos naturais/ecoturismo, a localização estratégica, a acessibilidade e o potencial de regionalização/circuitos turísticos foram aspectos positivos citados nos documentos analisados. Já a oscilação do número de visitantes/fluxo de turistas e a sensibilização e conscientização foram pontos negativamente expressos nessa região, principalmente pelas questões de sazonalidade (alta e baixa temporadas).



Crédito foto: Junior Petar.

Regiões Turísticas (RT) são formas mais estratégicas de trabalhar o turismo, onde a integração e a cooperação são mais vantajosas, pois o turista é estimulado a permanecer mais tempo explorando os atrativos, gerando mais recursos para os municípios envolvidos. Destacam-se as RTs Cavernas da Mata Atlântica, Lagamar e Caminhos da Mata Atlântica, sendo que a primeira já tem plano de turismo, enquanto que os planos das outras duas RTs estão em execução com apoio do SENAC-Registro.

A partir dos dados do MAPA do Turismo Brasileiro e do Cadastur, ambos do Ministério do Turismo, observa-se que o Alto Vale é o território com menor quantidade de estabelecimentos de hospedagem e, conseqüentemente, menor quantidade de empregos formais nessa área, apesar de ter a maior quantidade de municípios. A quantidade de visitantes registrada também é a menor, apesar de todo potencial turístico que a região

registra. No território do Eixo da BR, podemos destacar os municípios de Registro e Juquitiba pelo alto número de visitantes, apesar de Registro não ter um forte histórico de turismo. Destaca-se a quantidade de guias e as agências de turismo no Litoral Sul e de meios de hospedagem e transportadoras turísticas em Lagamar.

As unidades de conservação tem grande potencial para o turismo e podem ser consideradas como atrativos diferenciados da região, porém umas das principais lacunas apontadas é a falta de planos de manejo que irão permitir e orientar o uso turístico tanto nas unidades de proteção integral, quanto nas de uso sustentável e em suas zonas de amortecimento.

Outras áreas protegidas também podem ser importantes atrativos turísticos a serem melhor explorados:

- **Sítios arqueológicos:** cerca de 360, concentrando-se no Alto Vale e Lagamar;
- **Bens tombados:** 12 bens em estudo e 18 bens tombados, sendo que um deles é a Área Natural Tombada da Serra do Mar e de Paranapiacaba, que envolve áreas em 47 municípios paulistas, sendo 16 na área de estudo;
- **Terras Indígenas:** 15, sendo treze Tradicionalmente Ocupadas e duas Reservas Indígenas; e
- **Comunidades Quilombolas:** 49 comunidades totalizando mais de mil famílias, sendo que nem todas tem seu território reconhecido oficialmente.

As principais oportunidades estão relacionadas ao grande número de atrativos, produtos típicos, localização estratégica e características naturais regionais favoráveis. Porém há urgente necessidade de ações voltadas à estruturação dos equipamentos, regionalização de atrativos, melhoria da acessibilidade e comunicação, sinalização e estratégias de divulgação e marketing para que o enorme potencial seja explorado da forma mais ampla possível.



Crédito foto: Junior Petar.

Apesar da estrutura administrativa existente, a atividade turística pode ser melhor planejada e executada, o que inclui tanto as questões relacionadas ao apoio financeiro e institucional para o turismo local, quanto à capacitação da mão de obra especializada e do empresariado local para prestação de serviços relacionados ao turismo. Pesquisas de demanda mais recentes podem ser aliadas para a priorização de investimentos, visando obter melhores resultados, assim como planos de turismo atualizados com estratégias de atuação condizentes com a atual realidade.

Os baixos índices de desenvolvimento social e a vulnerabilidade quando somados à falta de instrumentos de planejamento e gestão eficientes e a escassez de recursos para a implementação das ações definidas nos Planos, afetam a qualidade dos recursos naturais e contribuem para a propagação de problemas sociais que transcendem a atividade turística. Essa situação poderá ser agravada após a pandemia do Covid 19, pois há uma tendência de utilização dos poucos recursos existentes para outras finalidades, tanto nas ações municipais, quanto nos gastos dos potenciais turistas.

A proximidade aos principais núcleos emissores de turistas (São Paulo e Curitiba) é um diferencial visto que muitos devem dar preferência para trechos internos com pequenos deslocamentos no curto prazo. Os desejos de viajar e estar conectado com os elementos naturais também estão sendo potencializados com o isolamento, o que pode ser explorado de forma positiva após o fim da pandemia. Para potencializar o ecoturismo é necessário elaborar os planos de manejo das unidades de conservação que ainda não dispõe, aumentando a oferta de atrativos turísticos disponíveis para visitação.

O diagnóstico do turismo na região aliado ao processo participativo permitiu estabelecer as principais referências para a concepção dos objetos estratégicos, além de contribuir para a definição de ações para o desenvolvimento da atividade, dando suporte ao Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PDET-VR).

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios obtidos no diagnóstico setorial e no processo participativo, que balizaram a estruturação do PDET-VR

- **Turismo sustentável:** o desenvolvimento da atividade deverá necessariamente estar alinhado com a preservação do patrimônio ambiental e cultural da região, gerando ganhos socioeconômicos para a população local e preservando o patrimônio para as gerações futuras.
- **Diversificação do turismo:** o enorme potencial da região permite explorar diferentes tipos de turismo, hoje inexistentes ou pouco explorados como: turismo interno, turismo de bem estar, turismo gastronômico e geoturismo.
- **Fortalecimento da gestão:** a gestão pública municipal deve executar os Planos Diretores de Turismo e manter equipe qualificada atuando na área. A criação de um Observatório de Turismo Sustentável é uma forma de organizar a gestão do turismo na região e também fazem uma abordagem mais estratégica.
- **Disponibilização e disseminação de informações:** divulgação da atividade para a população, aumento do entendimento e conhecimento por parte dos gestores públicos municipais, bem como ampla divulgação dos atrativos turísticos da região.
- **Lacunas do conhecimento:** integração do aparato estadual de ensino, pesquisa e inovação para ações estratégicas dirigidas à ampliação do conhecimento na região, com a capacitação de mão de obra e do desenvolvimento de tecnologias para a aplicação local.
- **Melhoria da infraestrutura:** necessidade de malha viária compatível com as demandas do setor, bem como telecomunicações disponíveis para alavancar os negócios na região. Questões relativas a infraestrutura urbana e rural como o saneamento básico, gestão de resíduos sólidos e zeladoria são fundamentais.
- **Ações de suporte e fomento:** suporte financeiro e capacitação empresarial.

5.3.2.

PDET-VR: Plano de Ações



Crédito foto: Junior Petar.

O Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira (PDET-VR) está estruturado em cinco objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de 25 ações específicas.

PDET – VR: Objetivos Estratégicos

- 1. Impulsionamento e diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis**
- 2. Fortalecimento Institucional da Gestão Turística Municipal**
- 3. Divulgação e Marketing**
- 4. Aprimoramento da Infraestrutura e Conectividade**
- 5. Suporte Financeiro e Atração de investimentos**

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1) Impulsio- namento e Diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis	1.1) Promover o Turismo de Base Comunitária (TBC)	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e sensibilizar as comunidades tradicionais, com oficinas, para a possibilidade de realizar o TBC 	Curto	Liderança: Setur, ONGS <ul style="list-style-type: none"> SCEC Codivar – Câmara Técnica de Turismo
		<ul style="list-style-type: none"> Estruturar produtos turísticos baseados no TBC com capacitação das comunidades 	Curto	Liderança: Sebrae, ONGS <ul style="list-style-type: none"> Setur Senac Codivar – Câmara Técnica de Turismo
		<ul style="list-style-type: none"> Integrar o TBC nos roteiros turísticos municipais e regionais 	Médio	Liderança: Setur, Senac <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Codivar – Câmara Técnica de Turismo

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1) Impulsio- namento e Diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis	1.2) Apoiar a implementação do Geoturismo. A região apresenta excepcional patrimônio geológico e a criação de um Geoparque pode ser um importante fator de visibilidade, integração e projeção internacional	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar uma publicação ilustrativa dos atrativos geoturísticos do VR 	Curto	Liderança: CPRM, IPT
		<ul style="list-style-type: none"> Implantar rotas de atrativos geoturísticos, com sinalizações e placas ilustrativas e didáticas, de forma integrada às demais modalidades de atrativos turísticos 	Curto	Liderança: Setur, Codivar – Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais UCs CPRM IPT
		<ul style="list-style-type: none"> Estruturar o Geoparque do Alto Vale do Ribeira e sua posterior candidatura ao reconhecimento internacional no Programa de Geoparques da Unesco 	Médio	Liderança: Setur, IPT <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Codivar – Câmara Técnica de Turismo UCs CPRM
	1.3) Fomentar o aproveitamento do Rio Ribeira de Iguape	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar estudo de viabilidade técnica para navegação no Rio Ribeira de Iguape para transporte (carga e pessoas) e turismo 	Médio	Liderança: SDE, IPT <ul style="list-style-type: none"> STL CBH-RB

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1) Impulsio- namento e Diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis	1.3) Fomentar o aproveitamento do Rio Ribeira de Iguape para turismo e lazer	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a criação do Parque Fluvial Recreativo Águas do Ribeira proposto pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Médio	Liderança: Sebrae, Prefeitura Municipal de Eldorado <ul style="list-style-type: none"> Setur SCEC DesenvolveSP InvestSP Cetesb SIMA Senac Sesc Comtur de Eldorado Codivar - Câmara Técnica de Turismo CBH-RB
	1.4) Incentivar novas modalidades de turismo na região como o Turismo de bem estar e o turismo de experiência	<ul style="list-style-type: none"> Realizar oficinas para divulgar para população e trade outras modalidades de turismo que podem ser exploradas 	Curto	Liderança: Senac, Codivar - Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Comturs Sebrae Setur Prefeituras Municipais
	1.5) Aprimorar os atrativos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> Agregar valor aos atrativos adicionando ou revitalizando atividades e experiências 	Médio	Liderança: Sebrae, Comturs <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Codivar - Câmara Técnica de Turismo Senac Empresários e proprietários

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1) Impulsio- namento e Diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis	1.5) Aprimorar os atrativos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar a infraestrutura dos atrativos (sinalização, acessibilidade, manutenção de trilhas, banheiros, estacionamentos, etc) • Melhorar o controle e monitoramento da entrada e circulação dos visitantes, para evitar aglomerações 	Médio	Liderança: Comturs <ul style="list-style-type: none"> • Prefeituras Municipais • Codivar - Câmara Técnica de Turismo • Senac • Empresários e proprietários
	1.6) Integrar os atrativos turísticos a atividades e produtos de outras cadeias produtivas	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir nos roteiros atrativos gastronômicos, visitação a locais onde são produzidos o artesanato e outros produtos típicos • Estimular a venda de produtos típicos da região como souvenirs e presentes (artesanato, produção rural) 	Curto	Liderança: Codivar - Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> • SDE (SUTACO) • SCEC • SAA

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1) Impulsio- namento e Diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis</p>	<p>1.7) Capacitação de mão de obra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a divulgação dos cursos existentes hoje relacionados a empreendedorismo, gestão, administração e recursos humanos na região, principalmente entre os jovens • Oferecer cursos descentralizados cobrindo os territórios do Vale • Criar cursos EAD, focados em demandas específicas como: capacitação de guias, estruturação de atrativos (propriedades particulares), modelos de negócios turísticos (turismo rural, de base comunitária, turismo pedagógico, etc.), gestão de mídias sociais 	<p>Curto</p>	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Novotec • ViaRapida • Sebrae • Senac • IF • Etec • Instituições de ensino • ONGs

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1) Impulsio- namento e Diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis	1.8) Promover a elaboração dos Planos de Manejo para todas as UCs do Vale do Ribeira	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e sensibilizar os agentes públicos e atores locais para a importância e agilização da aprovação dos planos de manejo 	Curto	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> Fundação Florestal IPT
		<ul style="list-style-type: none"> Elaboração dos planos com destaque a inserção do ecoturismo como uma das atividades priorizadas 	Curto	Liderança: Fundação Florestal <ul style="list-style-type: none"> SIMA IPT
	1.9 Promover campanha de conscientização sobre turismo sustentável e valorização da identidade local para população e visitantes	<ul style="list-style-type: none"> Promover campanha de conscientização sobre turismo sustentável para população e visitantes 	Curto	Liderança: Codivar - Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Comturs Secretarias Municipais de Turismo Setur

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1) Impulsio- namento e Diversificação do Turismo em Bases Sustentáveis	1.9 Promover campanha de conscientização sobre turismo sustentável e valorização da identidade local para população e visitantes	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a criação do programa de educação patrimonial “Gente Valente” proposto pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Curto	Liderança: SDE <ul style="list-style-type: none"> Novotec Via Rapida Sebrae Senac IF Etec Instituições de ensino ONGs
	1.10) Introduzir o tema de turismo e da valorização cultural na educação	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a utilização do tema turismo e a valorização da cultura local em disciplinas do ensino infantil, fundamental e médio, com intuito de reforçar a identidade local e os princípios básicos do turismo, inclusive como fonte de renda 	Médio	Liderança: Codivar <ul style="list-style-type: none"> Seduc Prefeituras Municipais

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2) Fortalecimento Institucional da Gestão Turística Municipal	2.1) Ampliar a qualificação dos profissionais de prefeituras que trabalham com turismo	<ul style="list-style-type: none"> Organizar cursos de capacitação para profissionais de prefeituras, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre o funcionamento da atividade turística, as competências do poder público municipal e a importância de profissionais qualificados para atuar com turismo 	Curto	Liderança: Codivar – Câmara Técnica Turismo <ul style="list-style-type: none"> Setur Sebrae Senac Prefeituras Municipais IPT
	2.2) Ampliar o conhecimento da população sobre o Comtur	<ul style="list-style-type: none"> Realizar oficinas periódicas de divulgação do Comtur, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre seu funcionamento e a importância da participação. Público alvo: munícipes, trade 	Médio	Liderança Comturs <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Codivar - Câmara Técnica de Turismo IPT

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2) Fortalecimento Institucional da Gestão Turística Municipal	2.3) Ampliar a qualificação dos integrantes do Comtur	<ul style="list-style-type: none"> Organizar cursos periódicos de capacitação para integrantes do Comtur, com conteúdo abrangendo informações gerais sobre seu funcionamento e quais ações podem e devem ser realizadas 	Curto	Liderança: Codivar – Câmara Técnica Turismo <ul style="list-style-type: none"> Comturs Prefeituras Municipais IPT
3) Divulgação e Marketing	3.1) Ampliar as ações de marketing turístico para a região	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a possibilidade de expandir o uso da marca criada pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Curto	Liderança: SEBRAE <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Codivar - Câmara Técnica de Turismo
		<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o desenvolvimento e a divulgação do App Ribeira na Palma da Mão proposto pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Curto	Liderança: SEBRAE, SDE <ul style="list-style-type: none"> Setur Codivar Comturs Prefeituras Municipais Senac

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3) Divulgação e Marketing	3.1) Ampliar as ações de marketing turístico para a região	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar e ampliar a proposta “Encantos do Ribeira”, webséries para promoção de atrativos locais, proposta pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Curto	Liderança: Sebrae, Codivar <ul style="list-style-type: none"> SCEC Setur Produtoras de audiovisual Associações Comerciais Prefeituras Municipais Operadores e agências viagens
	3.2) Capacitação de mão de obra específica	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a divulgação dos cursos existentes hoje relacionados à: informática para web, gestão de mídias sociais, comunicação, marketing digital, principalmente entre os jovens Oferecer cursos descentralizados cobrindo os territórios do Vale Criar cursos EAD dos mesmos temas ou relacionados 	Curto	Liderança: SDE <ul style="list-style-type: none"> Via Rápida Sebrae Senac IF Etec Instituições de ensino ONGs

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3) Divulgação e Marketing	3.3) Criar uma entidade única para gerir o turismo local, envolvendo poder público e privado	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a criação de um Observatório de Turismo Sustentável, proposto pelo Plano Estratégico de Economia Criativa “Dá Gosto Ser do Ribeira” 	Médio	Liderança: Setur <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Codivar - Câmara Técnica de Turismo Representações Empresariais Sebrae Senac
	3.4) Melhorar a sinalização turística	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisas de demanda turística para nortear os próximos investimentos 	Médio	Liderança: Codivar - Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Setur Prefeituras Municipais Comturs
		<ul style="list-style-type: none"> Ter sinalização turística em todos os municípios da região 	Curto	Liderança: Codivar - Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Setur Prefeituras Municipais Comturs
	3.5) Criar guias e mapas turísticos (devem seguir proposta do plano de marketing)	<ul style="list-style-type: none"> Ter pelo menos um guia e mapa turístico de cada município e de cada Região Turística 	Curto	Liderança: Codivar - Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Setur Prefeituras Municipais Comturs Representações Empresariais IPT

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3) Divulgação e Marketing	3.6) Estimular as Prefeituras a participar ativamente das ações de divulgação	<ul style="list-style-type: none"> Dotar os municípios de postos de informação turística, estimulando parcerias com o setor produtivo 	Curto	Liderança: Codivar - Câmara Técnica de Turismo <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais Comturs Representações Empresariais
		<ul style="list-style-type: none"> Gerar conteúdos e utilizar sites e mídias sociais das prefeituras para divulgar os atrativos no município 	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais <ul style="list-style-type: none"> Setur Comturs
4) Aprimoramento da Infraestrutura e Conectividade	4.1) Implementar projetos de aprimoramento das estradas principais para acesso a região	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar em conjunto com o setor turístico as necessidades de melhorias de infraestrutura para deslocamento de turistas 	Curto	Liderança: STL <ul style="list-style-type: none"> SIMA SDE SDR Setur Prefeituras Municipais Codivar
	4.2) Implementar projetos de aprimoramento das estradas locais para acesso aos atrativos	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar, melhorar e integrar a malha viária, em consonância com as demandas da produção rural e com as demais necessidades das populações locais 		

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
4) Aprimoramento da Infraestrutura e Conectividade	4.3) Implementar projetos de aprimoramento da comunicação (telefonia e internet)	<ul style="list-style-type: none"> Expandir a cobertura de telefonia e internet na região 	Curto	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> SDE SDR ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e empresas de telecomunicação
	4.4) Aprimorar a infraestrutura municipal urbana e rural	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o acesso ao saneamento básico urbano e rural 	Médio	Liderança: STL Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> SABESP Prefeituras Municipais
		<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a importância da zeladoria pública (limpeza pública, iluminação, etc.), principalmente em cidades turísticas 	Curto	Liderança: Prefeituras Municipais
		<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e implementar planos de gestão de resíduos sólidos em arranjos municipais 	Médio	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> Prefeituras Municipais

PDET-VR

Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo no Vale do Ribeira

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
5) Suporte Financeiro e Atração de investimentos	5.1) Promover a divulgação e facilitar o acesso a linhas de financiamento e incentivos. Suprir o setor empresarial de informações sobre as opções de crédito e incentivos disponíveis para financiando de novos projetos, de investimento em ampliações e modernizações, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos inovadores	<ul style="list-style-type: none"> Realizar reuniões envolvendo setor empresarial, instituições financeiras e de suporte empresarial 	Curto	Liderança: SDE e Setur <ul style="list-style-type: none"> Desenvolve SP Investe SP Sebrae Representantes Empresariais Codivar
		<ul style="list-style-type: none"> Criar um edital para financiamento de projetos de turismo sustentável no Vale do Ribeira 	Médio	
	5.2) Analisar possibilidades de incentivos para instalação de novos empreendimentos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> Analisar a possibilidade de oferecer incentivos para a instalação de novos empreendimentos turísticos, que tenham como premissa a sustentabilidade e a utilização de mão de obra local 	Curto	



Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração – POIM-VR

5.4.



Crédito foto: Hércio Akimoto.

O POIM-VR tem como objetivo finalístico a otimização do aproveitamento dos recursos minerais da região em bases sustentáveis, com aprimoramento tecnológico, agregação de valor e adensamento das cadeias produtivas de base mineral. Nesse contexto, a produção mineral deve se desenvolver em conformidade com as diretrizes de preservação e valorização ambiental da região e de forma a ampliar os seus benefícios socioeconômicos para a população local, gerando maior valor compartilhado e interagindo harmonicamente com as comunidades envolvidas, especialmente com os povos tradicionais.

5.4.1.

Contexto e bases para o POIM-VR

Pelo conhecimento atual do arcabouço geológico do Estado de São Paulo, a região do Vale do Ribeira constitui, certamente, uma das porções do território paulista de maior potencial mineral. Essa expectativa de dotação mineral ganha importância à medida que se trata de bens minerais de grande demanda da economia paulista.

O processo de interiorização e ocupação do Vale do Ribeira foi historicamente vinculado à atividade mineral. Diferentemente da expectativa prevalecente até o final do século passado, na qual seu potencial mineral esteve sempre associado a commodities metálicas, os conhecimentos atuais e a especialização produtiva da região indicam para uma destacada vocação para depósitos de substâncias não metálicas, o que é relevante para o seu processo de desenvolvimento e para o suprimento de importantes cadeias produtivas da indústria de transformação, para a construção civil e para a produção agrícola estadual.

A potencialidade mineral do território compreende uma grande variedade de ocorrências e depósitos comprovados e outros ainda em caráter especulativo, notadamente de rochas e minerais não metálicos, além de água mineral. O maior destaque refere-se às expressivas jazidas de calcário, que concentram mais de 50 % das reservas estaduais, substância que conta com cerca de 30 ramos de aplicações, entre outras, na produção de cimento e como insumo agrícola. Outros bens minerais com depósitos detectados ou com potencial identificado incluem-se: materiais de uso in natura na construção civil – rochas para brita, cantaria e fins ornamentais; areia e cascalho como agregados; argila para fins cerâmico e cimento; uma gama variada de minerais e rochas industriais, entre outros – rocha fosfática, dolomito, caulim, areia industrial, quartzito, turfa, filito, talco, feldspato, fluorita; e de forma mais remota, minerais metálicos. Evidenciada pelo número expressivo de títulos minerários que oneram o território, trata-se de uma apreciável dotação mineral, altamente demandada pelo mercado mineral paulista.



Crédito foto: Pablo de Andres Fernandez.

Considerando os títulos minerários como indicadores de potencialidade, a região é portadora de 461 áreas com depósitos minerais identificados. Essa expressiva quantidade de áreas tituladas abriga uma grande variedade de substâncias minerais (mais de 25 bens minerais), o que evidencia o potencial mineral diferenciado da região em relação ao contexto paulista e o próprio interesse do setor empresarial na dotação mineral ensejada pela exuberante geodiversidade do território.

Relação das Substâncias Tituladas, Mercados e Aplicações Potenciais

	PDES-VR	Alto Vale	Eixo BR	Lagamar	Litoral Sul	Mercados e Aplicações
Areia e Cascalho	244	36	146	28	34	Agregados para construção civil (concreto, argamassa, pavimentação)
Rochas Carbonáticas: calcário e assemelhados	94	88	4	2	0	Cimento, cal, corretivo de solo, cargas minerais, cerâmica, siderurgia, agregado para construção civil, vidro e revestimentos pétreos
Argilas	65	25	21	6	13	Cerâmica e cimento
Saibro	43	4	7	3	29	Obras civis: aterros imobiliários e rodoviários, leitos de estradas
Granito, Gnaiss, Basalto	24	0	12	1	11	Agregados para construção civil, revestimentos pétreos
Dolomito	22	20	2	0	0	Corretivo agrícola, vidro, siderurgia, tintas e vernizes
Caulim	21	2	19	0	0	Cerâmica, tinta, carga mineral
Água Mineral	21	0	19	2	0	Bebidas
Quartzito	20	16	4	0	0	Abrasivos, cerâmica, carga mineral, revestimentos pétreos
Turfa	14	0	4	8	2	Agricultura, jardinagem
Areia Industrial	12	0	2	2	8	Vidro, fundição, abrasivos, cerâmica, carga mineral

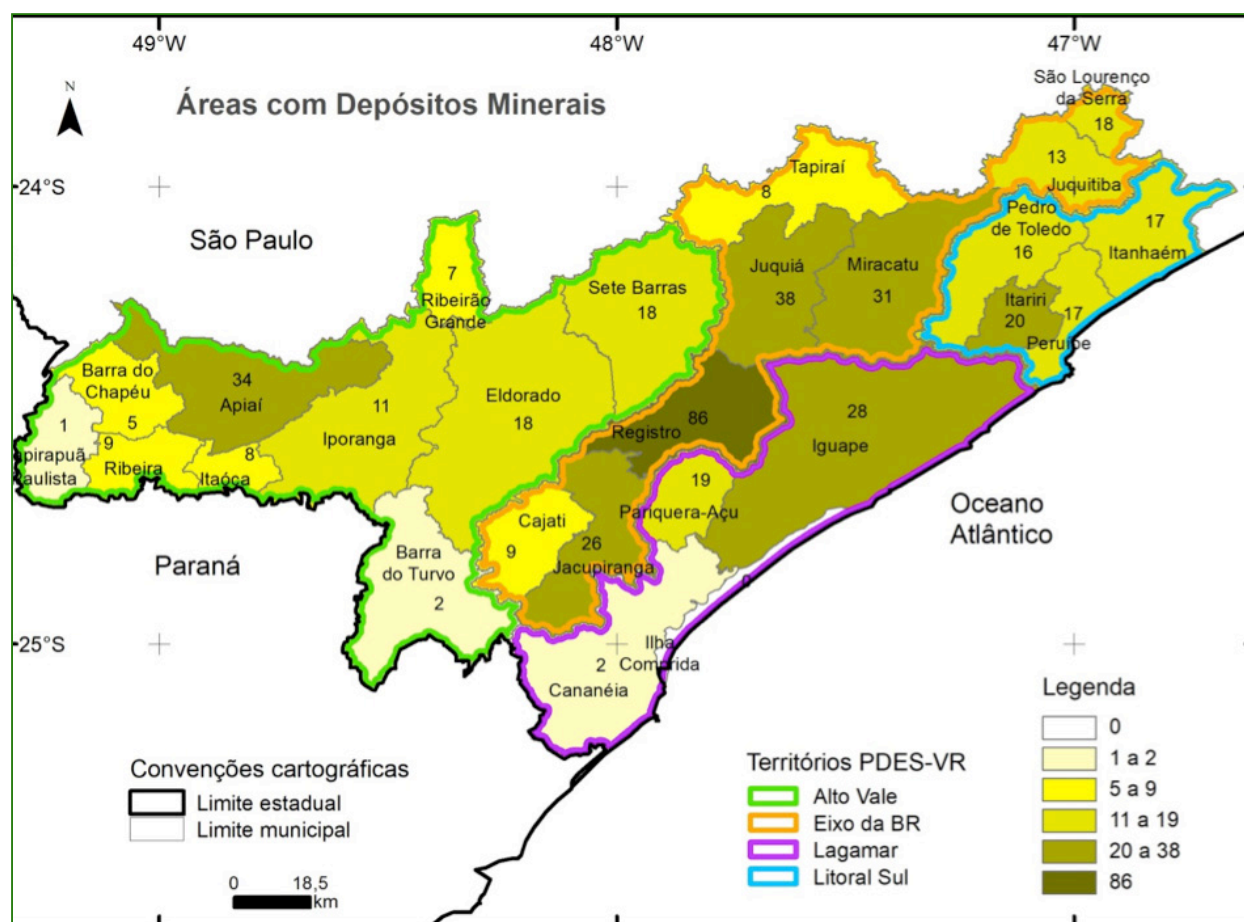
	PDES-VR	Alto Vale	Eixo BR	Laga-mar	Litoral Sul	Mercados e Aplicações
Filito	5	5	0	0	0	Cerâmica e carga mineral
Ouro	5	2	0	0	3	Ligas metálicas, joias, reserva monetária
Fosfato	4	0	4	0	0	Fertilizantes, ácido fosfórico
Ferro	4	1	3	0	0	Ligas metálicas
Gabro	2	2	0	0	0	Agregados para construção civil; revestimentos pétreos
Feldspato	2	1	1	0	0	Cerâmica, esmaltes, vidro
Talco	2	1	0	1	0	Cerâmica e carga mineral
Manganês	2	1	1	0	0	Ligas metálicas
Fluorita	1	1	0	0	0	Ind. química, siderurgia, cerâmica
Barita	1	0	1	0	0	Fluídos de perfuração de petróleo, carga mineral, ind. química
Turmalina	1	0	1	0	0	-
Mica	1	0	1	0	0	Equipamentos eletroeletrônicos; plásticos; tintas e pigmentos
Prata	1	1	0	0	0	Ligas metálicas, joias
Tungstênio	1	1	0	0	0	Ligas metálicas

Obs.: substâncias tituladas – consideradas como áreas com depósitos minerais oficialmente reconhecidos pela ANM. Incluem títulos autorizativos – Concessão de Lavra, Licenciamento e Registro de Extração; e títulos pré-autorizativos – requerimentos de Lavra, de Registro de Licenciamento e de Registro de Extração. Fonte: dados extraídos de ANM (2020a; b).

Além dos minerais não metálicos, cabe destaque também a presença de 21 áreas tituladas de água mineral, concentradas preferencialmente no Eixo da BR. Trata-se de uma substância com demanda em expansão no país e cuja produção pressupõe uma vantagem comparativa ambiental em relação aos demais bens minerais. Isto decorre de que um dos condicionantes do seu processo produtivo (captação e envase) é a proteção ambiental da área dos empreendimentos e entornos, ao contrário da lavra dos demais minérios que, em menor ou maior grau, podem acarretar algum impacto negativo.

Do total das 461 áreas com depósitos minerais, cerca de 50 % situam-se no território do Eixo da BR, seguido das regiões do Alto Vale com 24 %, Litoral Sul com 15 % e Lagamar com 11 %. Na escala municipal, sobressaem-se Registro, Juquiá, Miracatu e Jacupiranga (Eixo da BR), ganhando destaque também Apiaí (Alto Vale) e Iguape (Lagamar).

Distribuição das áreas com depósitos minerais na área do PDES-VR



Fonte: dados extraídos de ANM (2020a; b).



Crédito foto: Pablo de Andres Fernandez.

O Valor da Produção Mineral - VPM nos territórios do PDES foi de R\$ 371.064.302,45 em 2018, o que representou cerca de 8,6 % do totalizado no Estado de São. Por sua vez, a CFEM (“royalties da mineração”) arrecadada foi de R\$ 6.817.959,81, equivalendo a 13,6 % do montante estadual. O VPM concentra-se nos territórios do Eixo da BR e no Alto Vale, que comercializaram em 2018, respectivamente, 87,1 % e 11,5 % do valor total da região. O restante, pouco mais de 1 % do valor produzido, se dá nos municípios dos territórios de Lagamar e Litoral Sul.

A atividade de mineração, em termos de valores, concentra-se em três classes de substâncias minerais: fosfato, rochas carbonáticas e agregados. Verifica-se que o grupo de bens minerais em produção é mais limitado do que a variedade de substâncias com depósitos identificados. Isto indica a possibilidade de diversificação da produção de bens minerais na região.

Essa mesma discrepância pode ser constatada entre o montante de depósitos identificados e o número de empreendimentos em operação. Os 90 empreendimentos em operação representam apenas 20 % dos depósitos identificados e menos da metade (48 %) das áreas com títulos autorizativos para lavra, o que sinaliza que a atividade produtiva está aquém da dotação mineral da região. Outro indicador importante da dinâmica da atividade mineral diz respeito às solicitações de requerimento de lavra e registro de licenciamento (273). Os títulos que se encontram nessas fases processuais são sinalizadores de oportunidades que poderão se transformadas em novas minerações a curto e médio prazo.

Há vários fatores estruturais e empresariais que podem influenciar este descompasso entre a dotação mineral e a atividade produtiva na região, tais como:

- Restrições ambientais e dificuldade no processo de licenciamento ambiental;
- Limitações econômicas e gerenciais do empreendedor;
- Acesso a tecnologias de lavra e beneficiamento dos minérios;
- Infraestrutura deficiente para escoamento da produção;
- Condições de mercado;
- Bloqueio de reservas por motivos especulativos.

Essas fragilidades do setor constituíram alguns dos temas levados para a discussão no Fórum Mineral e representam desafios a serem superados para a dinamização da cadeia produtiva de base mineral na região.

Sempre considerando o aproveitamento em bases ambientalmente sustentáveis, constata-se, portanto, que a dotação mineral do Vale do Ribeira tem amplas condições de ampliar consideravelmente sua produção de bens minerais, avançando em etapas de beneficiamento para agregação de valor aos produtos e atraindo novos negócios atrelados à cadeia produtiva e, conseqüentemente, contribuir de forma vigorosa na geração de renda e emprego na região.

O diagnóstico setorial aliado ao processo participativo permitiu estabelecer as principais referências para a concepção dos objetos estratégicos, bem como de se avançar em ações para o desenvolvimento da atividade, dando suporte ao Programa de Ações para ordenamento e impulsionamento da cadeia produtiva de base mineral no Vale do Ribeira.

Quadro Síntese: visão de futuro, demandas e desafios obtidos no diagnóstico setorial e no processo participativo, que balizaram a estruturação do POIM - VR

- **Mineração do Futuro deverá ser sustentável:** o desenvolvimento da atividade deverá necessariamente estar alinhado com a preservação do patrimônio ambiental da região, gerando ganhos socioeconômicos para a população local e devidamente harmonizada com as comunidades de seus entornos (licença social).
- **Elevação do patamar tecnológico dos empreendimentos:** para agregação de valor dos produtos minerais, maior controle e minimização dos impactos ambientais e redução na geração de resíduos.
- **Disponibilização e disseminação de informações:** divulgação da atividade para a população, aumento do entendimento e conhecimento por parte dos gestores públicos municipais, bem como a disponibilização aos empreendedores e profissionais do setor a uma ampla base de dados que contemple aspectos sobre a geologia e disponibilidade de recursos minerais, conjunto de boas práticas de mineração e dados de impactos e passivos ambientais.
- **Lacunas do conhecimento:** integração do aparato estadual de ensino, pesquisa e inovação para ações estratégicas dirigidas à ampliação do conhecimento na região, com a capacitação de mão de obra e do desenvolvimento de tecnologias para a aplicação local.
- **Melhoria da infraestrutura:** necessidade de malha viária compatível com as demandas de escoamento da produção mineral, bem como energia e telecomunicações disponíveis para alavancar os negócios na região.
- **Aprimoramento das estruturas de governo:** celeridade no processo de licenciamento, fortalecimento da fiscalização e integração da mineração dentro da política estadual de meio ambiente, adequação da legislação existente, envolvimento das prefeituras e fortalecimento da unidade estadual de gestão do setor mineral.
- **Ações de suporte e fomento:** suporte financeiro e capacitação empresarial.

5.4.2.

POIM - VR: Plano de Ações



Crédito foto: Pablo de Andres Fernandez.

O Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração (POIM-VR) está estruturado em seis objetivos estratégicos que se desdobram em um conjunto de 20 ações.

POIM – VR: Objetivos Estratégicos

- 1. Sustentabilidade da Mineração**
- 2. Celeridade na Regularização de Empreendimentos**
- 3. Dinamização da Produção Mineral e Aprimoramento da Competitividade**
- 4. Ampliação do Conhecimento e Disseminação de Informações**
- 5. Aprimoramento da Infraestrutura e Conectividade**
- 6. Suporte Financeiro e Atração de investimentos**

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1) Sustentabilidade da Mineração - Promover o desenvolvimento da atividade mineral alinhado com a preservação do património ambiental, gerando ganhos socioeconómicos para a população local e devidamente harmonizada com as comunidades de seus entornos.</p>	<p>1.1) Constituir comissão e formular uma política mineral sustentável para a região do Vale do Ribeira - Atribuições: a) orientar a elaboração de uma Política Mineral Sustentável para o Vale do Ribeira; b) propor roteiro de ações de curto, médio e longo prazo para a implantação de ações para dinamizar a atividade mineral local; c) apoiar e subsidiar as entidades envolvidas quanto aos aperfeiçoamentos e alterações na legislação e nos procedimentos acerca da atividade mineral. d) propor ações de capacitação, comunicação e educação sobre o tema na região</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de uma Resolução Conjunta SIMA/ SDR/ SDE • Constituição da Comissão e formação de grupos temáticos • Reuniões itinerantes • Consolidação da Política Mineral para o Vale do Ribeira 	<p>Curto</p>	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • SDE e SDR • Órgãos de Regulação e Licenciamento • Representações Regionais: Poder Público, Representações Empresariais, da Sociedade Civil; • Instituições de Ensino Superior e Técnico • Centros de Pesquisa e Inovação (estadual e federal)

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1) Sustentabilidade da Mineração</p>	<p>1.2) Promover o estudo de Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) para o Vale do Ribeira - Objetivando subsidiar os agentes públicos estadual e municipal na inserção da atividade mineral nos instrumentos de ordenamento territorial, entre outros, planos de manejo das unidades de conservação e planos diretores municipais. O propósito finalístico do OTGM é induzir o aproveitamentos dos recursos minerais em bases sustentáveis, conciliando a otimização da produção mineral com a preservação ambiental e as demais vocações regionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Termo de Referência • Contratação / Convênio do Projeto • Execução do Projeto 	<p>Curto</p>	<p>Liderança: SIMA, SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • IPT • CPRM – Serviço Geológico do Brasil • Codivar • ANM – Agência Nacional de Mineração

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
1) Sustentabilidade da Mineração	1.3) Aprimorar o processo de fiscalização dos empreendimentos - Coibir a operação de empreendimentos em discordância com as legislações mineral e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Promover articulação entre CETESB, ANM, Polícia Militar Ambiental e Prefeituras Celebrar convênio ANM e Prefeituras Estruturar uma ação sistemática integrada de acompanhamento e fiscalização dos empreendimentos 	Curto	Liderança: SIMA, ANM, CETESB <ul style="list-style-type: none"> Polícia Militar Ambiental Prefeituras Municipais
	1.4) Organizar cursos de capacitação para profissionais de prefeituras - Conteúdo abrangendo Informações gerais sobre o funcionamento da atividade mineral e as competências do poder público municipal	<ul style="list-style-type: none"> Organizar eventos reunindo territorialmente representantes das prefeituras 	Curto	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> IPT CPRM ANM CETESB Codivar Prefeituras Municipais

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1) Sustentabilidade da Mineração</p>	<p>1.5) Estruturar ações para a transparência, interação e divulgação da atividade mineral - Enfocando: importância e funcionamento da atividade, relações harmônicas e transparência do setor mineral com a população, em especial com as comunidades envolventes e tradicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Induzir articulações institucionais, entre outras - setor empresarial, comunidades tradicionais, prefeituras • Estimular setor empresarial a participar da execução das ações • Elaborar cartilhas e vídeos educativos 	<p>Curto a Médio</p>	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representações empresariais • Representações da Sociedade Civil e PCT (Povos e Comunidades Tradicionais) • CPRM • Etec- Itapeva

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>1) Sustentabilidade da Mineração</p>	<p>1.6) Estimular o setor produtivo para a execução de iniciativas de responsabilidade socioambiental - Ampliar os efeitos de transbordamento socioeconômico da atividade mineral (valor compartilhado) e o seu relacionamento com as comunidades do território (licença social)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar reuniões de mobilização, sensibilização e apresentação de casos de sucesso como referências para outras empresas • Induzir articulações institucionais, entre outras - setor empresarial, comunidades envolventes e tradicionais, prefeituras 	Curto	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representações empresariais • Representações da Sociedade Civil e PCT • Codivar
<p>2) Celeridade na Regularização de Empreendimentos - Agilizar os procedimentos legais para regularização e operação de empreendimentos, em atendimento às legislações ambiental e mineral; dinamizando a atividade produtiva, ampliando a segurança jurídica do minerados e dos agentes reguladores</p>	<p>2.1) Organizar mutirão para providências imediatas quanto à regularização de empreendimentos: - Análise da situação legal dos direitos minerários relativos à tramitação na ANM e quanto ao processo de licenciamento ambiental na CETESB</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a análise dos processos (ANM e CETESB) e os encaminhamentos necessários para a regularização: eventuais exigências e orientações aos detentores dos direitos minerários e identificar processos em disponibilidade pela ANM para futura oferta em leilões 	Curto	<p>Liderança: SIMA, ANM, CETESB</p> <ul style="list-style-type: none"> • FF – Fundação Florestal • DAEE • Representações Empresariais • Codivar

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2) Celeridade na Regularização de Empreendimentos	<p>2.2) Estruturar o “Balcão Único” para a regularização dos empreendimentos de mineração</p> <p>- Articular a maior interação dos órgãos responsáveis pelo processo de licenciamento e outorga do título minerário e sistematizar os procedimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar ação articulada dos órgãos licenciadores • Avaliar junto aos órgãos procedimentos mais adequados para integrar o processo de regularização • Formatar sistema de procedimentos integrados para regularização de empreendimentos de mineração 	Curto	<p>Liderança: SIMA, ANM, CETESB</p> <ul style="list-style-type: none"> • FF – Fundação Florestal • DAEE • Representações Empresariais • Codivar
	<p>2.3) Promover a regularização das poligonais dos empreendimentos minerais</p> <p>- Correção dos traçados de poligonais dos processos de direitos minerários, adequando-os ao datum – SIRGAS 2000 (Portaria DNPM nº 76 de 10 de fevereiro de 2015)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articular com a ANM a priorização da região do Vale do Ribeira no processo de ajuste das poligonais • Acompanhar o processo de regularização a ser realizado pela ANM 	Curto	<p>Liderança: ANM, SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Representações Empresariais

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
2) Celeridade na Regularização de Empreendimentos	<p>2.4) Estimular o processo de prorrogação automática da renovação da licença ambiental</p> <p>- Possibilitar às minerações que operam ininterruptamente de acordo com as boas práticas e o atendimento estrito dos condicionantes ambientais, a renovação da licença ambiental de forma mais ágil, ampliando a segurança jurídica do funcionamento dos empreendimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a discussão entre órgão licenciador e representações empresariais • Avaliar a criação de instrumentos normativos para aprovação “automática” da licença ambiental de operação 	Curto	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • CETESB • Representações Empresariais

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3) Dinamização da Produção Mineral e Aprimoramento da Competitividade - Promover a realização do potencial mineral, com ampliação e diversificação da produção, agregação de valor aos bens minerais e adensamento das cadeias produtivas	3.1) Criar um Arranjo Produtivo de Local – APL de Base Mineral do Sul Paulista - Com intuito de fortalecer a governança do setor, ampliar a interação entre empresários e stakeholders, as práticas cooperativas, a integração dos elos da cadeia produtiva, e facilitar o acesso a insumos, serviços, aporte de tecnologia e crédito. - O fato da atividade mineral se estender de forma contínua à região do Alto Paranapanema sugere que o APL pode também abranger além do Vale do Ribeira, os municípios desta região que concentra os empreendimentos minerais	<ul style="list-style-type: none"> • Articular a organização dos atores locais: reuniões de mobilização e sensibilização • Compor o sistema de Governança: articulação entre os atores locais • Efetuar o Planejamento Participativo do Setor: Oficina de Planejamento Participativo 	Curto	Liderança: SDE, SIMA, SEBRAE <ul style="list-style-type: none"> • Empresários e Representações Empresariais (AMAVALES - Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira; AMINSP - Associação dos Mineradores do Sudoeste Paulista • Representantes de Prefeituras Municipais / Codivar; Condersul - Consórcio de Desen. das Regiões Sul e Sudoeste do Est. de São Paulo • IPT
		<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer a configuração jurídica do APL: eleger entidade representante ou organizar nova entidade 	Curto	Liderança: Empresários / Representações Empresarias <ul style="list-style-type: none"> • SDE • Sebrae

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3) Dinamização da Produção Mineral e Aprimoramento da Competitividade	3.2) Realizar estudo para o desenvolvimento e aprimoramento competitivo do setor mineiro-industrial - Com vista a subsidiar ações públicas e do setor empresarial para expansão, diversificação, agregação de valor, verticalização e minimização de impactos ambientais das cadeias produtivas de base mineral	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar de Termo de Referência • Contratar e execução de serviços técnicos especializados • Divulgar e disseminar os resultados, por meio de publicações e reuniões interativas com instituições envolvidas e setor empresarial 	Curto	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> • IPT • CPRM • Instituições de Ensino Superior e Técnico • Representações Empresariais
	3.3) Fomentar as boas práticas na produção mineral - planejamento, lavra, beneficiamento e medidas de controle e recuperação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar reuniões de mobilização, sensibilização e identificação de temas prioritários junto ao setor empresarial • Realizar oficinas e elaborar manuais orientativos 	Médio	Liderança: SIMA <ul style="list-style-type: none"> • IPT • CPRM • Instituições de Ensino Superior e Técnico • Representações Empresariais

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
3) Dinamização da Produção Mineral e Aprimoramento da Competitividade	3.4) Promover um programa de estágios e bolsistas para empresas de mineração - Aprimorar a capacitação profissional (estudantes e formandos) e subsidiar tecnicamente o setor produtivo, em especial às PMEs	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e articular instituições de formação profissional – universidades e escalas técnicas e setor empresaria Estruturar programa 	Curto	Liderança: SIMA, CIT Vale <ul style="list-style-type: none"> Instituições de Ensino Superior e Técnico Etec – Itapeva IPT CPRM Representações Empresariais
		<ul style="list-style-type: none"> Execução do programa 	Curto a Médio	
	3.5) Promover um programa de extensão mineral - Prestar suporte técnico e gerencial aos pequenos produtores minerais em seus locais de atuação, capacitando-os para o aprimoramento tecnológico e competitivo e o desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e articular instituições de formação profissional – universidades e escolas técnicas, centros de pesquisa, CTI - Vale e setor empresarial Estruturar programa 	Curto	
		<ul style="list-style-type: none"> Execução do programa 	Curto a Médio	

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsionamento da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>4) Ampliação do Conhecimento e Disseminação de Informações -Suprir as lacunas de conhecimento, ampliando as informações sobre geodiversidade e dotação mineral; e promover a organização e divulgação do acervo de dados disponível, facilitando o acesso ao público de forma geral. Entre outros desdobramentos, busca-se identificar oportunidades e gerar novos negócios, incorporar inovações</p> <p>- processos e produtos, aprimorar o desempenho ambiental das minerações e promover a maior transparência da atividade.</p>	<p>4.1) Implementar a estruturação de um sistema de informações digitais sobre geologia, geodiversidade, recursos minerais no Vale do Ribeira e disponibilizar em plataforma de livre acesso</p> <p>- Levantamento e organização das informações disponíveis (IPT, CPRM, IG e universidades), digitalização (dados arquivados em papel) e montagem de um sistema informatizado para a gestão eletrônica e a criação de um ambiente digital para acesso aos documentos técnicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar articulação institucional • Elaborar termo de referência • Contratação / Convênio de projeto 	Curto	<p>Liderança: SIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> • CPRM • IPT • IG – Instituto Geológico • Instituições de Ensino Superior e Técnico
		<ul style="list-style-type: none"> • Execução do projeto: catalogação, digitalização e georreferenciamento (relatórios e mapas), montagem de sistema e disponibilização em plataforma web 	Médio	

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
4) Ampliação do Conhecimento e Disseminação de Informações	4.2) Incrementar a execução de projetos de P & D dirigidos à ampliação dos conhecimentos geológico, da dotação mineral e da caracterização tecnológica dos depósitos minerais da região - Inserir e alinhar as competências do aparato estadual de ensino, pesquisa e inovação e agências de fomento no território do Vale do Ribeira, viabilizando projetos na área de geologia e recursos minerais conjuntamente com as demais demandas e oportunidades identificadas para os eixos econômicos – Turismo, Produção Rural e Novas Economias, e a valorização dos ativos ambientais da região	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização, mobilização e articulação de Universidades e Centros de Pesquisa com dirigentes da Fapesp para a relevância e o manancial de oportunidades na geração de conhecimentos e inovações no Vale do Ribeira Formular edital para contratação de projetos 	Curto	Liderança: SDE <ul style="list-style-type: none"> Fapesp SIMA CIT-Vale IPT CPRM IG Instituição de Ensino Superior e Técnico Codivar Representações empresariais
		<ul style="list-style-type: none"> Execução dos projetos 	Médio	

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
5) Aprimoramento da Infraestrutura e Conectividade - Ampliar, melhorar e integrar a base infraestrutural – malha viária, energia e telecomunicações, em consonância com as demandas da produção rural, atividade turística e com as demais necessidades das populações locais	5.1) Implementar projetos de aprimoramento da infraestrutura viária e de energia	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar em conjunto com o setor produtivo as necessidades de melhorias de infraestrutura para escoamento e aprimoramento da competitividade da produção mineral 	Curto	Liderança: SIMA, SDE, SDR, STL <ul style="list-style-type: none"> Representações Empresariais Representações Municipais / Codivar ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações e empresas de telecomunicação
	5.2) Implementar projetos de aprimoramento da telecomunicação	<ul style="list-style-type: none"> Articular com a ANATEL e empresas de telecomunicação, procedimentos para a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade da conectividade - telefonia móvel e Internet 	Curto	

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
<p>6) Suporte Financeiro e Atração de Investimentos</p> <p>- Facilitar o acesso dos empreendedores e potenciais investidores ao crédito, buscando-se a redução da burocracia; e fomentar a atração de investimentos e novos negócios relacionados à cadeia produtiva de base mineral</p>	<p>6.1) Promover a divulgação e facilitar o acesso a linhas de financiamento e incentivos</p> <p>- Suprir o setor empresarial de informações sobre as opções de crédito e incentivos disponíveis para financiando de novos projetos, de investimento em ampliações e modernizações, aquisição de máquinas e equipamentos e projetos inovadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar reuniões envolvendo setor empresarial, instituições financeiras e de suporte empresarial 	Curto	<p>Liderança: SDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve SP • Investe SP • Sebrae • ANM • Representantes Empresariais • Codivar • CPRM • IPT

POIM-VR

Programa de Ordenamento e Impulsão da Mineração

ODS



Objetivos Estratégicos	Ações	Atividades	Prazo	Instituições Envolvidas
6) Suporte Financeiro e Atração de Investimentos	6.2) Fomentar oportunidades de minero-negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar junto a ANM áreas de processos de direitos minerários em disponibilidade e promover leilões • Realizar Webinar (âmbito nacional / internacional) informativa sobre o potencial mineral do Vale do Ribeira • Organizar rodada de negócios, promovendo a interação de potenciais investidores, agências de financiamento e de suporte empresarial, mineradores e detentores de direitos minerários 	Curto	Liderança: SIMA, Sebrae <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve SP • Investe SP • ANM • Representantes Empresariais • Codivar • IPT • CPRM

06 ■

Aportes Transversais ao PDES-VR

Foto: Ricardo Martinelli (Acervo Fundação Florestal)

A elevação do patamar socioeconômico do Vale do Ribeira depende da adoção de medidas básicas estruturantes que impactam transversalmente os vetores de dinamização priorizados, e que fornecem sustentação à economia da região. Esses aportes transversais são também basilares para a efetivação de novas oportunidades na geração de emprego e renda, envolvendo a incorporação de inovações, inclusão produtiva e valorização identitária do território.

Nas contribuições que seguem, busca-se indicar diretrizes orientadas ao aprimoramento de condicionantes para o incremento da difusão do desenvolvimento tecnológico e da inovação, da infraestrutura e de vertentes sociais, as quais são imprescindíveis ao desenvolvimento em bases sustentáveis do Vale do Ribeira.

O comparativo entre as ações detalhadas no Capítulo 5 e as diretrizes sugeridas mostra que algumas das medidas adotadas nos programas são aqui novamente retomadas, indicando a maior abrangência dos impactos socioeconômicos esperados por essas iniciativas.

Capacitação Técnica, Geração de Conhecimento, Tecnologia e Inovação

6.1.



Crédito foto: Margarete Micheletti.

O caminho do progresso com foco em qualidade de vida, fundamentado no desenvolvimento científico, tecnológico e inovador é longo, e demanda a construção de uma visão de futuro clara e compartilhada pelos diferentes atores sociais. Para que isso seja possível, é necessário criar ambientes propícios à inovação no território, viabilizando a transformação do conhecimento gerado pelas diversas instituições de ensino e pesquisa, organizações sociais, empreendimentos, em ações, processos e serviços. Nesse contexto, é possível orientar a dinâmica de desenvolvimento econômico para que ela tenha um ganho compartilhado e sustentável.

Historicamente, o Vale do Ribeira foi objeto de muitos estudos e pesquisas, devido a seus evidentes potenciais socioambientais. Para caminhar para a implementação de um plano de desenvolvimento efetivo, é de fundamental importância estabelecer conexões entre quem faz a pesquisa, quem precisa da informação e também aqueles que necessitam de capacitação para aprimorar as ações já existentes no território, bem como criar novas possibilidades.

No caso do Vale do Ribeira há que se lidar com as duas vertentes da inovação, simultaneamente, ou seja, deve-se atentar para processos criativos absolutamente inovadores, inclusive para o mercado, como a simples incorporação de tecnologia a processos já existentes. Em ambos os casos, o elemento crucial para o bom desempenho é a capacitação da mão de obra, seja ela como as do Sistema S e das escolas técnicas, como dos ensinos fundamental e médio.

Também é possível observar pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que os municípios do Vale de Ribeira, de forma geral, possuem notas relativamente boas para os alunos até o Fundamental I, sob responsabilidade, majoritariamente, das escolas municipais. Essas notas vão diminuindo bastante, sobretudo no ensino médio, no qual os alunos são atendidos, em sua maioria, pelas escolas públicas estaduais.

Ainda no campo da capacitação, ela deve atingir empresas que queiram inovar, mas não têm meios ou informação suficientes para tanto.

Neste caso, o suporte de universidades e centros de pesquisa e inovação é fundamental para subsidiar empresas e fomentar o empreendedorismo, possibilitando incrementar a densidade de negócios de base tecnológica, com a agregação de valor a produtos e serviços da região e, conseqüentemente, possibilitar a geração de empregos com a fixação de mão de obra qualificada, especialmente da camada mais jovem da população.

Destaca-se, que a percepção de que a dinâmica do desenvolvimento regional pode ser mudada pela sinergia de um ambiente inovador motivou as instituições locais a implantar o Centro de Inovação Tecnológica do Vale do Ribeira – CIT Vale. A partir de sua criação atrelada ao município de Registro, adquiriu abrangência regional com o apoio do Codivar e o ingresso de novas instituições. Idealizado em 2016, o CIT-Vale está trilhando seus primeiros passos, buscando a articulação e fortalecimento do ecossistema

de empreendedorismo e inovação da região, a viabilização de uma estrutura física como espaço de integração e compartilhamento de conhecimento, tecnologia e inovação entre centros de pesquisa, empresas e startups, e prospectando novos parceiros, fontes de recursos e projetos compartilhados.

Para o incremento da difusão tecnológica de forma transversal às economias do Vale do Ribeira, propõem-se as seguintes linhas de ação:

- Aprimorar a formação básica: o ensino fundamental deve formar jovens com estruturas mentais mais livres, aptas a processos criativos e receberem com maior grau de liberdade as inovações tecnológicas; o grau médio deve tornar seu conteúdo mais atrativo, facilitando o aprendizado e minimizando a evasão;
- Direcionar a oferta dos cursos profissionalizantes, ensino técnico e superior às demandas e vocações da economia e dos ativos socioambientais da região;
- Fomento direcionado à inovação tecnológica no Vale do Ribeira, orientado para as vocações regionais e de seu povo, entre outros por meio de editais com agências de fomento;
- Inserir e alinhar as competências do aparato estadual de ensino, pesquisa e inovação e agências de fomento no território do Vale do Ribeira, viabilizando projetos na área de geologia e recursos minerais conjuntamente com as demais demandas e oportunidades identificadas para os eixos econômicos – Turismo, Produção Rural e Novas Economias, e a valorização dos ativos ambientais da região;
- Promover ações para o fortalecimento do CIT-Vale, entre outras: apoiar a instalação de uma estrutura física; fomentar a aproximação e articulação do aparato de ensino, pesquisa e inovação do estado, por meio da execução de projetos conjuntos; apoiar a identificação e busca de investimentos e parcerias nacionais e internacionais; e
- Apoio estruturante à assistência técnica e extensão na produção rural e mineral.

Infraestrutura: Utilidades, Comunicações e Logística

6.2.



Crédito foto: Junior Petar.

A dinamização econômica e, de forma geral, a qualidade de vida da população dependem da melhoria da base de infraestrutura da região.

No caso da inovação tecnológica, há pelo menos três tipos de infraestrutura que são fundamentais para o seu bom desempenho: energia, telecomunicações e infraestrutura urbana adequada. Isto porque, antes de pensarmos no fomento ao desenvolvimento tecnológico, é necessária infraestrutura básica que suporte esse desenvolvimento e crescimento. Sem isso, dificilmente o território obterá avanços sustentáveis ao longo do tempo.

O Vale do Ribeira dispõe de uma boa oferta de energia elétrica, restando resolver alguns problemas de estabilidade de seu fornecimento, que ocorre de forma localizada.

Já no caso das telecomunicações, a cobertura de sinal e sua estabilidade são problemas consideráveis. Sem uma rede que permita acesso à internet o desenvolvimento de processos tecnológicos fica extremamente dificultado. A população relativamente

pequena na região não é um atrativo para as grandes empresas de telecomunicações, que fazem com que muitos lugares fiquem sem cobertura adequada.

Uma pousada no Alto Vale, por exemplo, tem dificuldades de manter uma adequada comunicação com clientes, ou de oferecer serviços como reserva on-line e redes wi-fi eficientes para seus hóspedes. O desafio é que isso está fora do alcance das autoridades locais (e mesmo estaduais), já que se trata de serviço oferecido por empresas privadas. Para tanto, algumas iniciativas e diretrizes podem ser destacadas:

- No que toca à infraestrutura urbana, as cidades devem oferecer meios para que a pessoa que desenvolve sua atividade de desenvolvimento tecnológico queira permanecer na região (como, por exemplo, rede de internet, estradas de melhor qualidade que garantam escoamento e dinamização econômica);
- Atrativos culturais, boas condições de urbanização, saneamento básico, escolas de qualidade, serviços médicos, centros de compras, etc., fazem com que o morador não precise se locomover a um grande centro para satisfazer essas necessidades, a não ser esporadicamente;
- Articular com a ANATEL e empresas de telecomunicação, procedimentos para a ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade da conectividade, via telefonia móvel e Internet; e
- Promover o mapeamento de demandas de transporte e mobilidade da região, avaliando-se, além das necessidades de melhoria da qualidade e ampliação da malha viária, as oportunidades de dinamização econômica e ganhos de competitividade por meio da retomada do modal ferroviário.

Além disso, vale ressaltar um fator citado em todos os eixos que constam do PDES-VR, que é o financiamento dos projetos e ações que o norteiam. Três são as fontes principais de recursos: a primeira se refere aos recursos de quem irá investir, seja através de capital próprio acumulado, ou a partir de empréstimos bancários. Em ambos os casos é necessário que sejam oferecidas garantias para que esse investimento se realize. Isso pressupõe que haja estabilidade jurídica das propriedades (tanto para investimento com recursos próprios, como garantia para empréstimos bancários), infraestrutura adequada para a produção e comercialização, bem como capacitação das pessoas que serão empregadas.

Outra forma de financiamento é através de recursos públicos, sejam aqueles investidos diretamente, seja através de programas de fomento específico para a região. Nesses casos, os três entes da Federação podem fazer (ou disponibilizar) esse tipo de

investimento. Um exemplo é a possibilidade da Fapesp abrir uma linha específica para financiamento de projetos de inovação para a região.

Uma terceira forma de aporte de recursos, que mais recentemente vem sendo utilizada em projetos, programas ou ações específicas, é a do investimento social privado, em que grupos de pessoas, comunidades ou pequenos produtores artesanais formulam um programa que necessite de recursos e se faz sua captação junto a empresas que atuam na região ou que tenham preocupações com a preservação ambiental, ou defesa das comunidades indígenas ou quilombolas, e queiram associar sua marca a esses projetos.

Desenvolvimento Social e Geração de Emprego e Renda

6.3.

Passamos, atualmente, por uma das maiores crises de saúde pública da nossa era, com reflexos diretos em nossa capacidade de produção e desenvolvimento econômico, desafiando a criação de novas formas de interagir no ambiente econômico e social.

Neste cenário, a inovação fornece espaço e ferramentas para equilibrar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, por meio de uma governança transparente e democrática. Sendo assim, é necessário construir um Plano que rume a uma abordagem sistêmica, pautada na sustentabilidade, e que seja capaz de captar as relações entre os diferentes campos que interagem no município: econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário, demográfico etc., sendo assim, uma gestão comprometida com a colaboração no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O desenvolvimento regional deve ser planejado de forma holística e considerar as particularidades culturais do Vale do Ribeira, valorizando a agricultura familiar, comunidades tradicionais e promovendo a permanência da juventude e seu pleno desenvolvimento, constituindo os únicos caminhos para garantir o desenvolvimento econômico e social do território.

6.3.1. Agricultura Familiar



Crédito foto: Hugo Jordaky.

O Vale do Ribeira possui uma relevante produção oriunda da agricultura familiar, que desempenha um papel importante no cenário econômico local, sendo que para o seu aprimoramento e profissionalização é importante a construção de estratégias. Apesar de já existirem algumas iniciativas e ações que rumam à valorização dos produtos regionais, o acesso aos mercados é ainda uma dificuldade a ser enfrentada. Além disso, a melhoria das estruturas e organização financeira destes pequenos negócios também se configura como um desafio para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para tanto, propõe-se as seguintes iniciativas e diretrizes:

- Políticas Públicas de acesso ao crédito para empreendimentos da economia solidária, com taxaço tributária diferenciada; e requisitos mais flexíveis para o microempreendedor;
- Buscar integra  o com as outras cadeias produtivas - turismo e minera  o (convivência harmônica) e demais. A  o es focadas nas cadeias de produ  o locais - intersectorialidade e territorialidades;
- Destina  o de compras públicas municipais a produtos da economia solidária e da agricultura familiar;
- Apoio no processo de licenciamento, através de isen  o es de taxas e condi  o es especiais;
- Apoio a regulariza  o fundiária;
- Apoio para a certifica  o de produtos com a identidade do Vale do Ribeira, agregando valor    produ  o local;
- Assistência técnica, insumos, disponibiliza  o de tecnologia e apoio logístico aos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária; e
- Forma  o e capacita  o sobre responsabilidades contábeis e tributárias,    autogestão e sustentabilidade financeira dos negócios bem como    melhoria dos produtos e dos processos de produ  o.

6.3.2. Políticas para Juventude



Crédito foto: Margarete Micheletti.

Desenvolver políticas públicas para a juventude é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico e social do território. A inserção de jovens e adolescentes no mercado de trabalho e a interação com suas comunidades promove a melhoria das condições de vida, e auxilia também na construção de novas perspectivas de futuro. Por isso é necessário voltar o olhar para a qualidade das experiências que possuem no ambiente social, pois, conforme o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852 de 05/08/2013), a promoção da autonomia e emancipação dos jovens, e a valorização do diálogo e convívio com as demais gerações é um de seus direitos assegurados.

Nesta pauta, as áreas de educação, cultura e economia devem estar articuladas, pois estes são elementos fundamentais para a construção de um solo fértil à inovação, cooperação e geração de oportunidades garantindo a permanência digna da juventude no território. Este é um grande desafio para a região, e parte estratégica para o alcance do desenvolvimento econômico sustentável. Para tanto, propõe-se as seguintes iniciativas e diretrizes:

- Inclusão das pautas regionais nos ambientes do ensino médio e ensino técnico, promovendo uma maior integração entre o ensino-aprendizagem e as comunidades;
- Foco na integração dos jovens da região através de espaços para escuta e participação, como mentoria de carreira, feiras empreendedoras, “hackathons” , etc.;
- Fomentar incubadoras de base tecnológica e de aproveitamento de recursos naturais para a implantação de polo de formação e desenvolvimento de soluções para a região. Com o foco no Centro de Inovação Tecnológica do Vale do Ribeira como protagonista desta pauta, com os incentivos necessários; e
- Investir em estratégias e programas de formação em empreendedorismo local para a juventude, no incentivo de promoção do aperfeiçoamento dos modelos de negócio das cadeias produtivas já existentes.

6.3.3. Políticas para as Mulheres



Crédito foto: Marsis Cabral Junior – acervo particular.

O recorte de gênero, dentro das políticas públicas, tem se evidenciado pela necessidade de atenção especial ao desenvolvimento e trajetória da população feminina. Historicamente, foi relegado às mulheres o papel do cuidado familiar e domiciliar, muitas vezes somado às jornadas de trabalho fora de casa. Assim, é fundamental um olhar para a promoção de oportunidades às mulheres do Vale do Ribeira, para que tenham oportunidades plenas de desenvolvimento social e econômico. Para tanto, propõe-se as seguintes iniciativas e diretrizes:

- Atenção a permanência de meninas na escola, para combater a evasão do ensino fundamental e garantir sua permanência no ensino médio;
- Articulação com os poderes públicos municipais para universalização do acesso à creche, para que as mães tenham a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, mesmo com filhos pequenos;
- Recorte de gênero para as políticas de viés profissionalizante, como nos casos de promoção de formações voltadas ao turismo e a gastronomia local, de forma a garantir a independência financeira de mulheres;
- Acesso a microcrédito para cooperativas e iniciativas de economia solidária formada por mulheres, para geração de oportunidades e fortalecimento do empreendedorismo feminino;
- Atenção à saúde da mulher, em especial a prevenção de doenças com maior incidência no público feminino, como câncer de colo do útero;
- Atenção à saúde gestacional para apoio a mãe e ao recém-nascido; e
- Monitoramento dos índices relacionados à violência contra a mulher e organização de políticas de prevenção a este tipo de casos.

6.3.4.

Estratégias para os Povos e Comunidades Tradicionais – PCT



Crédito foto: Jonas Eduardo Pereira.

As comunidades tradicionais estão entre as maiores riquezas do Vale do Ribeira e Litoral Sul - quilombolas, caiçaras e indígenas, todos contribuem para a diversidade cultural, o resgate e manutenção das tradições históricas da região. É preciso considerar que as populações tradicionais se encontram ainda mais isoladas em relação ao Vale do Ribeira, exigindo estratégias efetivas de integração, garantia de direitos fundamentais e preservação de sua cultura e memória. Neste sentido, sugerem-se as seguintes ações:

- Garantia do acesso a direitos fundamentais às populações tradicionais, especialmente saúde, educação, assistência social e moradia;
- Apoiar projetos culturais de capacitação, promoção, preservação e difusão do patrimônio e das expressões culturais das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira;
- Apoiar projetos culturais de capacitação, promoção, preservação e difusão do patrimônio e das expressões culturais das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira;
- Garantia de aprendizagem às crianças provenientes das comunidades tradicionais, com especial atenção para a fixação dos alunos na escola;
- Apoiar a visitação de comunidades isoladas por agentes de saúde e assistência social, de forma a garantir a prevenção de questões que poderiam ser agravadas sem maior apoio;
- Acesso à Justiça, ao Ministério Público e ao atendimento jurídico via Defensoria Pública, sempre que necessário;
- Direito a participação dos espaços de decisão nas instâncias de poder compartilhado, como Conselhos, Audiências Pública e outros fóruns;
- Respeito e valorização das tradições de cada comunidade, integrando-as de forma sustentável ao turismo e a as práticas culturais de cada município;
- Integração das populações tradicionais nas estratégias de garantia de emprego e renda, em especial da economia solidária;
- Valorização das práticas tradicionais que podem apoiar a geração de renda, como artesanato e turismo; e
- Capacitação em termos de conservação do meio ambiente e manejo adequado e sustentável de terras.

Gestão e Governança do PDES - VR: Desenvolver com os Territórios e Comunidades

07.

O Movimento

7.1.

O PDES-VR trabalha com o conceito de desenvolvimento. Caracterizar e qualificar desenvolvimento não é uma tarefa simples, neutra, tão pouco isenta. Desenvolver requer mobilizar diversos atores, valores, sentimentos, desejos e vontades. Requer atividades de sensibilização com vistas iniciar uma caminhada, gerar um movimento. Arrancar um distrito, um bairro, uma cidade, um município ou uma região inteira em direção ao desenvolvimento é um esforço que requer muita articulação e ações para a promoção da transformação da realidade.

Colocar-se em movimento e caminhar para onde, para qual direção? Toda caminhada implica empreender uma jornada, vencer uma distância, sair de um ponto, um lugar, uma posição e chegar em outra, que por pressuposto seja melhor que a anterior. Neste contexto, o PDES-VR constitui-se num esforço que leve o território, sua gente, seus ativos econômicos, sociais, ambiental e culturais na busca de um desenvolvimento socioeconômico e ambiental justo.

Nem sempre haverá consensos sobre as trilhas e caminhos a serem seguidos para que a distância percorrida desde o ponto de partida ao de chegada, seja a menor possível. Isto porque os pontos de partida e chegadas não são comuns para todos, entretanto, isso não constitui a rigor uma divergência quanto a necessidade de colocar-se em movimento. O roteiro a ser seguido constitui-se em um objeto de disputa em todas as etapas de elaboração, implementação e avaliação do Plano, a qual o sistema de governança tem a seu encargo encontrar o melhor ponto de equilíbrio na gestão dos conflitos e tensões naturais que emergem neste ambiente. A ausência de consensos é a resultante de visões distintas que os participantes do processo possuem e este processo necessita ser encarado como natural no ambiente da governança. A boa governança representa conquistar a confiança dos atores, alinhada ao interesse público.

A gestão do PDES-VR requer a utilização de um conjunto de ferramentas que sejam capazes de possibilitar ao gestor do Plano compreender os diferentes pontos de vistas dos diversos atores que interagirão com e nos múltiplos projetos a ele vinculados. São diversos interesses que o Plano foi capaz de mobilizar e diversas sinergias que o mesmo tem o desafio de alinhar. E, por fim, com a perspectiva de entregas de melhores dias na forma de qualidade de vida para os moradores da região, que no momento da largada estejam à margem dos serviços que os avanços civilizatórios foram capazes de entregar a uma parcela da sociedade e não a outra.

Gerir o Plano é gerir (pouco) recursos de diversas naturezas. É reunir habilidades

de negociação na reunião de diferentes e por vezes antagônicos, de produzir concertações e alinhar prioridades sem, entretanto, desconsiderar a necessidade de priorizar as ações e investimento em nome daqueles que mais necessitam.

Se não for assim, não pode chamar este movimento de desenvolvimento, mais adequado nomeá-lo de crescimento, modelo ao qual nosso País bem conhece. Com desenvolvimento, ninguém fica para trás, não há os esquecidos, os desgarrados. Todos devem ser considerados cidadãos, que tratados como iguais representam a melhor tessitura do tecido de uma nação justa, que emerge de cada bairro de cada município, das regiões e estados dando a cara e a cor do Brasil justo e desejado.

Governança, Coordenação e Iniciativa

7.2.

O termo *governança* é adotado neste documento em função de o mesmo possibilitar boa aderência aos elementos necessários à gestão do PDES-VR. Além de complexo não são exclusivos de um único setor, seja o primeiro (compreendido pelo público), pelo segundo (integrado pelas atividades privadas lucrativas) ou ainda o terceiro (compreendido pelos segmentos organizados ou não a sociedade civil). O Plano envolve a participação em diferentes escalas, atores e instituições pertencentes aos três setores.

O termo possibilita a adoção e aplicação de modo abrangente às atividades desenvolvidas, tanto por instituições públicas, quanto pelas privadas lucrativas ou não. O mesmo vem sendo amplamente adotado e estimulado desde os anos de 1990 por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

A International Federation of Accountants (IFAC), define que:

[...] governança compreende a estrutura (administrativa, política, econômica, social, ambiental, legal e outras) posta em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados. (BRASIL, 2014, p. 17).

Para o Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União, governança pode ser descrita como:

[...] um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sociedade, alta administração, servidores ou colaboradores e órgãos de controle. Em essência, a boa governança pública tem como propósitos conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público (BRASIL, 2014, p. 17)

A execução do PDES-VR requer a existência, funcionamento e operação de um sistema de governança que não deixe margem a dúvidas sobre quem comanda e realiza a coordenação e articulação das diversas atividades compreendidas no âmbito do Plano.

É recomendável a permanente necessidade da realização de atividades de articulação e coordenação: i) interfederativa (entre as três esferas da Federação: municipal, estadual e federal); ii) interinstitucional (envolvendo as diversas instituições com atuação no Vale do Ribeira); e iii) da sociedade civil e suas múltiplas formas de organização e representações.

Igualmente, não pode haver dúvidas que o Plano envolve a necessidade de permanente mobilização de um conjunto de atores i) públicos, integrado pelos Governos Municipais e suas formas de organizações, notadamente os consórcios intermunicipais (Codivar e Consaúde); ii) Governo Estadual e suas Secretarias, Autarquias, Fundação e Empresas; iii) Instituições de Ensino Técnico e Superior (públicas e privadas) e Centros de Pesquisa e Inovação; iv) Organizações Empresariais, em particular as que integram o “Sistema S”; v) Organizações da sociedade civil, especialmente as que desenvolvem ações ambientais e de economia solidária, e representantes dos povos quilombolas e Indígenas ; vi) e ainda uma ampla parcela da sociedade que não se encaixa em nenhum dos setores mencionados, que podem ser enquadrada como “segmento desorganizado”. O objetivo do esforço de arregimentação e permanente mobilização é o de assegurar a implantação plena de todos os projetos concebidas no âmbito do PDES-VR.

Os mecanismos de governança deverão considerar ainda a necessidade de uma articulação em um território que seja comum ao PDES-VR.

Há que considerar, na construção do ambiente de governança, que o contorno territorial denominado Vale do Ribeira, não é comum aos vários atores que atuam na região e têm especificidades em suas microrregiões, aspecto que será melhor desenvolvido no subitem “Território”.

Tomando como base a compilação realizada pela IFAC, adotada pelo Plano Estratégico do Tribunal de Contas da União, as recomendações aplicam-se em sua grande maioria na execução do PDES-VR, uma vez que a organização de um bom sistema de governança permitirá:

- garantir a entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos;
- garantir que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos;
- ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito;
- ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos;
- possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão;
- dialogar com e prestar contas à sociedade;
- garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;
- promover o desenvolvimento contínuo da liderança e dos colaboradores;
- definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade;
- institucionalizar estruturas adequadas de governança;
- selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes (competências individuais);
- avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles;
- garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos;
- utilizar-se de controles internos para manter os riscos em níveis adequados e aceitáveis;
- controlar as finanças de forma atenta, robusta e responsável; e
- prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis). (BRASIL, 2014, p. 14).

Território

7.3.

O conhecimento, o domínio e a compreensão sobre o território do Vale do Ribeira e Litoral Sul é um debate ainda em curso com vistas à consolidação da sua abrangência. A expressão Vale do Ribeira desperta percepções diferentes nos atores envolvidos. Apesar de constituir-se numa pequena mancha territorial, comparando-a com o Estado de São Paulo ou com as dimensões continentais do Brasil, não há uma uniformidade territorial do que comumente denomina-se “Vale do Ribeira”.

Há o “Alto Vale”, o “Vale do Eixo da BR-116”, o “Vale do Lagamar” e ainda o “Vale do Litoral Sul”. São vários “Vales” dentro do Vale do Ribeira e Litoral Sul. A organização regional adotada pelas políticas públicas, sejam elas geridas pela esfera Estadual ou Federal definem contornos distintos. Dependendo de cada política, a mancha territorial denominada Vale do Ribeira poderá ser maior, ou menor. Tal procedimento é um elemento histórico da formação social e política e relaciona-se com o tempo/idade de estruturação e funcionamento de cada política pública na região.

O desejável no processo de governança do PDES-VR é que a apropriação do território fosse comum a todos os atores de todas as três esferas de governo, pelas instituições empresariais, pelas organizações da sociedade e no geral pela sociedade como um todo. Compreende-se, entretanto, que essa “apropriação comum” do território dependeria de um esforço intergovernamental, especialmente da esfera estadual responsável pelo planejamento regional e a articulação entre os seus órgãos.

Apenas como elemento de reflexão sobre o território, constitui um desafio a ser refletido pelas diversas secretarias estaduais (saúde, educação, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, infraestrutura e meio ambiente, segurança pública, agricultura e abastecimento e demais), no sentido de adotarem os mesmos contornos para efeito do planejamento e execução das ações e projetos. A estruturação dos instrumentos do ciclo de gestão orçamentária (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual -LOA) poderiam ser organizados de tal forma que a cooperação fosse potencializada gerando ganhos de escala e interações sinérgicas.

Avalia-se que apesar de importante, em princípio, tal procedimento e esforços não integram o conjunto de atividades previstas na agenda estadual junto ao Vale do Ribeira para os próximos tempos. Deve ser destacado que o Programa Vale do Futuro organizou e vem executando um conjunto abrangente de ações e projetos, fazendo-se necessária uma coordenação e a criação de um espaço de governança que atenda as especificidades dos diversos territórios existentes no VR.

Acompanhamento, Monitoramento, Avaliação e Transparência

7.4.

As atividades de acompanhamento, monitoramento, avaliação e transparência na gestão da PDES-VR são importantes para a condução do processo de implementação do Plano. Juntas, elas têm o papel de auxiliar no fortalecimento da resiliência do ambiente, evitando que as naturais tensões do processo, gerem forças desagregadoras e desviem as rotas inicialmente traçadas.

A liderança do processo de execução do PDES-VR compete ao Governo do Estado de São Paulo, que por sua vez, nominou a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE) e mobilizou a equipe técnica do IPT com o objetivo de coordenar a concepção e estruturação dos projetos. Na formulação do desenho do ambiente de governança reconhece-se como sendo de fundamental importância o reconhecimento de dois ambientes essenciais para a operacionalização do Plano. Um deles envolve a articulação política, aquele responsável pelo diálogo intragoverno e intergoverno, especialmente a articulação das diversas secretarias que são responsáveis pela execução das políticas públicas, que podem não estarem diretamente relacionadas com os projetos a serem desenvolvidos, mas que contribuem com o desenvolvimento do Vale do Ribeira. O outro ambiente, envolve o território da construção dos projetos técnicos sob a supervisão e condução orientada pelas melhores técnicas disponíveis no mercado.

Este documento compreende que a coordenação do primeiro ambiente, está afeito à coordenação política do Governo, enquanto a coordenação do segundo, compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo – SDE, que pode contar com o apoio técnico do IPT.

Desta forma, emergem a nomeação de duas coordenações: Coordenação Política e Coordenação Técnica. O detalhamento do funcionamento de ambas está contido no próximo item.

Com vistas ao acompanhamento das atividades de acompanhamento da implantação e execução dos projetos, será necessária a organização de uma Instância Executora, que, na medida do possível, deve estar sediada no Vale do Ribeira.

É necessário também verificar a necessidade da mobilização de recursos humanos preparados para o exercício das funções de acompanhamento, monitoramento e avaliação, estrutura física (equipamentos e materiais de escritório), estrutura para deslocamento / mobilidade da equipe, recursos para alojamento e alimentação, quando da realização

das viagens, conectividade no escritório e para os integrantes da equipe, entre outros.

Sempre que possível, é necessário verificar como os recursos (físicos, humanos, logísticos, entre outros) existentes nas estruturas das unidades gestoras das políticas públicas no Vale do Ribeira podem ser mobilizadas para integrar os esforços da Instância Executora. Tal medida auxiliaria no aumento do engajamento das estruturas governamentais existentes na região, bem como contribuiriam para uma eventual redução de custos, uma vez que o custo de mobilização seria menor, dado que já há uma estrutura operando no território.

Cabe ponderar a necessidade de pactuação prévia na adoção das estratégias de monitoramento. Definir os indicadores que nortearão os trabalhos e atividades de acompanhamento e monitoramento de cada um dos projetos a serem acompanhados, antes do início das atividades de execução, é uma boa forma de evitar intermináveis discussões ao longo da execução dos projetos, especialmente nos momentos de avaliação de desempenho e de resultados. Esses servirão para construção da visão do “antes”, “durante” e “depois” da implantação do PDES-VR. A ausência de pactuação no início de cada Projeto poderá representar problemas para o futuro.

Com acompanhamento e registros dos indicadores previamente pactuados, reunidos em relatórios de acompanhamento será possível avaliar os resultados e o desempenho de cada projeto. Finalmente, os resultados deverão ser amplamente publicizados para todos os envolvidos e em particular para a sociedade local, regional e estadual.

O processo de elaboração do PDES-VR contou, mesmo em um cenário de pandemia, com o engajamento de diversos atores locais e regionais. A proposta aqui sugerida de governança busca uma capilaridade no território. Sugere-se que a participação na formulação seja refletida na execução com a realização de redes setoriais que atuariam em ações e projetos específicos do PDES-VR.

Estrutura de Governança: Uma Proposta Conceitual

7.5.

Conceituado Governança e apresentadas as ferramentas básicas de apoio do exercício da atividade, apresenta-se, nesta seção, uma proposta de estrutura básica para operacionalizar o conceito no âmbito do PDES-VR.

O PDES-VR tem como campo de atuação quadro conjunto de políticas públicas principais: i) valorização dos ativos ambientais, ii) produção rural - agropecuária e florestal, iii) turismo, e iv) mineração. Insere-se, transversalmente, uma série de atividades abarcando conceitualmente como Novas Economias.

É importante destacar que para a promoção do desenvolvimento da região é necessária a adoção de uma estratégia que incorpore as demais políticas públicas (infraestrutura, saúde, educação, segurança, etc.) que estão presentes no território.

Neste sentido, é indispensável estruturar uma coordenação, representada no Governo Estadual, pela unidade que possua a inteligência política do governo, de modo a produzir os alinhamentos necessários (em nome do Governador do Estado) entre as várias políticas, como forma de organizar os esforços num único comando. Será também responsável pela definição da política de alianças e pelas cooperações interfederativa e interinstitucional que o projeto requererá.

É recomendável que sejam adotados os seguintes elementos na modelação:

- **Coordenação Política Estadual das ações do VR:** compete ao Gabinete do Governador estabelecer diretrizes para as várias políticas públicas que atuam no Vale do Ribeira de modo a organizar as alocações de recursos financeiros, de capital, infraestruturas, gestão de pessoas e tecnológicos, bem como promover as sinergias dos projetos e programas na direção do desenvolvimento da região e conectá-los às diretrizes do Programa de Governo.

Essa Coordenação deve ser responsável pela realização do alinhamento político no âmbito das secretarias estaduais responsáveis pelos Eixos em questão, especialmente no esforço de aterrissagem das diretrizes políticas no território do Vale do Ribeira. Deverá realizar a articulação dos esforços e interfaces junto ao Governo Federal com vistas a angariar apoio financeiro visando a execução dos projetos que integram os três Eixos bem como com outros atores econômicos e da sociedade civil.

• **Coordenação Técnica Estadual dos Projetos dos Eixos de Mineração, Produção Rural e Turístico do PDES-VR:** compete à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), atuar nas ações que são inerentes aos eixos de atuação da Secretaria (Competitividade, Produtividade e Desenvolvimento Sustentável; Ciência, Tecnologia e Inovação; Qualificação profissional, Ensino Superior e Trabalho), com apoio técnico do IPT. A SDE deverá articular os recursos dos projetos e serviços estaduais em curso no VR que estejam entre as suas atribuições de modo organizar as sinergias dos mesmos em direção ao desenvolvimento, potencializando os eixos do PDES-VR com as diversas agências estaduais (unidades regionais das secretarias estaduais, agências, escolas e universidades, etc.).

Essa Coordenação é responsável pela realização do alinhamento técnico no âmbito das secretarias estaduais responsáveis pelos Eixos em questão. Deverá ainda, subsidiar a coordenação política na articulação dos esforços e aportes do Governo Federal e da sociedade civil aos projetos que integram os três Eixos.

• **Unidade Executora Regional do PDES-VR:** compete a uma instância regional a coordenação das atividades executivas dos projetos. Terá o papel central de acompanhar a execução dos projetos previstos no PDES-VR. Será o elemento central de operacionalização da estratégia de governança, assegurando uniformidade e articulação territorial com os atores locais responsáveis pela implementação do Plano. Deverá ainda apoiar as unidades gestoras das demais políticas públicas, em que se localizaram os projetos que integrará os três eixos do PDES-VR, nas atividades de articulação dos esforços de execução dos projetos. Quando necessário, será a responsável pela articulação das informações necessárias à prestação de contas de atividades.

• **Redes Temáticas:** formada por câmaras técnicas visando assegurar assento e ampliação da representação dos diversos atores com atuação na região, conforme indicado a seguir:

- Rede temática de organizações da sociedade civil;
- Rede temática dos segmentos empresariais (Sistema S, Cooperativas Empresariais, Associações Comerciais, Associações Industriais, Clube de Dirigentes Lojistas, etc.);
- Rede temática das Instituições de Ensino Médio Técnico e do Ensino Superior;
- Rede temática das representações das Secretarias Estaduais;
- Rede temática das Prefeituras Municipais com suas respectivas políticas públicas;
- Rede temática dos Consórcios Intermunicipais;
- Rede temática das Câmaras Municipais;
- Rede temática das novas economias (economia solidária, economia 4.0, agricultura familiar, economia verde, etc.).

As redes temáticas terão papel preponderante na geração do fortalecimento da participação social e dos segmentos produtivos. Cabe ressaltar, entretanto, que o funcionamento de cada rede deverá contar uma espécie “animador coordenador” que terá a missão de organizar o funcionamento, mobilizar os atores, estabelecer diretrizes e pautas para os debates e fazer as conexões com as demais estruturas, notadamente com a Unidade Executora Regional.

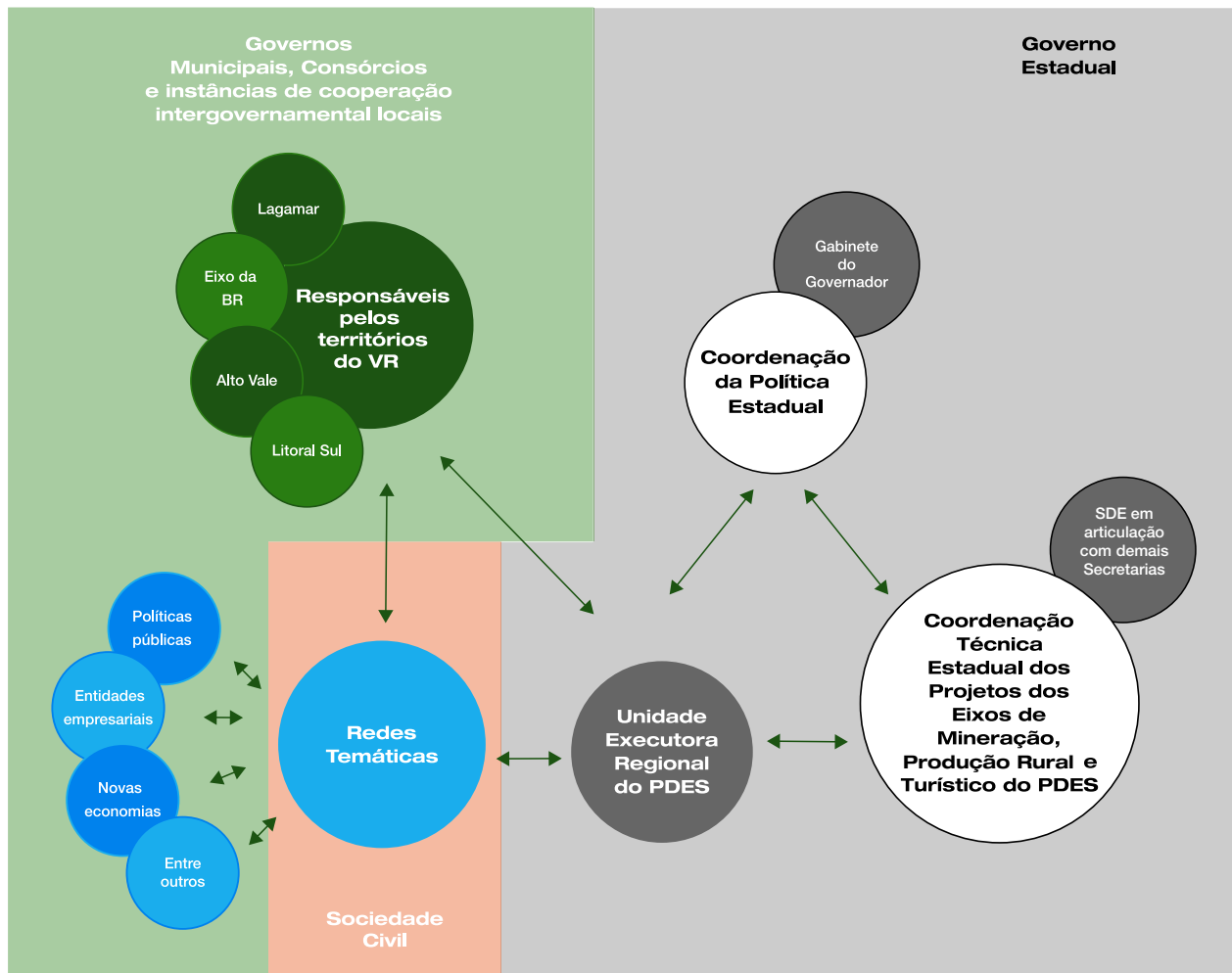
• **Responsáveis (“padrinhos”) pelos territórios do VR:** para assegurar a diversidade regional existente, propõe-se que um prefeito de cada território (Lagamar, Eixo da BR, Alto Vale e Litoral Sul), seja o responsável pela articulação, mobilização dos atores e pelo acompanhamento e garantia de transparência das ações do PDES-VR. A pactuação entre os agentes políticos poderia ser promovida por meio do Codivar garantindo a visão regional do VR.

As diversas análises e diagnósticos institucionais, socioeconômico e sobre as políticas públicas no Vale do Ribeira apresentam como relevantes os trabalhos realizados nestas últimas três décadas pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul – Codivar e pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira – Consaúde. Ambas as instituições representam experiências de cooperação intermunicipais no melhor espírito constante da Constituição Brasileira e na tradição do princípio da subsidiariedade.

A Coordenação Política Estadual do PDES-VR poderia considerar a possibilidade e organizar parcerias com os Consórcios Intermunicipais e suas Câmaras Temáticas, com objetivo de incorporar suas capacidades na articulação e representatividade regional no espaço da governança do PDES-VR. Uma sugestão, buscando otimizar os recursos existentes, poderia ser uma pactuação com o Codivar para sediar fisicamente a Instância Executora Regional do PDES-VR.

Recomenda-se por fim, atenção especial, quanto a alguns critérios de territorialização adotados pelas Secretarias Estaduais que não são coincidentes, sendo oportuno que a Coordenação Política do PDES-VR articule esforços no alinhamento prévios relativo às estratégias na implantação e acompanhamento dos diversos projetos.

Modelo de governança proposto para o PDES-VR



08.

Considerações Finais



A elaboração de um plano de desenvolvimento regional almeja não apenas identificar as demandas e oportunidades mais relevantes para o território, mas também buscar o engajamento do conjunto de instituições que atuam e dos atores que vivem na região. O sentimento de pertencimento na elaboração do plano é fundamental para que as propostas de ações possam ser pactuadas e implementadas de forma exitosa.

Desde a sua concepção, o processo de construção PDES-VR buscou a interação com a rede de instituições que se projetam no Vale do Ribeira e das suas representações locais. Desta forma, a própria trajetória de construção do Plano propiciou a sedimentação de resultados importantes que vão além dos documentos técnicos produzidos. Mesmo com as adversidades advindas da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) e a forçada quarentena, foram promovidos mais de 40 encontros, sendo que a maioria deles realizados de forma remota. Esses encontros mobilizaram um contingente muito expressivo de participantes (mais de 1.000) e abarcaram cerca de 50 instituições, representativas do setor público, privado e da sociedade civil de forma mais abrangente.

Para todos, a trajetória do projeto ficou marcada pelos aprendizados sobre a potência socioambiental e a importância da valorização das vocações identitárias do Vale do Ribeira. Para a equipe do IPT, mais que um desafio, foi um grande privilégio poder conduzir tal empreitada e, certamente, um ganho diferenciado com a soma advinda de conhecimentos, que extrapola a alçada meramente técnica, propiciando vivências e novas visões sobre as potencialidades socioeconômicas e ambientais dessa região imensamente rica, pronta para ser descoberta e valorizada e, sobretudo, em consonância com os anseios de sua população.

Importante mais uma vez destacar, que a profusão de ativos da região acaba impondo desafios até certo ponto paradoxais, pois essas potências, por vezes, chegam a se contraporem, impondo a necessidade de políticas públicas que estabeleçam estratégias para a dinamização dos vetores econômicos, devidamente equalizados com a preservação e valorização do patrimônio socioambiental.

Seguindo essa visão estratégica, foram sistematizados os quatro programas contidos no PDES-VR, três estruturados sobre as cadeias produtivas que dão sustentação histórica a economia da região – mineração, produção rural e turismo, e o quarto que busca, dentro de sua transversalidade, garantir a valorização de seu ativo mais notável - a dotação socioambiental. Esses programas têm como objetivo finalístico elevar o patamar socioeconômico da região, por meio da priorização de oportunidades que conduzam a ganhos efetivos da população local, com ampliação do valor compartilhado, e em bases ambientalmente sustentáveis.

Esse quadro propositivo de ações focais é completado por um conjunto de diretrizes mais abrangentes que, por vezes antecedem, e impactam transversalmente os vetores econômicos, sendo que suas efetivações são essenciais ao desenvolvimento

sustentado e inclusivo do Vale do Ribeira. Dentre os aportes transversais foram destacados: melhoria da educação básica; capacitação técnica, geração e difusão de conhecimento e inovação; aprimoramento da infraestrutura - utilidades, comunicações e logística; e desenvolvimento social – políticas públicas dirigidas especialmente para a juventude, mulheres e comunidades tradicionais.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico recebe, portanto, um leque sistematizado de propostas de ações e iniciativas para a dinamização econômica sustentável, compatível com as vocações, potencialidades e características identitárias do Vale do Ribeira.

Como desdobramentos do PDES-VR, a expectativa é que o seu conteúdo propositivo fortaleça a base de informações e conhecimentos da SDE sobre a região do Vale do Ribeira, e possa subsidiar de forma consistente a implementação das políticas de desenvolvimento regional afeitas às atribuições da pasta. No mesmo sentido, espera-se que a SDE possa articular e alinhar as iniciativas mais abrangentes com as demais secretarias estaduais e com outras instituições parceiras, contribuindo para o fortalecimento e o sucesso do Programa Vale do Futuro.

As medidas sugeridas no PDES-VR contaram com as contribuições provenientes dos eventos participativos. No entanto, o processo de sistematização dos resultados desses encontros em programas e ações exigiu uma priorização de oportunidades. Isto faz com que o rol de contribuições obtidas sobre os gargalos e as sugestões apontadas para superarem as dificuldades e promoverem a dinamização econômica sustentável da região seja mais abrangentes do que as propostas priorizadas no Plano. Portanto, recomenda-se à SDE uma análise das publicações que sintetizam os resultados dos fóruns e oficinas, pois contém informações e sugestões de iniciativas que não foram selecionadas dentro das ações propugnadas, mas podem constituir insumos para outras iniciativas governamentais.

Procurou-se iniciar um círculo virtuoso com a construção participativa do PDES-VR e a efetividade de suas ações dependerá, do mesmo modo, de uma coordenação participativa. Como contribuição, o Plano apresenta uma proposta conceitual de estrutura de governança. Ressalta-se também a importância da capilaridade e do enraizamento dessa estrutura junto às representações do território como um fator fundamental para a condução e execução exitosa das ações.

Finalizando, pelo próprio caráter do Plano, abarcando um leque abrangente de iniciativas, não se priorizou o aprofundamento das ações, mesmo que para algumas atividades, isto possa ter sido alcançado. Este é o caso do setor mineral que, em função das atribuições de regulação, gestão e fomento estarem concentradas em poucos órgãos públicos, propiciou o refinamento das atividades necessárias para a sua dinamização. Dessa forma, para a implementação de parte das ações haverá a necessidade do detalhamento de suas estruturas, com o necessário aporte técnico, o que poderá ser efetuado em uma etapa subsequente ao PDES-VR aqui apresentado.

Bibliografia

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Sistema Cadastro Mineiro do DNPM**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020a.

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Sistema de Informação Geográfica da Mineração – SIGMine do DNPM**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020b.

ANM – Agência Nacional de Mineração. CFEM - Relatórios. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/arrecadaca>> Acesso em: 3 de abril de 2020c.

ANNA MARIA ANDRADE, NILTO TATTO (ed.). **Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pdf-publicacao-final_inventario>. Acesso em: 29 de Abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. “Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.”** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm>. Acesso em: 17 junho 2020.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **O Novo Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 22 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastur**. Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 6 Abril 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. DOU de 20.5.2013. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=93>>. Acesso em: 18 Dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de Categorização do MAPA 2019**. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/RELATORIO_CATEGORIZACAO_2019-Portal.xls>. Acesso em: 7 Abril 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança - aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Brasília, 2014.

CBH-RB - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL. **Elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguaape e Litoral Sul - UGRHI 11 (PROJETO FEHIDRO RB-278/2014)**. Registro, 2016.

CODIVAR – CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL. **Planejamento Estratégico 2030 do Vale do Ribeira e Litoral Sul**. Registro: CODIVAR, 2018.

CONDEPHAAT - CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: 20 Abril 2020.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Geoparques**. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Projeto-Geoparques-5416.html>> Acesso em: 1 de abril de 2020.

FONSECA, A. C.; CASTAÑÉ, J. A.; PERUCHI, R. **Dá gosto ser do Ribeira: plano estratégico de economia criativa**. São Paulo: Garimpo de Soluções, Sebrae-SP, 2020. 274 p.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 30 Março 2020.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 30 Março 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 6 maio 2020.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>>. Acesso em 29 de Abril de 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 30 Março 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>>. Acesso em: 30 Março 2020.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira - 1º Relatório Parcial**. São Paulo: IPT (Rel. IPT n. 158829-205), 2019a.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira - 2º Relatório Parcial**. São Paulo: IPT (Rel. IPT n. 158830-205), 2019b.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira - 3º Relatório Parcial**. São Paulo: IPT (Rel. IPT n. 158832-205), 2019c.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira - 4º Relatório Parcial**. São Paulo: IPT (Rel. IPT n. 159844-205), 2020a.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira - Relatório Final**. São Paulo: IPT (Rel. IPT n. 161350-205), 2020b.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Circuito Quilombola**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/circuito-quilombola-do-vale-do-ribeira-turismo-de-base-comunitaria>>. Acesso em: 29 Abril 2020.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Programa Vale do Ribeira**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/vale-do-ribeira>>. Acesso em: 29 Abril 2020.

ITESP - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS. **Comunidades Remanescentes de Quilombos**. Disponível em: <http://201.55.33.20/?page_id=3483>. Acesso em: 29 Abril 2020.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil**. Base de Dados de Cobertura/Uso do Solo, Coleção 4.1, 2020. Disponível em <https://mapbiomas.org/estatisticas?cama_set_language=pt-BR>. Acesso em abril de 2020.

ME – MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Base RAIS – ano base 2017**. Brasília: ME, 2019.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853–858, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente - SMA. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo**. Período 2008-2009, São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Instituto Florestal, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia**. Plano de Gerenciamento Costeiro. São Paulo: SMA, 1990.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Relatório Final da Proposta de Macrozoneamento do Vale do Ribeira. Contrato ENGECORPS.** São Paulo: SMA, 1996.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Subsídios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Vale do Ribeira.** São Paulo: SMA, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Zoneamento ecológico-econômico do setor costeiro do Vale do Ribeira – Documento de consulta para Audiência Pública (Dezembro de 2014).** São Paulo: SMA, 2014a.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Dados consolidados municipais 2016/17.** São Paulo, SAA, LUPA, 2017. Disponível em: <<http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>>. Acesso em: 08 maio 2020.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Informações homepage.** Disponível em: <www.seade.sp.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2020.

SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL; CODIVAR - Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul. 2019. **Plano Regional de Turismo Cavernas da Mata Atlântica.** Registro: SENAC / CODIVAR. Disponível em: <<https://codivar.org.br/desenvolvimento/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

Verbetes “Governança”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Governan%C3%A7a>>, consulta realizada em 12 de outubro de 2020.

ISBN: 978-65-5702-010-4



ipt
INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Desenvolvimento Econômico

